



Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores

Diário da Sessão

(Diário revisto e aguardando aprovação em plenário)

XIII Legislatura

Número: 70

II Sessão Legislativa

Horta, quarta-feira, 10 de dezembro de 2025

Presidente: *Deputado Luís Garcia*

Secretários: *Deputada Nídia Inácio e Deputado Lubélio Mendonça*

Sumário

Os trabalhos tiveram início às 10 horas e 3 minutos.

No âmbito do PTAP (Período de Tratamento de Assuntos Políticos), foram presentes vários votos assinalados abaixo:

— Voto de Congratulação ao Comodoro Paulo Conceição Lopes, apresentado pelo Deputado Luís Raposo (PSD). Interveio o Deputado João Vasco Costa (PS). O Voto foi aprovado por unanimidade (com ausência do Deputado da IL).

— Voto de Congratulação à atleta Sofia Fonseca, apresentado pela Deputada Sandra Costa Dias (PS). Interveio o Deputado José Leal (PSD). O Voto foi aprovado por unanimidade

— Voto de Congratulação à atleta Sofia Fonseca, apresentado pela Deputada Olivéria Santos (CH). O Voto foi aprovado por unanimidade

— Voto de Congratulação pelos 100 Anos da Sociedade União Urzelinense, apresentado pelo Deputado Paulo Silveira (PSD). Intervieram os Deputados: José Pacheco (CH), Isabel Teixeira (PS) e Jorge Paiva (CDS-PP). O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação pelos 100 Anos da Sociedade União Urzelinense, apresentado pelo Deputado Jorge Paiva (CDS-PP). O Voto foi aprovado por unanimidade

— Voto de Congratulação pela Comemoração dos 100 Anos da Sociedade União Urzelinense,

apresentado pela Deputada Isabel Teixeira (PS). O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação pela carreira de Sidónio Bettencourt, apresentado pelo Deputado João Mendonça (PPM). Intervieram os Deputados: José Pacheco (CH), João Bruto da Costa (PSD) e Dora Valadão (PS). O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação ao físico faialense Jácome Armas pela inauguração do Centro de Estudos de Fenómenos Emergentes nos Países Baixos, apresentado pelo Deputado António Lima (BE). Intervieram os Deputados: Lúcio Rodrigues (PS) e Salomé Matos (PSD). O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação pelos 50 anos da AJFB – Associação de Jovens da Fonte do Bastardo, apresentado pelo Deputado Marco Martins (PS). Intervieram os Deputados: Paulo Gomes (PSD), Hélia Cardoso (CH) e Pedro Pinto (CDS-PP). O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação aos atletas açorianos presentes no Campeonato Nacional de Karaté – Cadetes, Júniores e Sub-21, apresentado pelo Deputado Francisco Lima (CH). Intervieram os Deputados: Russell Sousa (PS) e Luís Raposo (PSD). O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação pelos 25 anos do Centro de Karaté da Lagoa, apresentado pelo Deputado Rúben Cabral (PSD). Intervieram as Deputadas: Cristina Calisto (PS) e Olivéria Santos (CH). O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação à Cáritas da ilha Terceira pela obtenção do 2.º lugar no Prémio Nacional “Sempre Solidários” da Fundação Manuel António da Mota, apresentado pela Deputada Isabel Berbereia (PS). Interveio o Deputado Luís Soares (PSD). O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação pelo Prémio Nacional de Turismo/Categoria Turismo Gastronómico 1º Lugar – Bioma Restaurant, apresentado pela Deputada Ana Jorge (PSD). Interveio a Deputada Marta Matos (PS). O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação pelo Queijo de São Jorge D.O.P. 4, 7 e 12 meses conquistam Medalhas, apresentado pelo Deputado Jorge Paiva (CDS-PP). Intervieram os Deputados: Paulo Silveira (PSD) e Isabel Teixeira (PS). O Voto foi aprovado por maioria com o voto contra do PAN.

— Voto de Congratulação à atleta Ana Filipe que se destacou no Campeonato do Mundo Virtus, apresentado pelo Deputado José Paulo Sousa (CH). Intervieram os Deputados: Paulo Gomes (PSD) e Luís Leal (PS). O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Congratulação ao cidadão José do Rosário Bettencourt Cabeceiras de Ávila pela distinção com o Prémio de Serviço à Comunidade Portuguesa, pela Portuguese Fraternal Society of America, apresentado pelo Deputado José Ávila (PS). Interveio o Deputado Adolfo Vasconcelos (PSD). O Voto foi aprovado por unanimidade.

— Voto de Protesto pela Ausência do Senhor Ministro de Estado e das Finanças à Reunião da Comissão Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, apresentado pela Deputada Marlene Damião (PS). Intervieram os Deputados: Francisco Lima (CH), Nuno Barata (IL), Joaquim Machado (PSD), Pedro Neves (PAN), António Lima (BE) e Pedro Pinto (CDS-PP). O Voto foi aprovado por maioria com os votos contra do PSD, do CDS-PP, do PPM, da IL e do PAN.

— Voto de Pesar pelo Falecimento do Dr. Álvaro Laborinho Lúcio, apresentado pela Deputada Cristina Calisto (PS). Intervieram os Deputados: João Bruto da Costa (PSD) e Pedro Pinto (CDS-PP). O Voto foi aprovado por unanimidade.

Posteriormente foi debatida e votada a [Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/XIII – “Quarta Alteração ao Regulamento de Concurso de Pessoal Docente da Educação Pré-escolar e Ensinos Básico e Secundário”](#). Intervieram os Deputados: João Mendonça (PPM), Inês Sá (PS), Hélia Cardoso (CH), Joaquim Machado (PSD), Jorge Paiva (CDS-PP), Berto Messias (PS), António Lima (BE), Nuno Barata (IL), José Pacheco (CH) bem como a Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro) e o Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão). A Proposta foi aprovada por maioria.

De seguida deu-se o debate e votação do [Projeto de Resolução n.º 46/XIII – “Recomenda ao Governo Regional dos Açores a abertura de um concurso público internacional para a prestação do serviço público de transporte marítimo de mercadorias”](#). Intervieram os Deputados: Francisco Lima (CH), Nuno Barata (IL), António Lima (BE), Carlos Rodrigues (PSD), Vasco Cordeiro (PS), José Pacheco (CH) bem como a Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral).

Os trabalhos terminaram às 19 horas e 27 minutos.

Presidente: Muito bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Secretárias Regionais.

Eram 10 horas e 3 minutos.

Vamos dar início aos nossos trabalhos com a chamada.

Faz favor, Sr. Secretário.

Secretário: Muito obrigado, Sr. Presidente.

Bom dia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Membros do Governo.

Procedeu-se à chamada, à qual responderam os seguintes Deputados:

Partido Social Democrata (PSD)

Adolfo Nuno Gregório Vasconcelos

Ana Maria dos Santos Silva e Jorge

Carlos Eduardo da Cunha Freitas

Carlos Henrique Lopes Rodrigues

Flávio da Silva Soares

Francisco Manuel Raposo Gaspar

João Luís Bruto da Costa Machado da Costa

José Joaquim Ferreira Machado

José Manuel Resendes Leal

Luís Carlos Correia Garcia

Luís Miguel Teixeira Raposo

Luís Carlos Cota Soares

Márcia Fernanda Oliveira Goulart

Maria Eugénia Pimentel Leal

Nídia Manuela de Sousa Lopes Inácio

Paulo Rui Paiva Ferreira Chaves

Paulo Duarte Gomes

Paulo Alberto Bettencourt da Silveira

Paulo José da Cunha Simões

Ricardo Beato Gomes Vieira

Rúben Filipe Rebelo Cabral

Sabrina Marília Coutinho Furtado

Maria Salomé Dias de Matos

Partido Socialista (PS)

Berto José Branco Messias

Carlos Emanuel Rego Silva

Cristina de Fátima Silva Calisto

Dora Maria Coelho de Castro e Câmara Freitas Valadão

Gualberto Costa Rita

Inês Soares de Oliveira e Sá

Isabel Diniz Berbereia

Maria Isabel Góis Teixeira

Joana Sousa Pombo Tavares

João Vasco do Monte Ferreira Pereira da **Costa**

José Manuel Gregório de Ávila

José Gabriel Freitas Eduardo

Lubélio de Fraga **Mendonça**

Lúcio Manuel da Silva Rodrigues

Luís Miguel Vieira Leal

Marco Euclides Lemos Martins

Marlene Andrea Martins Oliveira Damião de Medeiros

Marta Ávila Matos

Patrícia Maria Melo Miranda

Russell Michael Sousa

Sandra Micaela Costa Dias

Vasco Ilídio Alves Cordeiro

CHEGA (CH)

Francisco Gabriel Meneses de Lima

Hélia Maria Pinheiro Cardoso

José Eduardo da Cunha Pacheco

José Paulo Machado de Sousa

Olivéria de Lurdes Cabral dos **Santos**

Partido Popular Monárquico (PPM)

João António Mendes de Mendonça

Bloco de Esquerda (BE)

António Manuel Raposo Lima

Iniciativa Liberal (IL)

Nuno Alberto **Barata** Almeida Sousa

Partido Pessoas-Animais-Natureza (PAN)

Pedro Miguel Vicente Neves

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Estão presentes 54 Sras. e Srs. Deputados, o que significa que temos quórum.

Declaro aberta a Sessão. Pode entrar o público.

Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo, esta manhã está reservada ao **período de tratamento de assuntos políticos**, conforme deliberado pela Conferência de Líderes.

Os tempos são os seguintes: o Governo dispõe de 20 minutos; o Grupo Parlamentar do PSD e o PS dispõem cada de 40 minutos; o Grupo parlamentar do CHEGA dispõe de 18 minutos; o Grupo Parlamentar do CDS-PP dispõe de 12 minutos; o PPM; o BE; a IL e o PAN dispõem cada de 10 minutos.

Vamos dar início aos votos.

O primeiro Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD ao Comodoro Paulo Conceição Lopes.

Tem a palavra o Sr. Deputado Luís Raposo.

Deputado Luís Raposo (PSD): Muito bom dia, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ao Comodoro Paulo Conceição Lopes

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores apresenta um Voto de Congratulação ao Comodoro Paulo Conceição Lopes pelo trabalho que desenvolveu na liderança do

Comando da Zona Marítima dos Açores, de 27 de junho de 2022 a 6 de novembro de 2025.

Ao longo de três anos, o Comodoro Paulo Conceição Lopes deixa uma marca indelével nas áreas protocolares e institucionais, bem como pela divulgação e pedagogia, com que imprimiu a sua dedicação à Marinha e no relacionamento com outras entidades civis e militares.

Durante o seu comando, empenhou-se na organização e participação em eventos específicos, como a Cerimónia Evocatória dos 125 anos do falecimento do comandante Roberto Ivens (janeiro 2023) e do Centenário da Morte de Teófilo Braga (janeiro 2024).

Recebeu altas entidades como a Ministra da Defesa Nacional, Helena Carreiras, em setembro de 2022, o Príncipe do Mónaco, em outubro 2022, o Comandante Naval, o vice-almirante Nuno Chaves Ferreira, em 2023, e o Presidente da República, Marcelo Rebelo de Sousa, em 2024.

Desde o início, deteve uma participação ativa no Gabinete Coordenador de Segurança da Região Autónoma dos Açores, revelando o empenho com que abraça a sua missão, crucial na garantia da segurança marítima e na vigilância das rotas oceânicas transatlânticas.

Uma missão, aliás, que vai mais além, fundamental igualmente pela proteção dos recursos marinhos e dos ecossistemas insulares, bem como para a resposta a emergências, incluindo operações de busca e salvamento na nossa Região.

Considerado exemplar no que toca a gestão de pessoal e de logística interna, manteve-se envolvido na organização de eventos internos da guarnição, participando dinamicamente em inúmeras cerimónias, na realização de *briefings*, apostando fortemente também na proximidade com a população através da educação cívica e promoção da Marinha.

O Comodoro Paulo Conceição Lopes foi ainda uma presença constante na montagem de Exposições alusivas à Marinha em Ponta Delgada, em Palestras a bordo de navios em todas as ilhas, alcançando cerca de 4000 jovens.

Durante o seu Comando, a divulgação da Marinha e recrutamento estiveram igualmente entre as suas prioridades, assim como as atividades operacionais, de cooperação e missão naval, supervisionando o elevado fluxo marítimo, mantendo a prontidão e apoio à comunidade que serviu.

Entre 2022 e 2025, monitorizou e coordenou um elevado número de campanhas científicas na área de responsabilidade do Comando da Zona Marítima dos Açores num total de 42.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de dezembro de 2025, a aprovação de um Voto de Congratulação ao Comandante Paulo Conceição Lopes pela missão que desempenhou nos Açores pelos Açores.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento ao Comandante Conceição Lopes e ao Comando de Zona Marítima dos Açores.

Horta, Sala de sessões, 10 de dezembro de 2025.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado João Vasco Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Vasco Costa (PS):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ter alguém à frente do Comando da Zona Marítima dos Açores, com particular preocupação e que foque a sua ação em campanhas científicas, proteção de recursos marinhos e ecossistemas insulares, segurança marítima e operações de busca e

salvamento é um desiderato que o Partido Socialista considera importante e, revendo no Comodoro Paulo Conceição Lopes essas características, associamo-nos ao voto aqui apresentado pelo Partido Social Democrata.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma intervenção. Creio não existirem.

Vamos passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação ao Comodoro Paulo Conceição Lopes foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação à Atleta Sofia Fonseca, é apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra a Sra. Deputada Sandra Costa Dias.

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

À Atleta Sofia Fonseca

A extraordinária prestação da jovem atleta açoriana Sofia Fonseca, natural da freguesia dos Arrifes, concelho de Ponta Delgada, merece profundo reconhecimento e congratulação. A atleta do Clube de Atividade Física dos Bombeiros de Ponta Delgada participou no 8.º Campeonato da Europa de Natação para Atletas com Síndrome de Down, realizado em Albufeira. Aos treze anos, e sendo a mais jovem representante da seleção nacional, Sofia demonstrou um talento excecional e uma maturidade competitiva notável, traduzidas em resultados que engrandecem a Região e revelam o potencial dos jovens açorianos quando têm acesso a condições que lhes permitem desenvolver plenamente as suas capacidades.

A atleta conquistou seis medalhas na categoria Mosaico: ouro nos 50 metros livres, prata nos 100 metros costas e nos 800 metros livres e bronze nos 400 metros livres, 50 metros costas e 200 metros livres. A estas conquistas somam-se pódios alcançados em Open e, sobretudo, seis recordes mundiais de juniores nas provas de 50 metros costas, 400 metros livres, 200 metros livres, 100 metros costas, 800 metros livres e 50 metros livres. Trata-se de um desempenho absolutamente extraordinário, que confirma a sua dedicação, esforço diário e enorme capacidade de superação.

É igualmente justo reconhecer o trabalho técnico e humano do treinador Carlos Pedrosa e o contributo do Clube de Atividade Física dos Bombeiros de Ponta Delgada, que têm assegurado à atleta um ambiente de preparação que potencia o seu talento. A receção calorosa pela Escola Secundária Antero de Quental, no seu regresso, reflete o impacto inspirador que a sua prestação tem junto da comunidade, especialmente entre os jovens que veem na Sofia um exemplo de coragem e perseverança.

Importa ainda sublinhar o papel essencial dos pais e da família da Sofia, que, através de um trabalho silencioso e profundamente empenhado, criam as condições logísticas, emocionais e motivacionais indispensáveis a trajetórias de sucesso como esta. O apoio familiar é determinante na formação integral dos jovens atletas e constitui muitas vezes a base sólida que permite que talentos como o da Sofia possam florescer.

As conquistas alcançadas ultrapassam o mérito desportivo. Mostram como é importante garantir que todas as crianças e jovens tenham acesso a oportunidades que lhes permitam desenvolver plenamente o seu potencial. O percurso da Sofia recorda-nos que o apoio adequado, a inclusão e a igualdade de acesso às atividades desportivas são essenciais para que talentos como o seu possam progredir e para que cada jovem encontre nas estruturas disponíveis o suporte de que necessita para prosseguir os seus sonhos.

Congratula-se, por isso, de forma inequívoca, a atleta Sofia Fonseca pelo seu excecional desempenho, reconhecendo-se igualmente o papel do treinador Carlos

Pedrosa, do Clube de Atividade Física dos Bombeiros de Ponta Delgada e da sua família, que contribuíram para estes resultados de referência internacional.

Assim, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação do presente voto de congratulação.

Do presente voto, deve ser dado conhecimento à atleta Sofia Fonseca, ao treinador Carlos Pedrosa, ao Clube de Atividade Física dos Bombeiros de Ponta Delgada e à Escola Secundária Antero de Quental.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2025.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado José Leal, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Leal** (PSD): Sr. Presidente da Mesa, Srs. Deputados e Deputadas, Caros Membros do Governo aqui presentes:

O Grupo Parlamentar do PSD não se pode deixar de associar a este voto de congratulação apresentado pela Exma. colega e Deputada Sandra Costa Dias e pelo Grupo Parlamentar do PS.

É verdade, Sofia Fonseca teve grandes conquistas: lugares no pódio, várias medalhas. Faz parte de um clube de atividade física que é o Clube de Atividade Física dos Bombeiros, que têm um passado, têm um currículo extraordinário, principalmente na sua liderança e na sua atuação com os jovens.

Portanto, saudamos aqui o clube, saudamos aqui o técnico, saudamos aqui também os pais, que permitem estas conquistas e, realçamos também o facto de que estamos a viver novos paradigmas da juventude, em que a igualdade de oportunidades e o mérito são valorizados pela Comunidade — ainda bem que assim é. Deixou de existir o desinteresse social e os jovens estão a trilhar os seus caminhos. Temos jovens com grande mérito e a Sofia Fonseca demonstra isso.

Portanto, vamo-nos associar a este voto com todo o gosto e ainda bem que aqui foi trazido.

Obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma intervenção. Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação à Atleta Sofia Fonseca foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra a Sra. Deputada Olivéria Santos, do Grupo Parlamentar do CHEGA, para a apresentação de um voto também à Atleta Sofia Fonseca.

Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Olivéria Santos (CH): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo Regional:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

À Atleta Sofia Fonseca

A atleta Sofia Fonseca sagrou-se Campeã Europeia de Natação de Síndrome de Down nos 50 metros livres, no 8.º Campeonato da Europa de Natação para Atletas com Síndrome de Down, que aconteceu em Albufeira entre 25 de outubro e 2 de novembro de 2025.

A atleta de 13 anos, representante do Clube de Atividade Física dos Bombeiros de Ponta Delgada, subiu também ao pódio em todas as provas e bateu vários recordes mundiais durante toda a competição.

Sofia Fonseca arrecadou uma medalha de ouro, nos 50 metros livres, duas medalhas de prata, nos 100 metros costas e 800 metros livres, e três medalhas de bronze, nos 400 metros livres, 50 metros costas e 200 metros livres, todas na categoria Mosaico.

Paralelamente, a jovem atleta alcançou ainda seis recordes mundiais juniores, nas provas de 50 metros costas, 100 metros costas, 200 metros livres, 400 metros livres,

800 metros livres e 50 metros livres, demonstrando assim inequívoco talento, dedicação e elevado nível competitivo da jovem atleta.

A prestação de Sofia Fonseca representa não apenas o seu mérito individual, mas também a qualidade da formação desportiva regional, bem como a capacidade de inclusão e valorização dos jovens atletas Açorianos no panorama europeu do desporto adaptado.

Além do mérito de Sofia Fonseca, cumpre também reconhecer o trabalho técnico, humano e formativo desempenhado pelo treinador Carlos Pedrosa, cuja orientação e acompanhamento foram determinantes para o desenvolvimento da atleta e para a concretização destes resultados de excelência.

Já em julho deste ano, Sofia Fonseca sagrou-se campeã nacional em provas dos escalões de Esperanças e de Open, naquela que foi a sua primeira participação em competições nacionais, numa piscina olímpica — e que lhe assegurou o mínimo para participar no Campeonato da Europa de Natação para Atletas com Síndrome de Down. Deste modo, o CHEGA Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação à Atleta Sofia Fonseca, do qual deve ser dado conhecimento à própria atleta, ao Clube de Atividade Física dos Bombeiros de Ponta Delgada, à Associação de Natação da Região Açores, à Direção Regional do Desporto, bem como à Câmara Municipal de Ponta Delgada.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 10 de Dezembro de 2025.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há inscrições.

Vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação à Atleta Sofia Fonseca foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD, pelos 100 anos da Sociedade União Urzelinense.

Tem a palavra o Sr. Deputado Paulo Silveira.

Deputado Paulo Silveira (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelos 100 Anos da Sociedade União Urzelinense

A 8 de dezembro assinalou-se um dia relevante para a comunidade da Urzelina. Neste ano de 2025, comemora-se o centenário da fundação da Sociedade União Urzelinense, que ao longo destes 100 anos se renova e reafirma como baluarte da música e filarmónia na ilha de São Jorge e na Região.

A Sociedade União Urzelinense foi fundada a 8 de dezembro de 1925, na freguesia da Urzelina, concelho de Velas, mediante os seus Estatutos.

Foi fundada por Manuel Joaquim Soares, Manuel Vitorino da Silveira, José Pinto Azevedo, Manuel Teixeira Filipe Júnior, José Joaquim Soares, Vitorino António Azevedo, António Machado Azevedo e Emílio Severino Soares.

A Sociedade União Urzelinense está sedeada, desde a sua fundação, na estrada regional da Urzelina, num espaço oferecido pela Senhora Dona Maria Pimentel, onde ainda hoje se ensaia.

Esta sede foi totalmente requalificada, com direito a inauguração do restauro a 21 de setembro de 1952, dia do padroeiro da freguesia da Urzelina, com missa por alma dos sócios falecidos, seguida de procissão e hastear de bandeira da sede requalificada.

Inicialmente com cerca de 25 músicos, a Sociedade União Urzelinense manteve esse número regular ao longo dos anos, sendo que, atualmente conta com 30 músicos e quatro porta-estandartes.

Com um instrumental que foi sendo renovado ao longo destes 100 anos, pelas várias direções da Sociedade União Urzelinense, atualmente já alguns músicos possuem o seu próprio instrumento musical, sendo a manutenção e a renovação do instrumental uma preocupação constante da atual direção.

Desde a sua fundação, a Filarmónica da Sociedade União Urzelinense contava com uma farda de cor azul e branca, tendo em 1986 optado por um novo fardamento branco na totalidade, que veio a ser complementado com casaco azul-claro.

Na comemoração dos seus 75 anos de existência, em 2000, opta por uma farda com calças e saias azul-escuro e casacos da mesma cor e que até hoje se mantém.

À batuta da Filarmónica, destacam-se os maestros José Joaquim Soares, Armindo Vitorino Soares, Albano Chaves, Vasco José Macedo, Cláudio Emílio Azevedo, Fernando Soares e José Luís Bettencourt.

Desde 2022, a Filarmónica é dirigida por Bruno Miguel Ortiz Soares, sendo que, desde 2024, a Sociedade União Urzelinense conta com uma Banda Juvenil, a cargo do maestro Tiago Marques, num exemplo de renovação e atração desta filarmónica junto de novos públicos e músicos.

Ao longo deste século de existência, são muitos os momentos marcantes da Sociedade União Urzelinense, dos quais se destaca a receção ao General Carmona e ao Sr. Presidente da República Jorge Sampaio.

Do mesmo modo, a participação em festas em honra de São Jorge, de Nossa Senhora do Rosário e de outros padroeiros da ilha, e ainda de atuação em festas populares, como a Semana Cultural de Velas, Festas da ilha do Corvo e Festa do Emigrante na ilha das Flores.

No corrente ano de 2025, a Filarmónica da Sociedade União Urzelinense participou no projeto “Tempo de Sonhar” do maestro Jacinto Neves, com uma atuação no Auditório Municipal das Velas, com o cantautor açoriano João Moniz.

Também neste ano, realizou o seu primeiro intercâmbio com uma filarmónica de Portugal Continental, recebendo em São Jorge a Banda Filarmónica Primeiro de

Dezembro de Bragança, que participou no II FILARFESTA – Encontro de Bandas Filarmónicas na Urzelina, organizado pela Sociedade União Urzelinense.

A Sociedade União Urzelinense tem pautado a sua existência pela firmeza e pela estabilidade da sua filarmónica, reinventando-se a cada ano, sendo um baluarte de música e tradição, que hoje se enaltece ao comemorar o seu centenário.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores, propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de dezembro de 2025, a aprovação de um Voto de Congratulação pelos 100 anos de existência da Sociedade União Urzelinense.

Do presente voto, deverá ser dado conhecimento aos órgãos sociais da Sociedade União Urzelinense, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Velas, ao Conselho de Ilha de São Jorge e à Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2025.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, o CHEGA associa-se este voto, gosto sempre de estender a todas as nossas sociedades, sejam elas filarmónicas ou de outro cariz cultural.

Fazendo lembrar que tudo o que é construído de forma virtual, e porque, eu vi serem construídas uma série de associações de juventude que já não existem mas, tudo o que é construído com a vontade do povo, da sociedade, da comunidade, comemoram agora 100 anos.

É importante nós refletirmos nisto quando tivermos que apoiar ou dividir o dinheiro dos contribuintes, para não acabar apoiando uns mais e outros menos. Se calhar temos que começar a apoiar quem tem o mérito e que se vai perpetuando no tempo.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Isabel Teixeira.

(*) **Deputada Isabel Teixeira (PS):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este Voto de Congratulação pelos 100 anos da Sociedade União Urzelinense e vai apresentar um de igual teor.

De qualquer forma, quero acrescentar aqui que tive o prazer de no passado dia 8 de dezembro estar presente nestas comemorações e de felicitar os responsáveis que estão, neste momento, na Sociedade pelo seu aniversário.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Jorge Paiva, faça favor.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP também se associa ao voto aqui apresentado pelo PSD e também apresentará um voto de igual teor.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos passar à votação deste voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do PSD.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pelos 100 Anos da Sociedade União Urzelinense foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Paiva, do Grupo Parlamentar do CDS-PP, para a apresentação de um voto à mesma instituição pelos seus 100 anos.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelos 100 Anos da Sociedade União Urzelinense

No passado dia 8 de dezembro, a Sociedade União Urzelinense, no Concelho de Velas, comemorou o seu 100.º aniversário.

A sua fundação, a 8 de dezembro de 1925, e a sua longa vida só foi possível graças aos seus fundadores Manuel Joaquim Soares, Manuel Vitorino da Silveira, José Pinto Azevedo, Manuel Teixeira Filipe Júnior, José Joaquim Soares, Vitorino António Azevedo, António Machado Azevedo e Emílio Severino Soares.

A sua sede, oferecida à Sociedade pela Senhora Maria Pimentel, mantém-se até aos dias de hoje, tendo existido na mesma, obras de remodelação ao longo dos anos.

Esta instituição é de extraordinária relevância cultural, social e histórica para o concelho de Velas e para a ilha de São Jorge.

Ao longo de 100 anos de atividade ininterrupta, esta instituição tem desempenhado um papel fundamental na promoção da cultura musical, na dinamização comunitária e na preservação das tradições locais, mantendo viva a sua missão desde que foi fundada.

A Nossa Senhora da Conceição é a padroeira desta instituição e constitui o coração desta Sociedade, tendo formado gerações de músicos e contribuído de forma decisiva para o enriquecimento artístico da freguesia e da ilha.

Desde as primeiras fardas azul e branca, passando pelas diversas renovações do instrumental, até à atual formação de 30 executantes e quatro porta-estandartes, a Banda tem sido exemplo de resiliência, dedicação e espírito comunitário.

Ao longo das décadas, a Filarmónica Sociedade União Urzelinense marcou presença em inúmeros momentos relevantes, tanto locais como regionais: atuações em festas de freguesia, participações na Semana Cultural das Velas, deslocações ao Pico, à Caldeira de Santo Cristo, ao Corvo em 2010, às Flores em 2023, bem como receções protocolares a altas figuras do Estado.

Em 2025, ano do centenário, distinguiu-se pela participação no projeto "Tempo de Sonhar", atuando no Auditório Municipal das Velas, e pela realização do seu primeiro intercâmbio com uma banda do Continente, no âmbito do II FilarFesta.

Importa igualmente reconhecer o trabalho das sucessivas direções e maestros que contribuíram para a evolução desta instituição, bem como a dedicação de todos os seus músicos, dos pioneiros às novas gerações, e a criação, em 2024, da sua Banda Juvenil, orientada atualmente pelo maestro Tiago Marques, que assegura a continuidade deste valioso património cultural.

Serve assim, o presente voto para felicitar a Sociedade União Urzelinense pelos seus 100 anos, saudando assim também todas as Bandas Filarmónicas dos Açores que são verdadeiras responsáveis por uma grande parte da produção cultural das nossas ilhas e que as tornam num exemplo da cultura popular.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe um Voto de Congratulação pelo 100.º Aniversário da Sociedade União Urzelinense, desejando a todos os seus dirigentes, músicos e associados as maiores felicidades e continuação de grandes sucessos na prossecução dos seus objetivos.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à direção da Sociedade União Urzelinense, à Junta de Freguesia da Urzelina, à Câmara Municipal de Velas e à Assembleia Municipal de Velas.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2025.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições. Não havendo inscrições, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pelos 100 Anos da Sociedade União Urzelinense foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem a palavra agora a Sra. Deputada Isabel Teixeira para apresentação de um Voto de Congratulação pelos 100 Anos da Sociedade União Urzelinense.

Faz favor, Sra. Deputada.

Deputada Isabel Teixeira (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pela Comemoração dos 100 Anos da Sociedade União Urzelinense

O Partido Socialista manifesta o seu profundo reconhecimento e congratulação à Sociedade União Urzelinense pela assinalável passagem dos seus 100 anos de existência, comemorados no passado dia 8 de dezembro de 2025, enaltecendo a notável longevidade e o inestimável contributo cultural, musical e social que esta instituição tem prestado à freguesia da Urzelina, à ilha de São Jorge e à Região Autónoma dos Açores.

Fundada a 8 de dezembro de 1925, a Sociedade União Urzelinense tem funcionado desde sempre como um centro de convívio social, recreativo e artístico, afirmando-se como um espaço de dinamização cultural e musical. Teve como fundadores os senhores Manuel Joaquim Soares, Manuel Vitorino da Silveira, José Pinto Azevedo, Manuel Teixeira Filipe Júnior, José Joaquim Soares, Vitorino António Azevedo, António Machado Azevedo e Emílio Severino Soares.

Ao longo do seu percurso centenário, esta Sociedade tem sido exemplo de resiliência e dedicação: renovou o instrumental, modernizou fardas, formou gerações de músicos e participou em eventos de grande relevância, dentro e fora da ilha, contando, em

diversos momentos, com o apoio do Governo Regional dos Açores para a aquisição e renovação de instrumental, essencial à continuidade da sua atividade musical.

Entre os momentos marcantes destacam-se: a receção ao ex-presidente da República, Jorge Sampaio, atuações nas festas locais e regionais, deslocações ao Corvo (2010) e às Flores (2023), bem como a participação no projeto “Tempo de Sonhar” em 2025, com concerto no Auditório Municipal das Velas, o primeiro intercâmbio com uma banda filarmónica do continente português, ocorreu no passado verão, sendo a mesma Banda Filarmónica de Pragança no II Festival FilarFesta.

Desde 2024, conta com uma Banda Juvenil dirigida pelo maestro Tiago Marques, garantindo a continuidade desta tradição centenária.

Ao dia de hoje, esta sociedade é dirigida pelo senhor Bruno Miguel Ortiz Soares e conta com 30 músicos e quatro porta-estandartes.

O centenário da Sociedade União Urzelinense representa um marco histórico para a cultura popular açoriana, sendo justo e merecido o reconhecimento público do seu percurso, do esforço das suas direções, do talento dos seus músicos e da dedicação de todos quantos contribuíram para a sua afirmação.

Devemos apoiar e acarinhar estas instituições que se encontram pelas nove ilhas dos Açores, da responsabilidade de todos nós, de forma que se mantenham e superem os desafios do dia a dia, não esquecendo que são um dos mais importantes embaixadores da cultura açoriana.

Uma palavra de reconhecimento e apreço a todos os dirigentes, músicos, famílias e entidades, que de uma forma ou de outra, permitiram e permitem que a Sociedade União Urzelinense continue a ser parte integrante da cultura da ilha de São Jorge e da Região Autónoma dos Açores.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores aprove um Voto de Congratulação à Sociedade União Urzelinense pela comemoração dos seus 100 anos, desejando-lhes o maior sucesso e que o concelho das

Velas e a ilha de São Jorge continue a contar com a sua honrosa e imprescindível atividade sociocultural e recreativa, valorizando assim a nossa comunidade.

Deve ser dado conhecimento do mesmo à instituição através dos seus órgãos sociais, à Câmara Municipal e Assembleia Municipal de Velas e à Junta de Freguesia da Urzelina.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2025.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto. Pergunto se há inscrições.

Não havendo inscrições, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pela Comemoração dos 100 anos da Sociedade União Urzelinense foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pela Representação Parlamentar do PPM pela Carreira de Sidónio Bettencourt.

Faça favor, Sr. Deputado João Mendonça.

Deputado João Mendonça (PPM): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pela carreira de Sidónio Bettencourt

Sidónio Bettencourt é uma das figuras mais marcantes do jornalismo, da rádio e da televisão dos Açores. Construiu, ao longo de mais de cinco décadas, um percurso

profissional exemplar que se confunde com a própria evolução da comunicação social na Região Autónoma dos Açores.

A sua despedida recente das manhãs da Antena 1 Açores assinala o fim de uma carreira que merece reconhecimento pela importância cultural, social e humana, que teve para o arquipélago.

Começou na rádio, onde se tornou uma das vozes mais conhecidas e próximas do público Açoriano.

Sidónio deixa-nos um contributo ímpar para o fortalecimento dos meios de comunicação social regional e para a formação de novos profissionais.

A sua carreira destacou-se, também, por programas de grande impacto como: “Inter-Ilhas” e “Atlântida”, estes programas deram visibilidade à cultura, à identidade e ao quotidiano das ilhas, ajudando a aproximar as nove ilhas dos Açores.

Reconhecido pelo rigor e pela capacidade de explicar a realidade açoriana, Sidónio Bettencourt afirmou-se também como autor, tendo publicado várias obras que demonstram sensibilidade e atenção às pessoas e à memória das ilhas. A escrita complementou o seu trabalho como comunicador e ampliou a sua relação com o público.

O legado que deixa é o de um comunicador único: um jornalista dedicado ao serviço público, um homem de cultura e uma voz que acompanhou momentos marcantes na vida da Região.

A sua presença constante na rádio e na televisão ajudou a fortalecer a confiança dos Açorianos na informação e contribuiu para uma sociedade mais informada e consciente.

Este voto de congratulação reconhece o valor do seu percurso profissional e humano. Ao assinalar a sua carreira, homenageamos um exemplo de dedicação, competência e sentido de missão, que continuará a inspirar quem trabalha na comunicação social ao serviço da comunidade Açoriana.

Assim, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do PPM propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação deste Voto de Congratulação pela carreira de Sidónio Bettencourt. Do presente voto deve ser dado conhecimento ao próprio, à RTP Açores e à Antena 1 Açores.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2025.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado José Pacheco, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco** (CH): Obrigado, Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, o CHEGA associa-se a este voto pela Carreira de Sidónio Bettencourt, uma pessoa que faz o favor de ser meu amigo.

Quero enaltecer aqui, como dizia o Sr. Deputado João Mendonça, mais do que um jornalista, um comunicador. Fazendo aquilo que nós todos víamos ou ouvíamos na Antena 1 e no Atlântida — unir as nove ilhas.

Um pouco de aqui e de ali: um pouco do Corvo, um pouco de Santa Maria. Isto faz falta aos Açores e o Sidónio que foi nosso colega aqui, — também foi Deputado aqui nesta Assembleia — merece este reconhecimento e que este reconhecimento não seja só para o Sidónio, mas que seja também para todos aqueles que estão a começar e que os incentive a continuarem.

Eu às vezes fico triste porque só vejo o politicamente correto, eu gosto do politicamente incorreto do Sidónio a fazer coisas maravilhosas na rádio e na televisão.

Bem-haja e muito obrigado pelo teu serviço, Sidónio.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. Srs. Membros do Governo:

Em nome do Grupo Parlamentar do PSD, e, desde logo também por via do passado político, do profissional da rádio e voz dos Açores, Sidónio Bettencourt, também houve, de certa forma algum pudor em relação à apresentação do voto, mas nenhum em relação a associarmo-nos por ter sido Deputado eleito pelo Partido Social Democrata...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Bem lembrado!

O Orador: ... nesta Assembleia, mas, desde logo, também os Grupos Parlamentares da coligação, o CDS-PP e o PPM, apresentarem estes votos, que muito nos satisfaz porque, de facto, o Sidónio, como todos o conhecemos, para além de ser natural do Pico, era a voz de todos os Açorianos, a voz de todos os Açores que todas as manhãs gostávamos de ouvir na nossa rádio e em tantos outros momentos em que nos acompanhou e em que transmitiu a nossa cultura e a nossa identidade por esse mundo fora e que ajudou a unir as nossas ilhas.

E, portanto, por todo o seu percurso profissional, político, pessoal, nós associamo-nos com orgulho e com honra a este voto de congratulação e saudamos a carreira e a presença habitual em nossas casas, no lugar onde ouvíamos Sidónio Bettencourt, que é, de facto, uma voz dos Açores que todos nós enaltecemos e reconhecemos.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Dora Valadão, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Dora Valadão** (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se a este voto apresentado pelo Partido Popular Monárquico, dizendo que, de facto, não é mais que justo falar do Sidónio Bettencourt.

Sidónio Bettencourt, independentemente da sua opção política, foi um homem que uniu os Açores e foi um homem que partilhou com os ouvintes e os telespectadores toda a sua cultura e conhecimento.

Um comunicador nato que, através dos programas em que esteve envolvido, conseguiu unir os Açores, dando a conhecer toda a nossa cultura que ele tanto falava e tanto respeitava.

Ele foi um senhor da rádio, de facto. Foi um homem que poucos como ele fizeram rádio a sério e a falar da açorianidade com o orgulho como ele falava, bem como da diáspora com a qual tinha uma grande ligação e respeito.

Com a sua voz única foi e será sempre reconhecido como um grande jornalista e homem da cultura, tendo programas que uniram as nove ilhas dos Açores, sendo esta partilha de uma importância vital.

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista aproveita para cumprimentar o Sidónio Bettencourt, desejar-lhe as maiores felicidades e dizer-lhe: obrigada, Sidónio. Obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pela Carreira de Sidónio Bettencourt foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pela Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda ao Físico Faialense Jácome Armas.

Deputado António Lima (BE): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ao Físico Faialense Jácome Armas pela inauguração do Centro de Estudos de Fenómenos Emergentes nos Países Baixos

O faialense Jácome Armas, físico e professor de Física Teórica nas Universidades de Copenhaga e Amesterdão, inaugurou um centro de estudos virtual para fenómenos emergentes. Para tal, obteve uma bolsa de 7,1 milhões de euros do Governo dos Países Baixos.

Este centro foi inaugurado no passado mês de outubro e representa um consórcio composto por 46 cientistas, incluindo físicos, matemáticos, químicos, sociólogos, e 17 instituições como universidades, organizações culturais e centros de investigação.

A "Emergência" é uma noção universal que se estende aos ramos da física, matemática e química, chegando ainda a outras disciplinas como as ciências sociais, ciências informáticas e humanidades. Os fenómenos emergentes são comportamentos novos e robustos que surgem nos sistemas. Os exemplos podem incluir engarrafamentos de trânsito, redes de comunicação, o comportamento coletivo de bandos de aves, cardumes de peixes, ou mesmo multidões, a disseminação de desinformação, a emergência da consciência a partir de complexas redes de neurónios ou ainda o comportamento dos mercados financeiros. Com bases filosóficas, o conceito é utilizado na física, física matemática, química, no estudo das sociedades e mesmo no corpo humano, em fenómenos como os ataques de asma ou epiléticos.

Jácome Armas nasceu na ilha do Faial em 1985, licenciou-se em Engenharia Física na Universidade de Aveiro e em Filosofia na Universidade de Lovaina na Bélgica, fez parte do programa Erasmus no Trinity College em Dublin, na Irlanda, fez Mestrado em Estudos Avançado de Matemática na Universidade de Cambridge no Reino Unido e doutorou-se em Física Teórica na Universidade de Copenhaga na Dinamarca, onde é hoje professor dessa disciplina, tal como também o é na universidade de Amesterdão, nos Países Baixos.

Para além da sua brilhante carreira científica, Jácome Armas está envolvido na vida cultural e artística, aliando ciência, arte e cultura. No contexto regional foi fundador e co-dirigiu com Pedro Lucas o jornal *Fazendo* e a Associação Cultural com o mesmo nome em 2008. A nível internacional fundou e dirige, desde 2010 a iniciativa *Science & Cocktails*, na Dinamarca, África do Sul, Bélgica e Países Baixos, onde reconhecidos investigadores partilham o seu conhecimento científico, em eventos que combinam música, performance e cocktails, contando com cerca de 600 a mil espectadores por evento. Publicou o livro "Conversas sobre Gravidade Quântica", com entrevistas a diversos físicos teóricos.

Assim, nos termos das disposições regimentais aplicáveis, a Representação Parlamentar do Bloco de Esquerda propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores a aprovação de um Voto de Congratulação ao Físico Faialense Jácome Armas, pela inauguração do Centro de Estudos de Fenómenos Emergentes.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2025.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Lúcio Rodrigues, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Lúcio Rodrigues (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra, em nome do Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para com a maior naturalidade, associar o Grupo Parlamentar do Partido Socialista a este voto.

O voto é em relação à inauguração do Centro de Estudos e Fenómenos Emergentes dos Países Baixos, mas permitam-me também que nos associemos àquilo que tem sido o currículo e a vida do Jácome, que, desde muito cedo, aqui na ilha do Faial, percebemos que não seria apenas mais um — seria um jovem do mundo. E assim o comprovou no

sentido de fazer ciência por este mundo fora, com prémios que reconhecem a ilha do Faial, a Região Autónoma dos Açores e mesmo, o nosso País e, também, por tudo aquilo que fez na área da cultura desde muito novo, aqui na ilha do Faial, e que também o foi fazendo por este mundo afora, em particular nos países nórdicos.

Por tudo isso, naturalmente que o Partido Socialista se associa a este voto.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Salomé Matos, tem a palavra faça favor.

(*) **Deputada Salomé Matos (PSD):** Obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se naturalmente também ao Voto de Congratulação ao jovem faialense Jácome Armas.

O Jácome nasceu e cresceu na ilha do Faial e, tal como muitos jovens, acabou por deixar a ilha para prosseguir estudos, primeiro em Aveiro e posteriormente fora do país, onde se mantém atualmente.

Procurou sempre aprofundar o seu conhecimento, tem uma carreira científica digna de registo e que muito bem espelhada está no voto. Apesar de viver fora do Faial, tem levado o nome do Faial pelo mundo fora e muito nos orgulha ver a carreira que ele desenvolveu.

Para quem conhece o Jácome, compreenderá certamente as minhas palavras, pois ele alia muito bem a genialidade com simplicidade.

E, portanto, endereçamos aqui as maiores felicitações, votos de sucessos profissionais e pessoais, não só ao Jácome, como a toda a sua família.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Vamos votar então este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação ao Físico Faialense Jácome Armas pela inauguração do Centro de Estudos de fenómenos Emergentes nos Países Baixos, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo Grupo Parlamentar do PS pelos 50 anos da Associação de Jovens da Fonte do Bastardo.

Tem a palavra o Sr. Deputado Marco Martins.

Deputado Marco Martins (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente e restante elenco governativo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelos 50 anos da AJFB – Associação de Jovens da Fonte do Bastardo

Fundada em 21 de outubro de 1975, na freguesia da Fonte do Bastardo, concelho da Praia da Vitória, a AJFB – Associação de Jovens da Fonte do Bastardo destacou-se, desde cedo, não apenas como um clube desportivo de referência, com especial vocação para a modalidade de Voleibol, mas como um verdadeiro motor de coesão social, formação cívica e promoção de valores que engrandecem a nossa comunidade.

Ao longo destes 50 anos, foram vários os dirigentes, sendo de elementar justiça destacar o fundador Vitalino Fagundes, bem como vários os sócios, adeptos, atletas e colaboradores, que contribuíram de forma decisiva, para que este Clube se tornasse um verdadeiro símbolo de orgulho local, inspiração para os jovens e referência nos Açores e em todo o panorama nacional.

O palmarés da Associação de Jovens da Fonte do Bastardo é sobremaneira notável, refletindo o trabalho árduo e a paixão pelo desporto que a caracteriza.

Destacam-se as históricas conquistas na modalidade de Voleibol, como o título da II Divisão/A2 na época 2004/2005, a inesquecível consagração como Campeã Nacional da I Divisão/A1 em 2010/2011, a vitória na Taça de Portugal em 2013 e a conquista da

Supertaça de Portugal em 2022, participando ainda em competições internacionais e projetando o nome da Ilha Terceira e dos Açores além-fronteiras.

Estes êxitos evidenciam a competência técnica, o esforço coletivo e a dedicação inabalável de todos aqueles que, ao longo de cinco décadas, deram corpo e alma a esta Associação.

Todavia, o verdadeiro legado deste Clube não se mede apenas em troféus ou títulos. Reside, sobretudo, no impacto social e formativo que tem promovido, criando espaços de convívio, aprendizagem e desenvolvimento pessoal, que fortalecem laços comunitários, promovem a inclusão e consolidam valores de cidadania, solidariedade e responsabilidade coletiva. A Associação de Jovens da Fonte do Bastardo tem sabido inspirar gerações, formando não apenas atletas de excelência, mas cidadãos conscientes, empenhados e orgulhosos da sua comunidade.

Este percurso, assinalado agora por 50 anos de história, testemunha a capacidade transformadora do desporto e do associativismo, onde a Associação de Jovens da Fonte do Bastardo é exemplo de como a paixão de uma comunidade pode projetar-se muito para além das suas fronteiras geográficas.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 10 de dezembro de 2025, a aprovação de um Voto de Congratulação, pelos 50 anos da AJFB – Associação de Jovens da Fonte do Bastardo.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Direção do Clube, à Câmara e Assembleia Municipal da Praia da Vitória, à Associação de Voleibol da Ilha Terceira e à Federação Portuguesa de Voleibol.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2025.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD)**: Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto.

Queria primeiramente dar aqui uma palavra de reconhecimento ao Sr. Vitalino Fagundes, um nome grande do dirigismo do desporto açoriano, o homem que dedicou, para já, 50 anos da sua vida a este clube, ao desporto, ao voleibol. Uma palavra também a todos os dirigentes que o acompanharam nesses 50 anos e a todos os adeptos, porque realmente conseguiram transformar um pequeno clube na freguesia da Fonte do Bastardo numa referência do voleibol nacional e internacional.

Queria também destacar aqui três momentos: a conquista do Campeonato Nacional em 2016; em 2021 e 2023, a Associação de Jovens da Fonte do Bastardo também foi Vice-Campeã Nacional de Voleibol e assinalar também aqui várias presenças nas *Challenge Cup*, com destaque para a presença dos quartos de final, em 2023.

Portanto, a Associação de Jovens da Fonte do Bastardo também foi uma referência a nível europeu e, assim sendo, um bem-haja a todos os adeptos, simpatizantes, dirigentes e que venham muitos mais anos de sucesso em prol do desporto açoriano.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

Faça favor, Sra. Deputada.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH)**: Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CHEGA também se associa a este Voto à Associação de Jovens da Fonte do Bastardo — pelo qual nutro um carinho especial —, pelos seus 50 anos de dedicação à modalidade de voleibol.

É talvez, a associação mais antiga desta modalidade, do voleibol e, que tem angariado prémios não só a nível da ilha Terceira, mas também a nível nacional.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma intervenção.

Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este voto apresentado pela bancada do Grupo Parlamentar do Partido Socialista e endereçamos, obviamente, a todos os associados, antigos dirigentes e atuais dirigentes e a todos os atletas que passaram ao longo dos anos por este clube e aos atuais atletas, todas as nossas felicitações por este caminho percorrido que muito honra a ilha Terceira, a Praia da Vitória e a Fonte do Bastardo.

Muito obrigado.

Presidente: Vamos votar este Voto de Congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pelos 50 anos da Associação de Jovens da Fonte do Bastardo foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem agora a palavra pelo CHEGA, o Sr. Deputado Francisco Lima para a apresentação de um Voto de Congratulação aos Atletas Açorianos presentes no Campeonato Nacional de Karaté.

Deputado Francisco Lima (CH): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

**Aos Atletas Açorianos Presentes no Campeonato Nacional de Karaté – Cadetes,
Juniões e Sub-21**

Uma comitiva de atletas Açorianos marcou presença nos dias 8 e 9 de novembro de 2025, no Centro de Desportos e Congressos de Matosinhos, onde decorreu o Campeonato Nacional de Karaté – Cadetes, Júniores e Sub-21, competição organizada pela Federação Nacional de Karaté – Portugal.

O referido Campeonato contou com a participação de 645 atletas e 181 treinadores, provenientes de 150 clubes, representando 47 associações de todo o território nacional. A Região Autónoma dos Açores esteve representada neste Campeonato, assegurando a presença regional numa prova de elevada exigência técnica e competitiva, facto que demonstra a seriedade e o compromisso com que a modalidade é praticada, promovida e desenvolvida no arquipélago.

A participação açoriana num evento nacional desta dimensão merece o justo reconhecimento institucional, refletindo o empenho dos atletas, treinadores e clubes, bem como o contributo das estruturas desportivas regionais que apoiam a prática do karaté e estimulam a formação desportiva da juventude açoriana.

Entre os participantes açorianos destacaram-se os que alcançaram lugares de pódio, obtendo resultados que dão visibilidade e prestígio aos Açores, sem prejuízo de sublinhar que todos os atletas presentes manifestaram espírito competitivo e representaram de forma exemplar a Região.

Entre os participantes, destacaram-se os atletas:

Martim Ferreira (Clube Escolar Jerónimus D’Angra) – que obteve Medalha de Prata;

Matilde Medeiros (Clube Karaté Shotokan Rabo de Peixe) – que obteve Medalha de Prata;

Gonçalo Nápoles (Clube Karaté Shotokan da Relva) – que obteve Medalha de Prata;

Júlia Silva (Clube Karaté Shotokan da Relva) – que obteve Medalha de Bronze.

Estes resultados refletem não apenas talento individual, mas também o trabalho sério, metódico e dedicado levado a cabo pelos clubes açorianos, nomeadamente: Clube Escolar Jerónimus D’Angr; Clube Karaté Shotokan da Relva; Centro Karaté da Lagoa;

Clube Karaté Shotokan Rabo de Peixe; Clube karate da Ribeira Grande; Este Karaté Clube; Clube de Karaté do-Shotokan Praia da Vitória; Karaté Clube de Ponta Delgada. Importa ainda destacar o empenho da AKKDA – Associação Açoriana de Karaté-Do e Disciplinas Associadas, que tem assegurado formação técnica, acompanhamento desportivo e a promoção das modalidades a nível nacional.

Assim, o Grupo Parlamentar do CHEGA propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação à representação Açoriana presente no Campeonato Nacional de Karaté – Cadetes, Juniores e Sub-21, realizado em novembro de 2025, em Matosinhos, do qual deve ser dado conhecimento à Federação Nacional de Karaté – Portugal, à Associação Açoriana de Karaté-Do e aos clubes Açorianos envolvidos, à Direção Regional do Desporto, à Câmara Municipal de Ponta Delgada, à Câmara Municipal da Ribeira Grande, à Câmara Municipal de Praia da Vitória bem como à Câmara da Angra do Heroísmo.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2025.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Russell Sousa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Russell Sousa (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Partido Socialista associa-se a este voto apresentado pelo Partido CHEGA enaltecendo o esforço que foi alcançado por estes jovens atletas, o Martim Ferreira, a Matilde Medeiros, o Gonçalo Nápoles e Júlio Silva, mas também aproveitamos para enaltecer o esforço que foi feito por todos os atletas que representaram os Açores nestes campeonatos e que não obtiveram o resultado desejado.

No entanto, é na derrota que também se fazem os jovens atletas e não é só nas vitórias. O desporto açoriano deve formar estes jovens que, mesmo na derrota, mesmo não tendo os resultados desejados, estes representaram com orgulho a nossa Região e também saudamos estes jovens e os clubes que participaram em representação dos Açores.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Raposo, tem a palavra.

(*) **Deputado Luís Raposo (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Deputados, Sras. Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores associa-se com a maior das naturalidades a este voto apresentado pelo Sr. Deputado Francisco Lima, do Partido CHEGA, destacando que estas iniciativas, para além do impacto mediático que tem também na formação pessoal, formam-se grandes atletas e certamente que deixa aquele bichinho, aquele frenesim, para levarem esta prática ainda mais longe.

Destaco ainda que esta presença e esta participação destes jovens atletas projetam os Açores e o bom nome do desporto regional no contexto nacional, e isto certamente deve orgulhar esta Casa, deve orgulhar todos os Açorianos.

Para terminar congratulo os atletas, congratulo todos os treinadores e dirigentes envolvidos, bem como os pais e encarregados de educação.

Muito obrigado.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação aos Atletas Açorianos presentes no Campeonato Nacional de Karaté – Cadetes, Juniores e Sub-21 foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem agora a palavra o Sr. Deputado Rúben Cabral para a apresentação de um voto pelo PSD pelos 25 anos do Centro de Karaté da Lagoa.

Deputado Rúben Cabral (PSD): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Pelos 25 anos do Centro de Karaté da Lagoa

O Centro de Karaté de Lagoa celebrou, a 14 de novembro, o seu 25.º aniversário. Tempo em que se afirmou como espaço de formação desportiva e humana, pautado pelo rigor, pela disciplina e por valores que orientam e fortalecem gerações.

Ao longo destes 25 anos, o município e a Região contaram com esta distinta associação lagoense dedicada ao ensino e à divulgação da modalidade, que foi ganhando forma e consolidando um percurso marcado pela dedicação e pela excelência.

Este clube tem promovido a prática do karaté como via de desenvolvimento pessoal, cultivando princípios de respeito, união e empenho. Cada treino, cada conquista, traduz-se em crescimento individual e coletivo, consolidando o Centro de Karaté de Lagoa como referência no panorama desportivo e comunitário da nossa Região.

Tanto que, neste trajeto, foram formadas dezenas de crianças e jovens de Lagoa que, além de beneficiarem da prática regular e saudável de atividade física, representaram o município em diversos campeonatos regionais e nacionais, alcançando frequentemente lugares de destaque no pódio e tornando-se motivo de orgulho para os atletas, as suas famílias e toda a comunidade.

Pelos seus 25 anos, pelo seu mérito e pelo contributo inestimável na formação de atletas e cidadãos da Lagoa e dos Açores, nos termos regimentais e estatutários aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Sessão Plenária no período legislativo do mês de

dezembro de 2025, aprove este Voto de Congratulação ao Clube Karaté da Lagoa pela comemoração dos seus 25 anos de existência.

Deste voto deve ser dado conhecimento ao Clube Karaté da Lagoa, à Junta e Assembleia de Freguesia de Santa Cruz e à Câmara e Assembleia Municipal da Lagoa.
Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2025.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Estão abertas as inscrições.

Sra. Deputada Cristina Calisto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Cristina Calisto (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo, Sr. Presidente do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este Voto de Congratulação pelo Aniversário do Centro de Karaté da Lagoa e apresentará também por este feito, um voto de congratulação, reconhecendo o mérito e o contributo que este clube deu à prática desportiva regional e também ao desporto no Concelho da Lagoa, reconhecendo que veio diversificar e também trazer notoriedade ao Concelho da Lagoa em matéria desportiva, sendo por isso motivo de grande orgulho para os lagoenses.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Deputada Olivéria Santos, faça favor.

(*) **Deputada Olivéria Santos (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo Regional:

O CHEGA naturalmente que se associa a este Voto pelos 25 anos do Centro de Karaté da Lagoa, um centro que ao longo da sua trajetória tem vindo a consolidar a sua atividade, mostrando disciplina, dedicação, formação humana e, principalmente, muito inspiração, em particular para as camadas mais jovens.

Nestes 25 anos de atividade, o centro de Karaté da Lagoa tem distinguido não só o Concelho de Lagoa, mas todo o arquipélago dos Açores, em todas as suas conquistas e em cada desafio superado.

Merecem ainda uma palavra de apreço todos os instrutores, todos os alunos, as famílias e toda a comunidade desportiva.

Parabéns ao Centro de Karaté da Lagoa e a todos quantos contribuíram e ainda os que ainda contribuem e que fazem parte da caminhada desta instituição que os próximos anos e que os próximos 25 tragam ainda mais crescimento, mais vitórias e o fortalecimento dos valores que sempre caracterizaram o Centro de Karaté da Lagoa. Obrigada.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Creio que não existe.

Vamos então votar este voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação pelos 25 anos do Centro de Karaté da Lagoa foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem agora a palavra a Sra. Deputada Isabel Berbereia, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para apresentação de um Voto de Congratulação À Cáritas da Ilha Terceira pela obtenção do 2.º lugar no Prémio Nacional “Sempre Solidários” da Fundação Manuel António da Mota.

Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Isabel Berbereia (PS): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Sras. e Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exmos. Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

**À Cáritas da Ilha Terceira pela obtenção do 2.º lugar no Prémio Nacional
“Sempre Solidários” da Fundação Manuel António da Mota**

O Projeto 3D, da Cáritas da ilha Terceira foi um dos projetos distinguidos no âmbito dos prémios “Sempre Solidários” da Fundação António Manuel da Mota na sua edição de 2025, um dos mais prestigiados prémios nacionais no reconhecimento de iniciativas com impacto nas áreas da inclusão social, acolhimento de migrantes e refugiados, saúde, educação, emprego, apoio às famílias, inovação social, inclusão digital e transição climática.

O Projeto 3D foi o primeiro dos Açores a ser reconhecido, no conjunto das 16 edições já realizadas.

A edição de 2025 recebeu 304 candidaturas de todo o território nacional, e distinguiu a Cáritas numa cerimónia realizada no dia 23 de novembro no Centro de Congressos da Alfândega do Porto, com presença do Excelentíssimo Sr. Presidente da República Professor Marcelo Rebelo de Sousa.

O Projeto 3D da Cáritas da ilha Terceira é de natureza socioeducativa, teve o seu início em 2014, e ao longo do tempo tem vindo a aperfeiçoar as suas metodologias de intervenção, e a alargar o âmbito da sua atuação, na articulação entre os seus eixos fundamentais: Criança, Escola e Família.

O Projeto aposta de forma contínua na participação ativa de todos os agentes envolvidos: alunos, docentes, assistentes operacionais, famílias e comunidade, como elemento essencial para a construção de ambientes educativos mais seguros e integradores.

Este Projeto tem como missão central promover o sucesso escolar e o bem-estar integral das crianças que frequentam o ensino pré-escolar e o primeiro ciclo do ensino básico.

É seu propósito eliminar ou minimizar os obstáculos sociais e emocionais que prejudicam o desenvolvimento saudável e a aprendizagem, assegurando um ambiente que fomente o equilíbrio, o bem-estar e a felicidade das crianças.

A intervenção é focada em ações concretas: reduzir a agressividade na escola, reforçar a ligação entre a família e a comunidade escolar e motivar os alunos através da valorização do esforço e da construção de uma atitude positiva face ao crescimento e ao desempenho académico.

O Projeto 3D, é financiado pelo Fundo Social Municipal da Câmara Municipal de Angra do Heroísmo e já foi referenciado como boa prática de participação das crianças, por parte do Plano Nacional Garantia para a Infância, do Ministério da Segurança Social.

O seu programa educativo foi validado pela Faculdade de Psicologia da Universidade de Lisboa, recebeu menção honrosa pela sua contribuição para o título de Autarquia Solidária concedido à cidade de Angra do Heroísmo e já foi objeto de mestrado e trabalhos académicos.

A Cáritas da ilha Terceira tem sido, ao longo dos anos, pioneira na criação de projetos inovadores dirigidos a crianças e jovens. A sua ação assenta numa leitura atenta e permanente da realidade social. A Instituição, fiel à sua missão, tem assumido um papel ativo na resposta a problemáticas complexas, emergentes e multifacetadas, procurando soluções que promovam dignidade, inclusão e oportunidades de mudança. Muitas vezes, é a Cáritas da ilha Terceira quem assume a iniciativa, abrindo novos caminhos, promovendo o debate de ideias e contribuindo para o desenvolvimento de estratégias inovadoras de intervenção social e de educação, tanto na rede local como regional.

A sua atuação assenta em equipas técnicas competentes e criativas em diagnósticos bem estruturados, no conhecimento académico e científico, e em parcerias amplas, que fortalecem a eficácia do trabalho realizado.

O reconhecimento atribuído ao Projeto 3D poderá assim representar um desafio estratégico, o de promover a replicação da sua matriz, transformando-o numa experiência capaz de ser estendida a outras escolas do Concelho e, potencialmente, a toda a Região Autónoma dos Açores.

É exemplo de boa prática na combinação de esforços e complementaridade entre o sistema público, as autarquias e as Instituições de Solidariedade Social, e é também um apelo à necessária e urgente intervenção e mediação entre as especificidades das crianças, a escola, e as suas famílias.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista dos Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 10 de dezembro de 2025, a aprovação de um Voto de Congratulação à Cáritas da Ilha Terceira pelo Prémio atribuído ao Projeto 3D.

Do presente voto deve ser dado conhecimento à Cáritas da Ilha Terceira, Cáritas Diocesana, e à Câmara e Assembleia Municipal de Angra do Heroísmo.

Obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2025.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Estão abertas as inscrições.

Sr. Deputado Luís Soares, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Luís Soares (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente que o Grupo Parlamentar do PSD se associa a este voto aqui apresentado pelo PS à Cáritas da Ilha Terceira, pelo honroso segundo lugar no Prémio Nacional “Sempre Solidários” da Fundação Manuel António da Mota, reconhecendo assim que

a Cáritas efetivamente presta um serviço, um trabalho, um papel imprescindível no processo educativo das crianças e jovens, não só da ilha Terceira, mas de toda a Região. Pode-se mesmo dizer que a Cáritas deve ser vista como um farol para as outras instituições daquilo que de bom e de extraordinário se faz nesta matéria da educação, preparando jovens, crianças para uma sociedade que decididamente será melhor.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição. Creio que não existe.

Vamos então votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam, façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação à Cáritas da Ilha Terceira pela obtenção do segundo lugar no Prémio Nacional “Sempre Solidários” da Fundação Manuel António da Mota foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Tem agora a palavra a Sra. Deputada Ana Jorge para a apresentação de um Voto de Congratulação pelo Grupo Parlamentar do PSD, ao Prémio Nacional de Turismo/Categoria Turismo Gastronómico, ganho pelo Restaurante Bioma.

Deputada Ana Jorge (PSD): Exmo. Sr. Presidente da Assembleia, Exmos. Srs. Deputados, Exmo. Sr. Presidente do Governo, Exmos. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Prémio Nacional de Turismo/Categoria Turismo Gastronómico

1.º Lugar – BIOMA RESTAURANT

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores um Voto de Congratulação ao Bioma Restaurant, sediado nas Lajes do Pico, pelo 1.º lugar alcançado na categoria “Turismo Gastronómico” do Prémio Nacional de Turismo, que promove, incentiva e distingue anualmente as melhores entidades, práticas e projetos do setor turístico em Portugal.

Na sua sétima edição, reuniu mais de 300 candidaturas distribuídas por cinco categorias — Turismo Autêntico, Gastronómico, Inclusivo, Comunitário e Azul.

O Bioma Restaurant destacou-se entre os finalistas nacionais, afirmando-se pela originalidade, autenticidade e profundidade do seu conceito gastronómico, na categoria “Turismo Gastronómico” que pretende premiar estratégias que valorizem e promovam a gastronomia regional e local, avaliando de forma rigorosa a diferenciação da oferta, a valorização dos produtos endógenos, o contributo para a identidade histórica e cultural dos territórios, a fidelização dos consumidores e, de forma determinante, a sustentabilidade económica, ambiental e social dos projetos.

É neste enquadramento que o Bioma Restaurant, fundado pelos chefes Rafael Ávila Melo e Franco Pinilla, se afirma de forma exemplar, projetando a ilha do Pico e os Açores no panorama nacional da gastronomia contemporânea.

Relatam, com genuína paixão, que o projeto nasceu após quase 10 anos de experiências pelo mundo, num momento em que regressar às raízes se tornou essencial para reencontrar sentido, verdade e identidade gastronómica.

O regresso de Rafael às Lajes do Pico marcou o início de uma viagem que começou na cozinha da sua avó Helena, que lhe revelou os produtos da terra, os modos de cozinhar e os gestos tradicionais da comunidade, ensinamentos que foram determinantes para consolidar um conceito que representasse a autenticidade da ilha.

Foi ali que surgiram compotas, técnicas reinventadas e o emblemático pão trança, uma fusão inspirada entre brioche e massa sovada. As primeiras experiências que nasceram na cozinha da avó Helena passaram a decorrer na Amassaria, onde tudo era confeccionado num forno a lenha.

Posteriormente, a passagem pela Azores Wine Company aprofundou o conhecimento da ilha e do mercado, impulsionando a concretização do Bioma Restaurant que abriu portas a 28 de maio de 2024, movido mais por ambição e coragem do que por recursos financeiros.

Com firmeza e convicção desde o primeiro dia, estes dois chefes definiram valores de que nunca abdicaram e que permanecem até hoje como a espinha dorsal do projeto, dizem: “não abdicamos dos nossos valores. Foram fixados desde o início e mantidos com humildade e persistência. A nossa cozinha é feita de produtos com história, com verdade e com respeito. Não queremos ser moda. Queremos ser memória, ambicionamos uma cozinha ligada ao produto, tradições, histórias, valores e emoções.” Franco Pinilla argentino e Rafael Melo açoriano criaram na freguesia da Calheta de Nesquim um projeto que honra a relação entre a terra, o mar e as pessoas — o Bioma Restaurant.

Trabalham diariamente na sua horta biológica, que abastece a cozinha com produtos frescos, sazonais e íntegros, complementados pelo mercado local e pelo que o mar oferece.

O seu ensejo é proporcionar uma cozinha emotiva, capaz de recriar sabores que permaneçam na memória do palato.

No Bioma, o cardápio é reconstruído em função do que nasce, do que cresce, do que a estação permite e do que o território oferece.

Trata-se de uma cozinha viva, feita de lugar, tempo, respeito e proximidade, construída também na relação direta que os chefes estabelecem com cada cliente.

O trabalho desenvolvido em torno da Carne Ramo Grande DOP, em articulação com um agricultor local, o IAMA e o Matadouro do Pico, permitiu alcançar a certificação na própria ilha, garantindo sustentabilidade, dignidade e aproveitamento integral do animal — uma conquista marcante para os produtores locais e para a gastronomia da Região.

Afirmam que este prémio significa muito, mas desejam ir além dele, com rigor, determinação e humildade, deixando uma mensagem: “Assim como nós arriscámos, gostaríamos que tantos outros jovens também o fizessem.”

O percurso do Bioma é hoje um exemplo notável de inovação enraizada no território, de coragem empreendedora e de afirmação da identidade açoriana como referência gastronómica regional e a nível nacional.

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores enaltece o contributo dos chefes Franco Pinilla e Rafael Ávila Melo pela valorização da gastronomia açoriana, fortalecimento da economia local e o reconhecimento do impacto positivo do Bioma na promoção da sustentabilidade, da autenticidade, da cultura e da identidade da ilha do Pico e da Região Autónoma dos Açores.

Assim, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do PSD/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no mês de dezembro de 2025, a aprovação deste Voto de Congratulação.

Deste voto, deverá ser dado conhecimento aos Chefes Franco Pinilla e Rafael Ávila Melo, aos deputados da Assembleia Municipal das Lajes do Pico e à Associação da Hotelaria, Restauração e Similares de Portugal – Delegação Açores.

Muito obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2025.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto.

Tem a palavra a Sra. Deputada Marta Matos.

(*) **Deputada Marta Matos (PS):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto que congratula o Restaurante Bioma na ilha do Pico, pela conquista do Prémio Nacional Turismo Gastronómico.

O Bioma, de facto, é muito mais que um simples restaurante, não se limita a oferecer pratos e sabores, falo ao mesmo tempo que celebra a cultura dos Açores e o nosso património.

E o Bioma tem efetivamente uma aposta muito clara numa gastronomia intimamente ligada à sustentabilidade, à natureza e aos nossos produtos locais e parte dessa que é a nossa herança cultural e natural para oferecer experiências gastronómicas que contam a nossa história, as nossas tradições e a identidade do nosso território. O prémio agora atribuído, reconhece essa aposta e reconhece também aquilo que é o trabalho e a paixão dos Chefes Rafael Ávila Melo e Franco Pinilla, a quem felicitamos e associamo-nos naturalmente ao presente voto.

Obrigada.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma inscrição para intervenção.

Não existindo vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação ao Prémio Nacional de Turismo/Categoria Turismo Gastronómico 1.º Lugar – Bioma Restaurant foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, vamos fazer um intervalo.

Regressamos ao meio-dia.

Eram 11 horas e 32 minutos.

Eram 12 horas e 3 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares.

Sras. e Srs. Deputados, vamos dar continuidade aos nossos trabalhos com os votos de congratulação que deram entrada na Mesa.

O próximo Voto de Congratulação é apresentado pelo CDS-PP, relativo ao Queijo de São Jorge DOP (Denominação de Origem Protegida).

Tem a palavra, o Sr. Deputado Jorge Paiva.

Deputado Jorge Paiva (CDS-PP): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Queijo de São Jorge D.O.P. 4, 7 e 12 meses conquistam Medalhas

Nos passados dias 13,14 e 15 de novembro, a cidade de Berna, na Suíça, recebeu pela primeira vez os *World Cheese Awards*, que já vão na sua 37.º edição.

Este evento é o maior dedicado exclusivamente ao queijo a nível mundial e a sua primeira vez em Portugal foi no ano de 2024.

Com 46 países inscritos, a diversidade de queijos em competição foi estrondosa, com cerca de 5244 queijos diferentes.

Portugal, país conhecido pela sua vasta e rica tradição queijeira, foi muito bem representado dada a qualidade e autenticidade dos nossos produtos, em particulares queijos Açorianos.

Uma vez mais, os Queijos de São Jorge DOP 4, 7 e 12 meses da UNIQUEIJO - União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de São Jorge, foram a concurso entre os tantos queijos dos quatro cantos do mundo.

Este concurso que resulta de rigorosos processos de avaliação, com base em critérios específicos, como cor, textura, consistência, aroma e sabor por parte de um painel de cerca de 200 jurados.

O Queijo São Jorge DOP 4 meses da UNIQUEIJO - União de Cooperativas Agrícolas de Lacticínios de São Jorge, foi distinguido com medalha de Ouro nesta edição do

maior concurso de queijo do mundo, assim como o Queijo São Jorge DOP 7 meses que recebeu a medalha de Prata, e ainda existiu lugar para uma medalha de Bronze para o Queijo São Jorge DOP 12 meses.

Os resultados alcançados orgulham todos os jorgenses e açorianos, mantendo uma tradição com mais de 500 anos de história, que só poderia ser obtida graças a todos aqueles que trabalham em prol de um produto final diferenciado, mas que só o é, graças aos produtores de leite, com a obtenção da matéria-prima de melhor qualidade, que depois é trabalhada pelas melhores "mãos" com a experiência que este produto precisa de ser trabalhado, só assim se contém um Queijo São Jorge DOP.

O Queijo de São Jorge DOP é caracterizado por muitos especialistas regionais e nacionais, como um dos queijos com maior personalidade e que raramente deixam indiferente quem o aprecia.

Assim, nos termos regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do CDS-PP propõe que a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em Plenário de dezembro de 2025, emita o seguinte voto de congratulação: A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula-se pelo facto da UNIQUEIJO ter conquistado uma Medalha de Ouro no Queijo São Jorge DOP 4 meses, uma Medalha de Prata no Queijo São Jorge DOP 7 meses e uma Medalha de Bronze no Queijo São Jorge DOP 12 meses, no maior festival de queijo do mundo.

Esta congratulação é extensiva a todos os produtores, funcionários e intervenientes no processo de produção, transformação, certificação e comercialização, que dedicam o seu tempo, trabalho e empenho em prol do seu produto de excelência, o Queijo de São Jorge DOP.

Deste voto deve ser dado conhecimento à UNIQUEIJO e às suas associadas Cooperativas da Beira, dos Lourais e da Finisterra, à Confraria do Queijo de São Jorge, à Associação de Agricultores da ilha de São Jorge e à Associação de Jovens Agricultores da ilha de São Jorge.

Muito obrigado.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2025.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Paulo Silveira, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Paulo Silveira** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O PSD associa-se a este voto específico em relação ao Queijo de São Jorge DOP de 4, 7 e 12 meses, é o Queijo de São Jorge, que denominamos como a *Joia da Coroa* dos laticínios açorianos e enaltecer todo o trabalho dos que labutam 365 dias por ano, os nossos produtores e todos os que contribuem para este processo que realmente engrandece São Jorge, a Região e o nosso País.

Iremos apresentar também um voto, mas este sim, extensivo a todos os queijos açorianos que participaram e, com resultados, no *World Cheese Awards*.

Disse.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sra. Deputada Isabel Teixeira, faça favor.

(*) **Deputada Isabel Teixeira** (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

O Queijo de São Jorge é uma referência e um orgulho para todos nós e estes prémios demonstram, mais uma vez, a excelência do mesmo.

Não nos devemos esquecer que só é possível atingir este patamar com o esforço dos produtores agrícolas, com a sua resiliência e também com o trabalho de todos que manejam esta profissão, que é uma arte.

Daí, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista associa-se a este voto de congratulação pela distinções obtidas no Queijo de São Jorge de 4, 7 e 12 meses nesta feira.

Muito obrigada.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais inscrições.

Creio não existirem.

Vamos então passar à votação deste voto de congratulação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Congratulação ao Queijo de São Jorge DOP de 4, 7 e 12 Conquistam Medalhas, foi aprovado com 23 votos a favor do PSD, 23 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e com 1 voto contra do PAN.

Presidente: O próximo voto é do Grupo Parlamentar do CHEGA.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Paulo Sousa para apresentação deste Voto de Congratulação à Atleta Ana Filipe.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

À Atleta Ana Filipe que se destacou no Campeonato do Mundo Virtus

Entre os dias 8 e 15 de outubro de 2025, decorreu em Brisbane, na Austrália, o Campeonato do Mundo Virtus, competição internacional destinada a atletas portadores de deficiência intelectual, onde a atleta Açoriana Ana Filipe, natural da ilha Terceira, se destacou ao mais alto nível desportivo internacional.

Representando Portugal e os Açores, Ana Filipe revelou uma performance de excelência, conquistando três medalhas de ouro — nos 100 metros barreiras, salto triplo e salto em altura — e ainda uma medalha de prata, no salto em comprimento. Resultados que a distinguiram como a melhor atleta feminina de todo o Campeonato do Mundo Virtus.

Esta conquista, nunca alcançada por uma atleta Açoriana nesta competição, demonstra que a determinação, a capacidade de superação e a preparação técnica são veículos de afirmação internacional, mesmo a partir de uma Região Ultraperiférica.

A prestação de Ana Filipe é motivo de orgulho para todos os Açorianos, constituindo referência exemplar na área do desporto adaptado, área essa em que a igualdade de oportunidades e o mérito desportivo assumem valor reforçado. Ao mesmo tempo, evidencia o trabalho continuado desenvolvido pela sua treinadora Paula Costa, pelas estruturas desportivas nacionais e regionais, que têm apoiado a atleta e promovido a modalidade com dignidade e competência.

Ana Filipe representou os Açores e Portugal com honra, coragem e excelência, colocando a Região e o país entre as maiores potências mundiais na modalidade adaptada, demonstrando que o talento Açoriano pode alcançar o mais alto patamar competitivo.

Deste modo, o CHEGA/Açores propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, nos termos estatutários e regimentais aplicáveis, a aprovação de um Voto de Congratulação à Atleta Ana Filipe, pelo notável desempenho e pelos resultados obtidos no Campeonato do Mundo Virtus, do qual deve ser dado conhecimento à própria atleta, à Associação Cristã da Mocidade, à Associação de Atletismo da Terceira, à Secretaria Regional da Educação, Cultura e Desporto e à Câmara Municipal de Angra do Heroísmo.

Disse.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2025.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentado o voto.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Paulo Gomes, faça favor.

(*) **Deputado Paulo Gomes (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD associa-se a este voto e relembra também que em outubro apresentou um voto com igual teor.

Obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Luís Leal, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado Luís Leal (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Naturalmente, o Partido Socialista associa-se a este voto, também o fez há dois plenários atrás, mas é um grande motivo de regozijo para toda a Região e de admiração pela atleta, pela sua treinadora e pelo Clube Desportivo da Associação Cristã da Mocidade, porque de facto, levar o nome dos Açores e ser a melhor do mundo, não nos podia deixar a todos muito mais orgulhosos daquilo que já estamos.

Muito obrigado.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação à Atleta Ana Filipe, que se destacou no Campeonato do Mundo Virtus, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar ao próximo voto de congratulação.

Tem a palavra o Sr. Deputado José Ávila, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, para a apresentação deste voto ao Cidadão José do Rosário Bettencourt Cabeceiras de Ávila.

Deputado José Ávila (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE CONGRATULAÇÃO

Ao cidadão José do Rosário Bettencourt Cabeceiras de Ávila pela distinção com o Prémio de Serviço à Comunidade Portuguesa, pela *Portuguese Fraternal Society of America*

A *Portuguese Fraternal Society of America* (PFSA), a maior associação mutualista portuguesa da América do Norte, distinguiu José do Rosário Bettencourt Cabeceiras de Ávila, no passado mês de novembro, com o Prémio de Serviço à Comunidade Portuguesa, durante a sua convenção anual, realizada em Modesto, na Califórnia.

No momento da entrega da distinção, a PFSA relevou o serviço voluntário prestado e o reconhecimento por uma vida preenchida e de dedicação, liderança e serviço às comunidades luso-americanas da América do Norte.

José Ávila nasceu em 1945, na cidade de Angra do Heroísmo, filho de pais originários da Graciosa, ilha onde viveu a sua infância. Mais tarde, tal como outros graciosenses que puderam prosseguir os estudos, regressou à ilha Terceira para concluir o ensino secundário.

Serviu o exército e estudou engenharia eletrotécnica na Universidade de Aveiro. Foi mobilizado pela segunda vez para o serviço militar, frequentando, desta vez, o curso de capitães em Mafra, patente que ocupou até depois da Revolução de Abril em 1974. Casado com Ilda Maria Silva Vale desde 1967, tem três filhos: Miguel, Roberto e Paula, que lhes deram oito netos.

José Ávila desempenhou funções de gestão na empresa de telecomunicações CTT (Correios e Telecomunicações de Portugal), com responsabilidades distribuídas pelas ilhas de São Jorge e Terceira.

Emigrou com a família para Milpitas, na região da Baía de San Francisco, Califórnia, em 1983, iniciando uma nova fase profissional na HP, onde foi responsável por várias operações de relocalização, incluindo a transferência do centro de distribuição de impressoras da HP de San José para Sacramento e, posteriormente, para Memphis, Tennessee.

Em 2003, após a sua reforma, José Ávila, acompanhado pela esposa, mudou-se para Modesto, Califórnia. Nessa nova etapa da sua vida, adquiriu o jornal *Tribuna Portuguesa*, assumindo a missão de o revitalizar. Sob a sua liderança, a *Tribuna Portuguesa* tornou-se uma referência incontestável para as comunidades portuguesas residentes na costa oeste dos Estados Unidos da América, com especial destaque para a comunidade açoriana do Vale de San Joaquin.

O jornal passou a desempenhar um papel fundamental na divulgação de notícias, tradições e eventos, fortalecendo os laços culturais e a identidade da diáspora luso-americana.

Em 2023, após vinte anos, José Ávila e a esposa regressaram a San José, trazendo de volta o jornal *Tribuna Portuguesa* para a cidade onde foi fundado.

Assim, ao abrigo das disposições regimentais e estatutárias aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista, na sessão plenária de 10 de dezembro de 2025, apresenta o seguinte Voto de Congratulação: “A Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores congratula o cidadão José do Rosário Bettencourt Cabeceiras de Ávila pela distinção com o Prémio de Serviço à Comunidade Portuguesa, pela *Portuguese Fraternal Society of America*, reconhecendo a sua firme dedicação e compromisso para com as comunidades portuguesas, onde se inclui a vasta comunidade açoriana, como empresário, líder comunitário e proprietário do jornal *Tribuna Portuguesa*.

Este prémio representa o reconhecimento de um importante legado, cuja influência continuará a contribuir, muito certamente, para a coesão e desenvolvimento da nossa diáspora.”

Que deste voto seja dado conhecimento ao próprio, à *Portuguese Fraternal Society of America*, ao jornal *Tribuna Portuguesa*, às assembleias e câmaras municipais de Santa Cruz da Graciosa e Angra do Heroísmo, à Secretaria Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades e Secretaria de Estado das Comunidades Portuguesas. Disse.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2025.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há inscrições.

Sr. Deputado Adolfo Vasconcelos, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Adolfo Vasconcelos (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD/Açores associa-se ao voto aqui apresentado pelo Deputado José Ávila e reforça a dedicação que o Sr. José Ávila tem tido face à cultura açoriana e às nossas comunidades nos Estados Unidos da América.

Dizer também que, apesar da distância física, é uma pessoa que não tem esquecido os Açores e também tem divulgado, de forma comum e regular a nossa cultura, presenteando-nos também com algumas recordações dos nossos antepassados.

Era essa mensagem que queria deixar.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma inscrição.

Creio que não existe, vamos votar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Congratulação ao cidadão José do Rosário Bettencourt Cabeceiras de Ávila pela distinção com o Prémio de Serviço à Comunidade Portuguesa foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Vamos passar aos votos de protesto.

Temos um Voto de Protesto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista.

Tem a palavra, a Sra. Deputada Marlene Damião.

Deputada Marlene Damião (PS): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PROTESTO

**Pela Ausência do Senhor Ministro de Estado e das Finanças à Reunião da
Comissão Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região
Autónoma dos Açores**

No passado dia 15 de julho, a Comissão Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores deliberou, por unanimidade, ouvir em audiência o Senhor Ministro de Estado e das Finanças, Joaquim Miranda Sarmento, no âmbito da proposta do Partido CHEGA “Segunda alteração à Lei Orgânica n.º 2/2013, de 2 de setembro, que aprova a Lei das Finanças das Regiões Autónomas.”.

Foram realizados os contactos formais por parte desta Comissão com o Gabinete do Senhor Ministro e agendada a referida audição para o dia 2 de dezembro.

No entanto, apesar da deliberação por unanimidade e depois dos contactos formais realizados, o Sr. Ministro não compareceu na audição, e não justificou a sua ausência. A ausência do Sr. Ministro, em razão da matéria, depois de uma deliberação por unanimidade é, no nosso entendimento, grave, tendo em conta a relevância de uma Lei que regula e define o relacionamento financeiro entre o Estado e as Regiões Autónomas.

Quando uma Comissão Parlamentar convida um Ministro do Governo da República, com a aprovação unânime de todos os partidos nela representados, é porque a matéria em causa o exige e justifica.

A opção do Sr. Ministro foi recusar-se a debater este assunto com as senhoras e Srs. Deputados da Comissão Permanente de Economia e, portanto, deste Parlamento, não aparecendo na audição agendada, nem tão pouco enviando qualquer tipo de justificação para a ausência.

Além da análise feita em razão da matéria, verifica-se também um lamentável desrespeito institucional para com a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores.

Tomada a deliberação, formalizado o convite e agendada a audição o que obtivemos? Nem presença, nem representação, nem explicação e, mais grave, nem sequer uma resposta.

Esta atitude é não apenas incorreta, mas sobretudo desconsidera e desvaloriza a cooperação institucional entre os Órgãos de Governo próprio da Região Autónoma dos Açores e o Governo da República.

Esta ausência de respeito institucional merece, assim, um voto de protesto deste Parlamento.

Quando um membro do Governo da República não se digna sequer a responder ao convite desta Assembleia aquilo que está em causa não é uma falha de agenda, é uma falta de respeito institucional e um gesto de desconsideração.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: No passado recente, verificou-se a ausência do Ministro das Infraestruturas e Habitação, Miguel Pinto Luz, também a uma audição na Comissão Permanente de Economia e também após uma deliberação por unanimidade. Nesse caso, apesar da ausência e do desrespeito institucional e apesar de discordarmos da mesma, houve uma resposta e uma justificação. No caso do Ministro de Estado e das Finanças, nem se dignaram a responder, desrespeitando todos os deputados eleitos desta Assembleia.

Relativizar mais uma falta de comparência, no caso de um Ministro de Estado, ou de qualquer outro membro do Governo da República após uma deliberação por unanimidade, seria normalizar um padrão de ausência e de falta de vontade de cooperação, que muito lamentamos.

O Governo da República não pode agir como se a Assembleia Legislativa dos Açores fosse apenas um interlocutor ocasional em função da conveniência política.

Se o Governo da República tem responsabilidades para com todos os portugueses, então tem-nas igualmente para com os Açorianos. Mas não basta dizê-lo: é preciso demonstrá-lo, é preciso praticá-lo e honrá-lo.

A ausência do Senhor Ministro não foi apenas uma ausência física.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Espiritual!

A Oradora: Foi uma ausência política e institucional, que impediu que a Comissão Permanente de Economia deste Parlamento recolhesse informações essenciais para o escrutínio democrático, ...

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral): Que exagero.

A Oradora: ... impedindo-se assim a clarificação de decisões governamentais que têm impacto direto na vida dos Açorianos.

Um Governo da República que exige respeito deve ser o primeiro a demonstrá-lo.

Assim, ao abrigo das disposições estatutárias e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária do mês de dezembro, a aprovação de um Voto de Protesto ao Ministro de Estado e das Finanças Joaquim Miranda Sarmiento pela ausência e falta de justificação dessa ausência na audição da Comissão Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, no passado dia 2 de dezembro, deliberada por unanimidade.

Do presente voto deve ser dado conhecimento ao Sr. Presidente da República, ...

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Ui!

A Oradora: ... ao Sr. Primeiro-Ministro de Portugal e ao Sr. Ministro de Estado e das Finanças.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2025.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Está apresentado o voto.

Estão abertas as inscrições.

Pelo CHEGA, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Nós, naturalmente vamos associar-nos a este voto do Partido Socialista e apesar de ser só para o Ministro das Finanças e do Estado, eu acho que o Ministro das Infraestruturas também podia ser adicionado a esse pacote, uma vez que ele justificou a sua ausência quatro horas antes da Comissão de Economia começar.

Portanto teve vários dias e não quis saber, ou seja, o Ministro das infraestruturas, também não quis saber e não esperou pelo parecer do Governo sobre o Subsídio da Mobilidade.

Portanto isso já é um padrão de arrogância por parte da República e por arrogância desse Governo de Montenegro. Portanto, já é um padrão de arrogância e de não querer saber.

Deputado Flávio Soares (PSD): Menos!

Protestos dos Deputados das bancadas do PSD.

O Orador: Eu nem sequer vou para o patamar de serem propostas do CHEGA, coincidentemente, duas propostas do CHEGA, que o Ministro não quer ouvir o Parlamento dos Açores.

Penso que, uma vez que foi aprovado por unanimidade, é uma falta de respeito para com todas as bancadas e naturalmente nós, até agradecemos ao Partido Socialista, por se ter lembrado desse voto de protesto porque nós por lapso, não o apresentámos.

E, neste caso, vamo-nos associar ao voto e com toda a veemência.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata** (IL): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sobre estas sucessivas tentativas de audições que têm ocorrido sobre Ministros de Estado, Ministros do Governo da República, Secretários de Estado, Instituições da República, eu acho que todos os Srs. Deputados que tiveram nas comissões das quais eu fiz parte, pelo menos desde duas audições que ocorreram até do Tribunal de Contas, eu tenho sempre me oposto a que essas diligências sejam feitas e a razão pela qual eu me oponho a que essas diligências sejam feitas é precisamente pela forma como nós somos tratados.

Houve duas exceções ao longo das últimas duas legislaturas: uma foi o Ministro Costa e Silva, quando pedimos — até foi por requerimento da Iniciativa Liberal na altura — por causa das Agendas Mobilizadoras e que, de facto, o senhor veio à Comissão, eu até tive que a fazer por meios telemáticos porque estava na ilha das Flores e isto não foi constrangimento para ele, ele também fez por meios telemáticos, mas tratou os Srs. Deputados de uma forma amistosa e a audição correu como nós todos esperávamos.

A segunda vez foi a audição do Sr. Ministro das Infraestruturas, que também que eu saiba, foi o único Sr. Ministro que veio a uma Comissão do Parlamento dos Açores nesta legislatura, mas nessa audição teve o azar de ter dois Deputados impertinentes na mesma, o Sr. Deputado Nuno Barata e o Sr. Deputado Joaquim Machado, que apertaram com o Sr. Ministro naquilo que tinham que apertar com o Sr. Ministro, convenhamos. E o Sr. Ministro às tantas, revelou-se, ficou alterado, irritado, porque tinha que estar ali a dar justificações aos Srs. Deputados da Região Autónoma dos Açores.

E a partir dessa altura, ainda houve mais uma, que foi da Sra. Representante nos Açores do Tribunal de Contas, Juiz Conselheira da Secção dos Açores do Tribunal de Contas, depois de eu ter avisado na Comissão que era melhor não chamar lá a senhora, foi a uma comissão para destratar os Srs. Deputados.

E, portanto, eu acho que órgãos de soberania, órgãos da República, presidentes de institutos, Secretários de Estado, não vale a pena trazer para o Governo dos Açores...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Isso não pode ser assim!

O Orador: ... para virem falar com os parlamentares dos Açores.

Nós temos que fazer o nosso trabalho e mandar para a República aquilo que temos para fazer e é por isso que não vou votar a favor deste voto do Partido Socialista, porque eu nem quero que eles tomem conhecimento de que a gente perdeu tempo aqui com eles! Acabou! Não há tempo a perder com essa gente. Nós temos que fazer o nosso trabalho, mandar para lá as antepropostas de lei que tivermos que mandar, porque a última vez que fomos ouvidos sobre uma anteproposta de lei veio um parecer por escrito a dizer que: “isso é uma competência da República”, eu sei que é uma competência da República, por isso é que eu estou a fazer uma anteproposta de lei.

Portanto, a incompetência é de tal ordem que nos vêm dar um recado: “os senhores não têm de fazer isto, porque isso é uma competência da República.” Isso nós sabemos, por isso é que fazemos uma anteproposta de lei e não fazemos um decreto de lei, porque não podemos fazer, porque não temos assento na Assembleia da República.

Quer dizer, nós fazemos aqui o nosso trabalho aturado, paciente, colaboramos uns com os outros nas comissões o máximo que pudermos e depois vamos receber recadinhos de gente que nem sabe o que é que está a dizer.

Não, desculpa, vou votar contra porque eles não têm de saber que a gente perdeu tempo com isso.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Este voto do protesto do Partido Socialista assenta numa omissão e numa premissa errada que condiciona quase todo o voto.

E eu passo a explicar: a omissão é a circunstância de o Sr. Ministro das Finanças ter sido convidado para participar na reunião da Comissão de Economia do dia 13 de novembro e de ter efetivamente respondido, ainda que não tendo na sua agenda disponibilidade para ser ouvido nesse dia. E, portanto, dizer simplesmente que não respondeu, não é verdade.

Numa vez respondeu, na segunda não respondeu.

Deputada Marlene Damião (PS): Ah!

O Orador: E aí eu acompanho o Partido Socialista porque aprendi desde muito novo que, os convites e as cartas todos devem ter resposta e portanto, aí há efetivamente uma falha.

A premissa errada do Partido Socialista é de entender que o Governo da República tem responsabilidades políticas perante o Parlamento dos Açores. Ora, tanto no plano constitucional, como no plano do Estatuto da Região Autónoma dos Açores, como noutra qualquer plano legal, não há espaço para resposta do Governo da República perante o Parlamento dos Açores.

Coisa diferente é o sentido de colaboração institucional, que habitualmente se pratica mais e se faz mais entre parlamentos.

Portanto, sobre isto não há qualquer problema, nem me parece que o Partido Socialista tenha sido muito acertado nos argumentos que aqui trouxe.

E gostava de fazer dois comentários a expressões utilizadas pelo Partido Socialista: uma é que quando a “Comissão convida” e, este “convida” diz tudo; há convites que são aceites e convites que não são aceites.

E, portanto, devemos ver isso com naturalidade, não se tratou de uma convocatória nem de uma obrigação do Governo da República, mas apenas de um convite que, não tendo tido resposta, podemos até entender como declinado.

Deputado Berto Messias (PS): Todas as deliberações são convites.

O Orador: Eu por formação profissional, mas também porque, achando que o futuro só se condiciona a partir do conhecimento do passado, gosto muito de rever um bocadinho o tempo. E é óbvio que não encontrei nenhuma situação dessas com governantes do Partido Socialista da República, nem durante o tempo em que o Governo dos Açores foi do Partido Socialista e que neste Parlamento o Partido Socialista tinha uma maioria absoluta e musculada no exercício das suas funções.

Portanto, como nunca convidou, nunca ninguém faltou.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: O Sr. Deputado Nuno Barata, disse quase tudo certo e eu acompanhava-o em quase tudo, com um pequeno pormenor, é que o Sr. Ministro da Economia do tempo do Partido Socialista veio à Comissão porque era uma Comissão de Inquérito e estava legalmente obrigado a isso.

Deputado Nuno Barata (IL): É verdade. Bem lembrado.

O Orador: Não foi por deferência, não foi por respeito, nem qualquer simpatia para com os Açores; foi porque legalmente estava obrigado a ir à Comissão de Inquérito que tem poderes paralelos a um Tribunal e, portanto, recusar a ida...

Presidente: Agradeço que termine.

O Orador: ... à Comissão de Inquérito seria o mesmo que uma desobediência ao Tribunal.

Mas, há mais uma coisa que tem que naturalmente ser dita sobre este voto de protesto do Partido Socialista, que é: se as relações entre os Açores e Lisboa estão mal por causa desta falta de resposta...

Deputado Berto Messias (PS): E de respeito!

O Orador: ... do Ministro das Finanças, então temos de concluir necessariamente que o resto está tudo bem.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Mas vamos ver o que é que o Partido Socialista fazia, em termos de protestos no passado, quando a responsabilidade era do Governo de António Costa.

Sobre o problema da cadeia de Ponta Delgada, que não passou do Monte Bagacina; a falta de agentes de forças policiais; as esquadras que estão em estado calamitoso; a falta de funcionários públicos e o estado das instalações judiciais e fiscais nos Açores. Houve ainda a falta do Governo da República de António Costa sobre os compromissos com o furacão Lorenzo; a falta de pagamento das OSP (Obrigações de Serviço Público) à SATA, de dezenas e dezenas de milhões de euros;

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

... a falta de pagamento de compensação das rotas não liberalizadas dos voos para o Faial, de Santa Maria e o Pico; a falta da carga aérea entre os Açores e Lisboa e a exclusão dos nossos empresários...

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, tem de terminar, faz favor.

O Orador: ... estou a terminar, Sr. Presidente... da compensação pelo aumento do salário mínimo.

Ou então, por exemplo, quando houve também a assinatura, sob a supervisão do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, Presidente do Governo Regional, que assinou um protocolo com a Universidade dos Açores que não valeu para coisa nenhuma...

Deputado Berto Messias (PS): Ó Sr. Presidente, o que é que isto tem a ver!?

O Orador: O PS não protestou. Nem mesmo quando o então Presidente Vasco Cordeiro pediu que fossem fechados os aeroportos dos Açores e António Costa não respondeu.

Presidente: Sr. Deputado Joaquim Machado, o senhor tem que terminar.

O Orador: Vou terminar. Vou terminar mesmo exatamente no fim da governação de António Costa que, no último dia de governação, mandou para o Tribunal Constitucional a fiscalização da legislação sobre o domínio público marítimo. Sobre tudo isso e muito mais, os açorianos sabem: o Partido Socialista não teve tempo, nem disponibilidade, para fazer um protesto.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Neves, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Neves (PAN):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo:

Eu subscrevo aquilo que foi dito pelo Deputado da Iniciativa Liberal — Nuno Barata — disse-o muito bem.

Já temos um histórico com a República que não invejo a ninguém e, dar interesse ou importância àqueles que não nos dão importância, será mesmo uma perda de tempo. Alguns podem-se sentir insultados, outros ofendidos, eu não vou dar o meu tempo, nem mais um segundo a este problema; a quem não dá importância aos Açores.

Deputado José Pacheco (CH): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima** (BE): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Ministro das Finanças e qualquer outro ministro da República não tem obrigação de vir ao Parlamento dos Açores, mas tem a obrigação, como é óbvio, de ter um bom relacionamento institucional com o Parlamento dos Açores.

E não menorizando qualquer outra instituição, trata-se do primeiro órgão da autonomia da Região e essa boa relação e esse tratamento institucional deve ser correto.

Não *dar cavaco* sobre uma falta numa Comissão ou sobre a rejeição de um convite a uma Comissão, não é correto e merece o protesto.

Mas há muitas outras questões sobre as quais o Governo da República merece protesto, aliás, o Sr. Deputado Joaquim Machado elencou algumas que se mantêm exatamente na mesma — exatamente na mesma.

Mas eu saliento uma que não terá o protesto hoje aqui neste Parlamento, mas terá, espero, amanhã, na rua e em todos os postos de trabalho, que é o ataque aos direitos do trabalho deste Governo da República, ...

Deputado Paulo Chaves (PSD): O senhor não anda atento às notícias!

O Orador: ... o ataque aos trabalhadores deste Governo da República.

Protestos de alguns Deputados das bancadas do PSD.

O Orador: Merece um protesto muito maior do que este, e esse, serão espero, os trabalhadores na rua de todas as cores políticas e sem cor política que estarão a fazer greve de protesto quanto a este...

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

O Orador: ... Código de Trabalho, que o Governo da República quer impor aos trabalhadores, um verdadeiro retrocesso nos direitos dos trabalhadores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Pedro Pinto** (CDS-PP): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Ultimamente o Parlamento tem solicitado a presença de vários Membros do Governo da República para audição nas nossas Comissões, mas o histórico deste Parlamento desde há muitos anos não é esse. Não tem havido no histórico deste Parlamento chamadas de Membros do Governo da República para audição.

E nós não nos podemos esquecer que, — e muitas vezes invocamos isso aqui — somos um regime autonómico, temos Órgãos do Governo Próprio, ou seja, nós afirmamos a nossa autonomia política e administrativa em relação à República.

Portanto, também não podemos querer que alguém que seja Membro do Governo da República se submeta a um Parlamento que não é o Parlamento ao qual ele responde diretamente, que é a Assembleia da República.

E, portanto, nós solicitamos, e, legitimamente, é legítimo pedir a presença para obter esclarecimentos e isso seguramente que é muito mais útil e profícuo à democracia e aos nossos trabalhos, será, mas formalmente e institucionalmente sabemos que o Governo da República responde à Assembleia da República, da mesma forma que o Governo Regional responde a este Parlamento.

E, portanto, nós podemos estar indignados com a resposta ou a falta de resposta ou a confirmação e a falta à última hora, tudo isso é legítimo, mas temos que ter consciência daquilo que somos institucionalmente, (eu não estou a dizer que somos mais ou menos) estou só a dizer que institucionalmente somos um órgão representativo, legitimamente representativo de uma Região Autónoma, com autonomia política e administrativa, um Parlamento regional e, portanto, não é expectável que um Membro do Governo da

República tenha por hábito vir prestar esclarecimentos ou ser ouvido em comissões parlamentares.

Deputado Berto Messias (PS): Isso é a pior justificação possível!

O Orador: Os Deputados do Partido Socialista estão indignadíssimos, indignadíssimos...

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Não seja presunçoso.

O Orador: ... com a minha intervenção, mas Srs. Deputados, quando V. Exas. governavam os Açores e governaram os Açores durante 24 anos, nunca chamaram nenhum Membro do Governo da República a ser ouvido e durante vários anos, houve governos do Partido Socialista, houve governos de coligação PSD/CDS-PP na República e nem esses V. Exas. chamaram para ser ouvidos aqui.

Deputado Berto Messias (PS): E os senhores agora chamam e eles não vêm.

O Orador: Agora, inventou-se agora recentemente esta moda de chamar por tudo e por nada os Membros do Governo da República às Comissões e, portanto, estamos agora aqui todos muito indignados a fazer um protesto, porque as Exas. do Governo da República ou não respondem ou confirmam e faltam.

Portanto, está agora o caldo entornado, é isso que aqui está.

Nós somos legitimamente representantes do povo Açoriano com toda a autonomia política e administrativa que temos...

Presidente: Agradeço que termine, Sr. Deputado.

O Orador: ... exercemos o nosso Estatuto Político-administrativo e da Constituição da República e temos que reconhecer igualmente a legitimidade do Governo da República no âmbito da Constituição da República Portuguesa, que ele responde é à Assembleia da República e não ao Parlamento dos Açores.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sra. Deputada Marlene Damião, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputada Marlene Damião (PS):** Obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Srs. Membros do Governo. Eu ouvi com atenção todas as intervenções, aquelas que procuram valorizar o nosso voto de protesto e aquelas que procuram também desvalorizar o nosso voto de protesto. Mas eu acho que é importante referir que quando diferentes partidos, com visões distintas na nossa Região, não se unem na defesa do respeito institucional isso diz muito do que está aqui verdadeiramente em causa.

Porque não se trata de uma reivindicação partidária, trata-se da afirmação inequívoca de que os Açores não aceitam ser tratados com desconsideração, sobretudo em matérias essenciais para a nossa Região.

Deputado João Vasco Costa (PS): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): O que fez o António Costa no último dia do mandato?

A Oradora: Mas, era importante recordar, já como o Sr. Deputado Joaquim Machado diz que gosta de recordar o tempo, eu também vou recordá-lo desse tempo, e vou-lhe recordar de um tempo muito recente. O Sr. Deputado Joaquim Machado não pode num dia dizer uma coisa e no outro dia dizer outra.

No dia 2 de setembro, quando o Sr. Ministro das Infraestruturas recusou ser ouvido na Comissão Permanente de Economia, o Sr. Deputado Joaquim Machado referiu, — e esta é uma notícia que foi dada pela RTP Madeira —...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E disse bem.

A Oradora: ... e passo a citar: “Até Joaquim Machado, parlamentar social democrata, lamentou a atitude e os argumentos invocados por Miguel Pinto Luz, adiantando que o Governo da República ficaria muito melhor na sua atitude...”

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E mantém.

A Oradora: ... se ela fosse de atender à solicitação da Assembleia Legislativa dos Açores. É uma interpretação que nós não acompanhamos.”

O Sr. Deputado Joaquim Machado também quando refere com tanta veemência e com tanto vigor a indignação perante a apresentação de um voto de protesto, como gosta de recordar o passado eu vou-lhe recordar também que nas últimas... Sr. Presidente...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Isto afinal é um protesto ao Deputado Joaquim Machado!

Ruído na Câmara.

A Oradora: Muito obrigado, Sr. Presidente.

... que nas últimas três legislaturas, enquanto os senhores foram oposição, os senhores apresentaram 71 votos de protesto.

Deputado Joaquim Machado (PSD): E o PS, quantos aprovou?

A Oradora: Isto significa que o direito ao protesto sobre matérias que nós Deputados nesta Casa, consideramos serem essenciais, ...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Como é que votava o PS?

A Oradora: ... é um direito que nos assiste a todos, é um direito que os senhores já exerceram e que nós estamos a exercer neste momento.

Gostava também de acrescentar que, o Governo Regional dos Açores, na pessoa do Sr. Vice-Presidente do Governo, muito recentemente...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): E bem, e bem! Grande Vice-Presidente!

A Oradora: ... queixou-se de não receber resposta do Governo da República à carta remetida relativamente ao atraso do pagamento dos ordenados dos trabalhadores das Lajes.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Não recebeu resposta por isso indignou-se. E bem.

A Oradora: Portanto, também manifestou este Governo Regional a sua discordância e a sua indignação em relação à desconsideração do Governo da República.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): É isso mesmo! Nós temos direito à indignação!

A Oradora: Gostava também, com o devido respeito, ...

Sr. Deputado Pedro Pinto, inscreva-se, inscreva-se.

Ruido na Câmara.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados.

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Com o devido respeito e consideração que tenho pelo Sr. Deputado Nuno Barata, — tenho muito e ele sabe que sim — gostava também de recordar o Sr. Deputado Nuno Barata, que no dia 16 de outubro protestou daquela tribuna, contra o Governo da República pelas alterações impostas no Subsídio Social de Mobilidade. Fê-lo, e muito bem, em defesa dos Açorianos, assumindo a posição do seu partido e o mesmo estamos aqui a fazer.

Nós não podemos numa reunião de Comissão Parlamentar, aprovar por unanimidade, em diligência quem é que queremos ouvir e depois vir para esta Casa fazer política, desculpem-me, que não me parece correta...

Deputado Nuno Barata (IL): Política é o que se faz neste Casa! Não se faz outra coisa nesta Casa. É a Casa da política!

A Oradora: ... dizendo que num dia vale, no outro dia, não vale.

Srs. Deputados, por último, e, porque o que está aqui em causa não é apenas a falta de comparência de um Membro do Governo da República, mas sim a ausência de resposta, eu recordo as palavras do Sr. Presidente da Comissão Permanente de Economia no dia que, confrontou os restantes membros desta Comissão com esta informação, — contrariamente àquilo que o Sr. Deputado Joaquim Machado afirmou — e passo a citar, o Sr. Presidente da Comissão Permanente da Economia iniciou a reunião dizendo: “Até

à data, não recebemos resposta do Ministro das Finanças, pelo que esta audição fica sem efeito.”

Ora, eu recordo aquilo que todos os Deputados e membros desta Comissão referiram nesse dia, inclusive quem lá esteve: “É um desrespeito para com o nosso trabalho.”, todos estivemos presentes na reunião, exceto o Sr. Ministro.

Presidente: Agradeço que termine, Sra. Deputada.

A Oradora: E, portanto, queria apenas, e por último, recordar que esta não é a primeira vez e seguramente não será a última, que esta Assembleia reage a descondições vindas do Governo da República.

Presidente: Tem de terminar, Sra. Deputada.

A Oradora: Muito obrigada, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado, pede a palavra para?

Para uma interpelação à Mesa, faça o favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo Regional, Srs. Membros do Governo Regional:

Verdadeiramente, é um requerimento à Mesa Sr. Presidente. É para requerer a V. Exa. que providencie junto dos serviços, a contabilização dos votos de protesto que durante a legislatura de 2016/2020 foram apresentados e que tenham tido o voto favorável do Partido Socialista.

Risos da Deputada Marlene Damião (PS).

O Orador: ... Eu não consegui encontrar nenhum, mas, porventura, será uma insuficiência minha na pesquisa. E, portanto, requeiro essa informação.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Está registada a sua interpelação.

Pergunto se há mais alguma intervenção.

Vamos passar à votação deste voto de protesto.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: O Voto de Protesto à Ausência do Sr. Ministro de Estado e das Finanças à reunião da Comissão Permanente de Economia da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, foi aprovado com 23 votos a favor do PS, 5 do CH e 1 do BE e com 23 votos contra do PSD, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Vamos entrar nos votos de pesar.

Tem a palavra a Sra. Deputada Cristina Calisto para a apresentação de um Voto de Pesar pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista pelo Falecimento do Dr. Álvaro Laborinho Lúcio.

Faça favor, Sra. Deputada.

Deputada Cristina Calisto (PS): Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

VOTO DE PESAR

Pelo Falecimento do Dr. Álvaro Laborinho Lúcio

Nascido a 1 de dezembro de 1941, na vila da Nazaré, Álvaro Laborinho Lúcio era Juiz Conselheiro Jubilado do Supremo Tribunal de Justiça. Licenciou-se em Direito pela Universidade de Coimbra e detinha, ainda, um Curso Complementar de Ciências Jurídicas, distinguindo-se por uma notável carreira como magistrado do Ministério Público e, mais tarde, como juiz. Exerceu funções em diversas comarcas, foi Procurador da República junto do Tribunal da Relação de Coimbra, inspetor do Ministério Público e Procurador-Geral-Adjunto da República.

O Dr. Álvaro Laborinho Lúcio foi uma figura maior da vida pública portuguesa, cujo legado jurídico, político, cívico e humano marcou de forma indelével a história recente de Portugal e das suas instituições.

Destaque para as funções de Ministro da Justiça, entre 1990 e 1995, durante o Governo de Aníbal Cavaco Silva, sendo responsável por reformas estruturais e por uma política de modernização do sistema judicial português.

Em março de 2003, foi nomeado Ministro da República para a Região Autónoma dos Açores, cargo que exerceu até março de 2006, durante a presidência de Jorge Sampaio. Nesse período, Laborinho Lúcio revelou um profundo respeito pela autonomia regional e pelas instituições açorianas, pautando a sua atuação por um espírito de diálogo, equilíbrio e cooperação institucional. A sua passagem pelos Açores é recordada com estima e reconhecimento, pela postura serena, pedagógica e pela permanente defesa do interesse público e da coesão nacional.

Defensor incansável dos direitos das crianças e dos jovens, integrou várias comissões e iniciativas dedicadas à proteção da infância.

Agraciado com a Grã-Cruz da Ordem Militar de Nosso Senhor Jesus Cristo e com a Grã-Cruz da Ordem de San Raimundo de Peñaforte, Laborinho Lúcio foi reconhecido em vida como exemplo de serviço, cultura e humanidade.

Em 2023, a Assembleia da República atribuiu-lhe a Medalha de Ouro comemorativa dos 50.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos.

O Dr. Álvaro Laborinho Lúcio faleceu no dia 23 de outubro de 2025, na sua terra natal, a Nazaré, aos 83 anos de idade.

Assim, com profundo respeito e admiração pelo cidadão exemplar, que serviu o país e esta Região com sabedoria e sentido de missão, o Grupo Parlamentar do Partido Socialista propõe à Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, reunida em sessão plenária no dia 10 de dezembro de 2025, que aprove um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Laborinho Lúcio.

Do presente voto deverá ser dado conhecimento à sua família, ao Governo Regional dos Açores e aos 19 municípios da Região Autónoma dos Açores.

Muito obrigada.

Horta, Sala das Sessões, 10 de dezembro de 2025.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado João Bruto da Costa (PSD):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do PSD naturalmente associa-se ao voto de pesar apresentado e informa que tem um de igual teor para apresentar na apresentação legislativa.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais inscrições.

Sr. Deputado Pedro Pinto, faça favor.

(*) **Deputado Pedro Pinto (CDS-PP):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente do Governo, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CDS-PP associa-se a este voto apresentado pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e o que temos a expressar relativamente ao Dr.

Álvaro Laborinho Lúcio é que a sua vida foi um exemplo inspirador de dedicação à justiça e à ação cívica humanista, sempre na defesa da cidadania e do fortalecimento da nossa democracia nos Açores.

A sua passagem como Ministro da República foi marcante pela forma como soube afirmar o interesse público e promover a coesão nacional com equilíbrio e sentido de Estado e à família enviamos as nossas mais sentidas condolências.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Pergunto se há mais alguma intervenção.

Creio não existir.

Vamos então passar à votação deste voto de pesar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O Voto de Pesar pelo Falecimento do Dr. Álvaro Laborinho Lúcio foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, Sr. Presidente, Srs. Membros do Governo, vamos fazer o nosso intervalo para o almoço.

Regressamos às 15 horas.

Eram 12 horas e 59 minutos.

Presidente: Muito boa tarde, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo.

Eram 15 horas e 5 minutos.

Vamos dar continuidade aos nossos trabalhos entrando no ponto 4 da nossa Agenda:

Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/XIII – “Quarta Alteração ao

Regulamento de Concurso de Pessoal Docente da Educação Pré-escolar e Ensinos Básico e Secundário". É uma proposta apresentada pelo Governo Regional. Tem a palavra a Sra. Secretária da Educação, Cultura e Desporto para a apresentação do diploma.

(*) **Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto** (Sofia Ribeiro): Sr. Presidente da Assembleia Legislativa Regional, Exmas. Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

A carência de docentes na Região, e no país, é uma história anunciada há cerca de duas décadas.

O Governo de coligação, desde a sua primeira hora de governação, desenvolveu um conjunto de políticas para dignificação e cativação de docentes, reconhecendo, ao contrário das anteriores governações socialistas, que uma estratégia consertada já pecava por demasiado tardia.

Com as alterações introduzidas, tanto a nível regional como nacional, é necessário rever este diploma, decorridos quase cinco anos de alteração por nós suscitada, e tendo em atenção que a escassez de docentes, a nível global, gera uma necessidade de se atacar o problema numa perspetiva de concorrência de mercado.

É com essa perspetiva que temos vindo a desenvolver políticas que tornam os Açores a região com melhores condições para o exercício da atividade docente no país.

No início de 2021, alterámos o regulamento de concursos — ainda que com os votos contra do Partido Socialista — tendo inovado com a criação de quadros de ilha, reconhecendo como necessidades permanentes à escala global as vagas decorrentes de três contratações anuais sucessivas.

Isto permitiu que, até à data, se fixassem nos Açores mais de 900 docentes que até então se encontravam em precariedade laboral, mediante contrato a termo, muitos há mais de 10 anos.

Seguiram-se importantes medidas de cativação de jovens para a docência e de dignificação de toda a classe docente, nomeadamente:

- a instituição do pagamento das deslocações referentes a estágios profissionais nos Açores de alunos de universidades externas à Região;
- a atribuição de bolsas de estudo a alunos de cursos de mestrados habilitantes para a lecionação em grupos de recrutamento carenciados;
- o estabelecimento de um protocolo com a Universidade dos Açores para a reabertura de cursos de mestrado em ensino;
- a alteração do modelo de estágios profissionais, passando estes a ser remunerados, algo que deixara de acontecer desde o ano 2000;
- o pagamento das remunerações aos docentes contratados a termo pela tabela aplicável aos docentes de quadro em igualdade de circunstâncias;
- a consignação de direitos laborais, aplicáveis aos restantes trabalhadores, no que concerne ao estatuto do trabalhador estudante, a faltas no período de férias;
- a implementação de diversas medidas de desburocratização da ação docente, aperfeiçoando a plataforma de gestão de alunos, e com a simplificação de procedimentos, pela administração educativa, de entre outros;
- a equiparação dos horários letivos dos docentes de educação de educação pré-escolar e do 1.º ciclo do ensino básico, aos restantes docentes;
- a recuperação do tempo de serviço perdido na reestruturação da carreira de 2008, o que não tem paralelo no resto do país;
- a revisão e implementação do regime de incentivos à fixação de docentes na Região, de entre outras.

Neste trabalho que se quer em contínuo, importa rever o diploma que define o regime de acesso para o exercício da docência, prosseguindo uma estratégia integrada e pluridisciplinar.

Após seis rondas negociais com as associações representativas do pessoal docente, em que fizemos a convergência possível na prossecução do interesse público regional, presidido pelas necessidades das escolas, apresentamos à Assembleia

Legislativa dos Açores uma proposta legislativa, elencando as principais alterações suscitadas:

- prioridade no concurso para docentes que optem pela permanência de cinco anos nas ilhas, escolas e grupos de recrutamento abrangidos por incentivos à estabilidade;
- abertura direta de vagas em quadros de escola sempre que haja recursos à contratação sucessiva por três anos;
- abertura de vaga de quadro de ilha para cada docente que tenha exercido funções durante três anos consecutivos, sem interrupção, em contrato a termo resolutivo;
- critérios mais rigorosos para a mobilidade por um ano, com base em condições específicas, para prevenir perversões de um mecanismo que deve ser ativado apenas em situações excecionais, de doença ou de parentalidade;
- obrigatoriedade de permanência mínima de um ano no lugar de quadro obtido.

Estas alterações fazem parte de uma estratégia legislativa e de gestão para melhorar o sistema educativo.

São necessários cinco anos para se formar um professor e o número de formandos, a nível nacional, é inferior ao número de aposentações expectáveis até ao final da década, como, inclusivamente, avaliámos, e apresentámos na Estratégia da Educação dos Açores 2030.

Mas estamos certos de que contribuem para uma maior estabilidade nas nossas escolas, em especial nas ilhas com maiores dificuldades de recrutamento.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

Esperamos, naturalmente, que estas alterações sejam aprovadas.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Secretária Regional.

Está apresentado o diploma. Estão abertas as inscrições.

Está inscrito o Sr. Deputado João Mendonça a quem dou a palavra.

Faça favor, Sr. Deputado.

(*) **Deputado João Mendonça (PPM):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A história que nos traz aqui, começa em 2017.

Deputado Berto Messias (PS): Só 2017?!

O Orador: Nesse ano, o Governo Regional do Partido Socialista decidiu eliminar a regra que, em troca de uma permanência de pelo menos três anos num quadro de escola, os docentes beneficiavam de um sistema de concursos que os priorizava em relação a outros que concorriam sem essa exigência de permanência mínima de três anos.

Fê-lo através do Decreto Legislativo Regional n.º 2/2017/A, cujo artigo 5.º revogou todas as normas de estabilidade.

O próprio PS declarou, na fundamentação da alteração, que “já não se justifica a ordenação prioritária dos candidatos que se obriguem a um período mínimo de três anos”.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Bem lembrado.

O Orador: E acrescentou que a revogação era possível devido à suposta “estabilização dos quadros”.

Deputado Joaquim Machado (PSD): As coisas que eles diziam.

O Orador: Mas a realidade desmentiu estas afirmações.

Na sessão de 17 de março de 2017, o então Deputado Paulo Estêvão alertou:

“Aquilo que foi alcançado da estabilidade do corpo docente está a ser destruído com esta medida.”

Deputado Berto Messias (PS): Um Deputado de boa memória. Nunca devia ter saído do seu lugar para ir para o Governo.

O Orador: E descreveu o impacto direto nas ilhas periféricas: “Os professores disponíveis para ficar dois, três ou quatro anos já não conseguem ficar.”

O alerta não foi só político, veio também da sociedade.

A Petição n.º 1/2017, subscrita por mais de 300 docentes e encarregados de educação da EBS das Flores, declarou: “A estabilidade do corpo docente foi decisiva para o progresso da escola.” E avisou: “As conquistas serão seriamente comprometidas se o novo Regulamento for aprovado... a flutuação de docentes crescerá de forma significativa.”

Tudo isto aconteceu exatamente como previsto. Ao longo destes anos, o resultado foi claro: rotatividade crescente, dificuldade em fixar professores e perda de continuidade pedagógica, sobretudo nas ilhas mais pequenas. É neste contexto que surge o diploma que hoje discutimos.

Lembro isto para ativar a memória de muita gente, sobretudo do deputado socialista José Eduardo, eleito pela ilha das Flores, que tem vindo a criticar o fim deste sistema de concurso, que obrigava a uma permanência de pelo menos três anos, fazendo crer, a quem o ouve, que o Partido Socialista é alheio a estas mudanças.

Assim fica o Sr. Deputado esclarecido que a culpa do que aconteceu nas ilhas mais periféricas da Região, como as Flores e o Corvo, é da inteira responsabilidade do seu partido, e por isso também da sua responsabilidade.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

O Orador: Voltando ao presente projeto, recorde-se que, na audição de 18 de novembro de 2025, a Sra. Secretária Regional da Educação explicou o objetivo desta proposta: reforçar “a estabilidade nas escolas e a estabilidade laboral, social e familiar dos docentes”, combatendo a “rotatividade excessiva”.

O novo modelo corrige erros passados; valoriza a permanência onde ela é necessária, mas sem impor obrigações; atribui prioridade a quem escolhe ficar em escolas carenciadas; ajusta quadros de escola e de ilha às necessidades reais; melhora o calendário dos concursos, e impede erros e injustiças que tantas petições e intervenções denunciaram.

O PPM sempre defendeu esta visão e a história deu-nos razão.

Por isso, acompanhamos este diploma porque devolve estabilidade, porque responde ao que as escolas e os professores pediram e porque corrige, com rigor e justiça, o erro cometido em 2017.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra, pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, a Sra. Deputada Inês Sá.

Faça favor.

(*) **Deputada Inês Sá (PS):** Muito boa tarde.

Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo: Não ia iniciar esta intervenção exatamente da forma como agora o faço, mas vou reiterar aquilo que disse em comissão. Considero inacreditável — e uma tremenda falta de respeito para com os docentes desta Região e para com os alunos — que

estejamos a debater um diploma nesta Casa cuja justificação, nas duas intervenções que me antecederam, seja exatamente o Partido Socialista.

Deputado Berto Messias (PSD): Muito bem!

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Porque será que estamos a fazer este diploma?

A Oradora: Isto é reduzir e desmerecer a seriedade que este diploma merece.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Falando para os docentes da nossa Região, que são quem verdadeiramente interessa, assim como os nossos alunos e toda a comunidade educativa, a verdade é que, no nosso país, nos próximos cinco anos, cerca de 20 % dos docentes estarão na reforma e, dentro de pouco mais de uma década, esse valor poderá atingir os 58 %. Isto significa que mais de metade da classe docente poderá sair do sistema num curtíssimo espaço de tempo.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Os senhores desprezaram a classe.

A Oradora: Na nossa Região, o cenário não diverge; pelo contrário, agudiza-se. Segundo dados do Governo Regional, entre 2021 e 2024, a Região terá perdido mais de três centenas de docentes em virtude da sua aposentação, prevendo-se que até 2030 se percam mais de 900 professores. Sendo estes números já de si preocupantes numa região como a nossa, onde o abandono escolar precoce continua a ser um enorme desafio, e nos coloca na cauda da Europa, torna-se, por isso, imperioso mitigar o impacto da escassez docente...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Com grandes impactos Sra. Deputada!

A Oradora: ... com especial relevância nas ilhas mais pequenas, onde o conceito de coesão, tantas vezes apregoado nesta Casa, parece perder relevância.

O diploma que hoje debatemos pretende, fundamentalmente, combater a crescente escassez de docentes a nível regional, criando mecanismos que reforcem a

estabilidade letiva nas escolas, bem como a estabilidade laboral, social e familiar dos nossos docentes. Alega o Governo Regional que a proposta de DLR em causa garantirá prioridade de colocação a quem concorra a ilhas, escolas e grupos de recrutamento considerados carenciados e, simultaneamente, queira beneficiar dos incentivos à fixação de docentes, introduzindo uma diferenciação positiva nas colocações.

Não obstante a boa vontade do mesmo, não podemos deixar de considerar que as medidas aqui propostas, por um lado, concorrem para minimizar um problema que afeta de forma igual as diferentes ilhas, por outro lado, colocam em risco o critério da graduação profissional, desde sempre reputado como pilar do sistema de recrutamento e um fator de diferenciação crucial na ordenação e seleção de candidatos aos concursos.

Também por isso entendemos que, com a introdução destas alterações ao concurso do pessoal docente, corremos sérios riscos de desvirtuar todo o processo de recrutamento, que se pretende justo, transparente e equitativo.

No que aos incentivos à fixação diz respeito, talvez importe relembrar o que está definido no Estatuto da Carreira Docente, da autoria deste mesmo Governo, cuja última versão foi aprovada nesta Assembleia em 2023, mais concretamente no seu Capítulo XI, relativo aos incentivos de estabilidade. Tendo este diploma sido aprovado por unanimidade nesta Casa, o que se exige, a este Governo, é que cumpra aquilo que foi legislado, ao invés de criar entropias num processo já de si complicado, como é o caso em apreço.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados:

A escassez de professores deixou de ser um cenário anunciado para o futuro e passou a ser um lado duro da realidade que se sente todos os dias dentro das salas de aula. De ano para ano, o problema tende a agravar-se.

Hoje, ser professor é assumir um nível enorme de responsabilidade, com um retorno claramente insuficiente. Pede-se ao docente que responda a tudo: problemas sociais,

desafios emocionais, tarefas administrativas — muito para além da função letiva — sem que isso tenha correspondência no reconhecimento...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Quem é que atirou isso para as escolas?!

A Oradora: ... nas condições de trabalho, no discurso político ou, muitas vezes, na forma como a opinião pública olha para esta profissão. E sempre que desvalorizamos quem ensina, estamos, no fundo, a desvalorizar o futuro coletivo de um país.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

A Oradora: Como lembrava recentemente o Presidente da Associação Nacional de Dirigentes Escolares, em situações extraordinárias, impõem-se respostas extraordinárias. O Partido Socialista dos Açores já por mais de uma vez se disponibilizou para fazer parte integrante de um pacto social pela educação na nossa Região, pacto esse, outrora, tão desejado pela Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto, Dra. Sofia Ribeiro.

São inúmeros os alertas que nos chegam por parte dos sindicatos, dos professores, de docentes não sindicalizados, dos encarregados de educação e dos jovens que não veem na carreira docente atratividade suficiente para optarem por esta profissão.

Precisamos de atrair jovens para os mestrados em ensino que, apesar de protocolados com a Universidade dos Açores (e nas palavras da própria instituição) ficaram bastante aquém das expectativas geradas.

Precisamos de criar condições para quem se quer profissionalizar, permitindo fazer o seu mestrado à distância, sem necessidade de deslocação da sua ilha de residência. A “bola” está inventada, no continente isto já acontece.

Precisamos de políticas que unam esta classe, capazes de criar um ambiente de trabalho positivo e colaborativo, sem que ninguém se sinta injustiçado. Precisamos de investir no apoio contínuo e na formação dos nossos docentes. Precisamos de garantir condições de trabalho justas, valorizar a tabela salarial e a progressão na carreira, reconhecer o mérito e reconquistar a dignidade desta tão nobre e meritória profissão.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Como é que se faz isso, Sra. Deputada?

A Oradora: Por último, precisamos de garantir que o quadro legal não se transforme num obstáculo à resposta educativa, mas antes num instrumento que permita, com a necessária flexibilidade, tomar decisões excecionais sempre, mas sempre, que o superior interesse dos alunos e das escolas assim o exija.

Sem um regulamento de concursos verdadeiramente justo, transparente e compreensível para todos, a falta de professores não é uma fatalidade, mas uma vez mais, uma escolha política.

Deputada Marlene Damião (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigada, Sra. Deputada.

Pelo Grupo Parlamentar do CHEGA, tem a palavra a Sra. Deputada Hélia Cardoso.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Esta proposta de regulamento para o concurso do pessoal docente, no nosso entender, promove, três grandes objetivos.

Primeiro objetivo: atribuir um incentivo financeiro e conferir prioridade na colocação dos docentes que se candidatem à lecionação em ilhas, escolas e grupos de recrutamento carenciados e que queiram permanecer por um período de cinco anos.

Este procedimento, aplicável a qualquer nova situação contratual, introduz, assim, um mecanismo de seriação concursal, que visa uma diferenciação positiva no processo de colocação de docentes em ilhas com reconhecida escassez de docentes. Não obriga, mas é sim mais uma opção.

Consideramos que constitui uma resposta à insistência do CHEGA para que se encontrasse uma solução para as escolas das ilhas mais pequenas, como a Graciosa e as Flores, preenchidas, até à data, por professores “fantasmas”, sem qualquer incentivo para ali permanecerem.

Deputado José Paulo Sousa (CH): É verdade!

A Oradora: Segundo objetivo desta proposta: assegurar que os docentes, enquanto profissionais com uma das missões mais nobres — o ensino — possam exercer a sua atividade com estabilidade profissional, social e familiar.

As duas primeiras décadas do século XXI foram assinaladas por congelamentos de carreira, diminuição do papel do professor na sala de aula e reformas sucessivas sem a necessária avaliação dos seus impactos. Os professores foram desprestigiados, afastando do ensino as gerações seguintes, hoje deparamo-nos com esta escassez de docentes.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: A criação automática de um lugar em quadro de ilha para cada docente com três contratos anuais completos e sucessivos constitui um instrumento essencial para proporcionar estabilidade, o qual potencia um desempenho profissional mais focado.

Terceiro objetivo desta proposta: vivemos uma época de falta de docentes, logo, é impensável que não se faça uma gestão destes recursos humanos tão preciosos. A gestão dos docentes sedentários colocados em outra escola, se necessário, por afetação administrativa no mês de agosto para outra do mesmo concelho ou concelho limítrofe, é um instrumento necessário.

Cabe à Secretaria Regional da Educação fazer essa gestão. O Governo Regional ao assumir as funções governativas, assumiu a obrigação da educação das nossas crianças e jovens, pois é o melhor investimento que qualquer sociedade pode fazer. Não vai fazer contra o seu maior capital, os recursos humanos docentes e não docentes. Terá de ter a mestria de compatibilizar os vários interesses desde que legítimos. Mas não se pode desviar da sua missão primordial: a educação.

Tenho dito.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Começo esta intervenção precisamente pelo fim, não pelo diploma propriamente dito, mas antes pela intervenção da bancada do Partido Socialista.

Digo isto, porque é preciso ter uma coragem artística para ir tão longe na incoerência. O Partido Socialista defende hoje, com aparente convicção, o diploma contra o qual votou em março de 2021. É este o nível de coerência e de responsabilidade política acompanha estas novas versões do Partido Socialista pós-Cordeiro.

A intervenção da Sra. Deputada Inês Sá também não pode ficar sem reparo quanto à expressão utilizada, de que a coligação e o Governo Regional, em intervenções já produzidas durante este debate, faltaram ao respeito aos professores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): A senhora tem um grande sentido de humor.

O Orador: Sra. Deputada Inês Sá, Sras. e Srs. Deputados da bancada do Partido Socialista: a falta de respeito para com os professores foram anos e anos de governação socialista em que os docentes foram ultrajados.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

E nem sequer vou ficar por considerações subjetivas. Bastaria lembrar o que fez o Secretário Regional de Educação, Álamo Meneses, que se gabou neste Parlamento de ir ao aeroporto para verificar quais professores do Grupo Ocidental iriam de férias mais cedo, alegando suspeitos ou hipotéticos atestados médicos fraudulentos.

Vozes de alguns deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e dos Membros do Governo: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Essa foi uma objetiva e factual desconsideração do Partido Socialista, — do Governo do Partido Socialista — para com os docentes dos Açores. Mas, como deve calcular, essa não foi a única desconsideração aos docentes dos Açores — foram muitas e sucessivas.

Permitam-me lembrar com verdadeiro sentido de respeito pela memória de uma Deputada do Bloco de Esquerda que esteve neste Parlamento e apresentou, em 2015, uma proposta para combater a precariedade, que foi chumbada pela bancada do Partido Socialista.

Deputada Marta Matos (PS): Isso é muito baixo!

O Orador: Vou também lembrar a iniciativa do PSD, uma proposta de decreto legislativo regional, para acabar com a precariedade dos docentes, que foi igualmente chumbada pelos Deputados do Partido Socialista, incluindo o Sr. Deputado Berto Messias, a mando do então Presidente do Governo, Vasco Cordeiro, que aqui está. Os senhores nunca quiseram cumprir com a Diretiva 1999/70/CE, da União Europeia, sobre a precariedade laboral. Recusaram-se a cumprir com essa diretiva mesmo depois de Portugal ter sido notificado pela União Europeia e do parecer do Provedor de Justiça sobre as contratações sucessivas de docentes nesta Região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Bem lembrado.

Deputada Ana Jorge (PSD): Muito bem lembrado!

O Orador: Vou lembrar o que acontecia no ano letivo de 2015/2016 quanto à precariedade de professores nos Açores. No primeiro ciclo, o primeiro candidato à contratação tinha 5.086 dias de serviço, ou seja, 14 anos, tendo 41 de idade. No Grupo 410 de Filosofia, a primeira candidata à contratação tinha 6.376 dias de contrato, ou seja, 18 anos de serviço a contrato nos Açores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Onde é que está a moral?

O Orador: E são os senhores que hoje vêm acusar a coligação, que tem apenas quatro ou cinco anos de exercício, de contribuir para a precariedade? Onde é que os senhores estavam? Os senhores chumbaram, neste Parlamento, todas as propostas que apontavam para o cumprimento — uma do Bloco de Esquerda, do PSD foram várias, do CDS-PP e até do PPM — da Diretiva da União Europeia, segundo a qual, a partir de três contratos sucessivos completos, deveria haver a entrada no quadro.

O que é que o Sr. Deputado Vasco Cordeiro mandou os Srs. Deputados fazerem? Chumbar, quando já se fazia no continente e na Região Autónoma dos Açores, e agora, continuamos aqui sem ter essa prerrogativa.

Quem acabou com essa discriminação? Foi o governo da coligação.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Aí está um motivo para o Partido Socialista estar agastado.

Muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Berto Messias, pede a palavra? Para uma intervenção, está inscrito.

Sr. Deputado Jorge Paiva, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Jorge Paiva (CDS-PP):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O diploma que hoje discutimos introduz medidas essenciais para reforçar a estabilidade nas escolas mais carenciadas, sem criar regimes obrigatórios e preservando o concurso normal dos docentes.

Em primeiro lugar, permite a abertura de quadros de escola sempre que necessário, garantindo a continuidade pedagógica onde ela mais falta. Em segundo lugar, determina que três contratos anuais completos e consecutivos numa escola carenciada passem a dar lugar a um quadro de escola, reforçando assim a capacidade de fixação de professores.

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): Muito bem!

O Orador: Acresce que, se um docente optar por permanecer pelo menos cinco anos na mesma escola carenciada, terá prioridade no acesso ao quadro dessa escola, face a quem não manifeste essa disponibilidade.

Há ainda um incentivo simples à continuidade: quando um professor coloca essa mesma escola em primeira prioridade no concurso seguinte, passa a ter prioridade na contratação, na colocação e na entrada em quadro, sempre que se encontre em regime de estabilidade.

Este diploma cria condições para que os docentes escolham, de forma livre e se o pretenderem, as escolas carenciadas como primeira opção. O objetivo é claro: promover a estabilidade laboral e garantir que as escolas que mais precisam possam consolidar os seus recursos humanos.

Obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra o Sr. Deputado Berto Messias, faça favor.

(*) **Deputado Berto Messias (PS):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu não era, de facto, para usar da palavra neste debate.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Nem devia!

O Orador: Aliás, o tema está muito bem entregue à nossa porta-voz para o tema da educação, a Sra. Deputada Inês Sá. No entanto, não posso deixar de usar da palavra, porque, nos parlamentos as palavras têm muito peso, têm muito sentido e têm também um forte simbolismo. E há coisas que não podem passar em claro, em nome da preservação institucional deste Parlamento e das boas práticas parlamentares que aqui se exigem.

Já toda a gente conhece a obsessão e a cegueira do Sr. Deputado Joaquim Machado para com o Partido Socialista...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Depois de dizer o que disse, diz essas palavras?!

O Orador: ... para com o Sr. Deputado Vasco Cordeiro e para com todos nós. O Sr. Deputado Joaquim Machado preocupa-se mais com o PS do que com os professores, com o futuro da Região e com o Governo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): É natural, vocês deram cabo disto.

O Orador: Portanto, em primeiro lugar, não posso deixar de lamentar que o Sr. Deputado passe mais de cinco minutos do seu tempo a usar da palavra para atacar o Partido Socialista, em vez de falar para os professores, para os alunos e para o sistema educativo regional.

Mas já estamos habituados a esse seu registo e atrevo-me a dizer que assim continuará, porque é isso que se pode esperar de si, infelizmente,

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E ainda bem!

O Orador: Mas, não posso deixar de usar da palavra para me referir ao baixíssimo nível da intervenção do Sr. Deputado Joaquim Machado...

Deputado Pedro Pinto (CDS-PP): A sério?!

O Orador: ... quando faz uma referência pessoal a uma Deputada do Bloco de Esquerda, que infelizmente já não se encontra entre nós, e que toda a gente sabe a relação pessoal que tem com a Sra. Deputada Inês Sá.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Estas questões não podem, de forma alguma, passar em claro.

A referência lamentável à saudosa Sra. Deputada Zuraida Soares é de baixo nível e foi feita para condicionar a Sra. Deputada Inês Sá, num profundo desrespeito pela memória da Sra. Deputada Zuraida Soares.

Com isso, nós não podemos, nem iremos, compactuar.

Muito obrigado.

Vozes dos Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma intervenção tem a palavra o Sr. Deputado António Lima.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Quando um partido ou o Governo apresenta uma proposta, a primeira pergunta que se deve fazer é: que problema é que se pretende resolver, ou o que é que se quer fazer?

E, no caso desta proposta de alteração ao Regulamento do Concurso de Pessoal Docente, nós não percebemos — e julgo que os professores também não percebem — qual é o problema que esta proposta vem resolver essencialmente.

Porque, de facto, há um problema no país e nos Açores: a escassez de docentes. Uma escassez resultante de uma desvalorização da profissão ao longo de muitos anos, para a qual contribuíram os governos do PSD, do CDS-PP e do PS. Esta proposta não vai

resolver essa desvalorização, não vai atrair professores, não vai incentivar professores a concorrerem, nem para os Açores, nem para qualquer uma das suas ilhas. Ou seja, esta proposta não resolve problemas.

Esta proposta é aquilo que se faz quando se quer deixar tudo mais ou menos na mesma. É que se mude alguma coisa para que tudo fique na mesma.

Deputado Nuno Barata (IL): *Il Gattopardo!*

O Orador: *Il Gattopardo!* Exatamente, Sr. Deputado Nuno Barata: muda-se alguma coisa para que tudo fique na mesma. No essencial, tudo vai ficar na mesma.

E daqui a um ano, o Governo poderá dizer que já alterou o regulamento de concursos e que as coisas vão melhorar. Mas a escassez de docentes vai continuar...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Que o digam nas Flores.

O Orador: ... e os problemas de fixação de docentes em muitas das nossas escolas também vão continuar, porque os problemas de fundo não estão a ser atacados.

Aquilo que o Governo faz, ao criar novas prioridades — que já existiram no passado —, associadas a uma obrigatoriedade de permanência ainda superior à que já existiu, de três anos, se bem nos lembramos...

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Não é igual.

O Orador: É semelhante! Associa apoios à deslocação, que é outro erro.

É preciso dizer que, independentemente da opinião que se tenha sobre o que aconteceu no passado, nomeadamente sobre a obrigatoriedade de permanência de três anos, o contexto mudou e mudou radicalmente. No entanto, o Governo e o CHEGA querem aplicar as mesmas receitas num tempo que é completamente diferente.

E, como é evidente, essas mesmas receitas não vão produzir qualquer efeito positivo. Em segundo lugar, importa dizer que criar novas medidas restritivas no acesso aos concursos docentes não vai fazer com que mais professores venham para os Açores, nem que concorram para mais ilhas. Pelo contrário: dizer a um professor que só terá

prioridade se concorrer por cinco anos não aumenta a sua disponibilidade para concorrer; vai fazer que tenha menor disponibilidade.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Não.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Concorrer para depois não pôr lá os pés, não serve de nada.

O Orador: Exatamente o oposto.

E sobre isto tenho de citar o PSD — e não o PSD de hoje, mas o PSD de 2017. Não está cá a Sra. Secretária Regional do Emprego, que na altura era deputada e acompanhou este processo, dizia, e passo a citar: “Registamos positivamente a extinção da consideração da aceitação de provimento por período não inferior a três anos, no âmbito da definição de critérios de prioridade na ordenação dos candidatos, dado que, durante a vigência da norma, esta revelou-se promotora de profundas injustiças, ultrapassagens de docentes com mais tempo de serviço não constituindo um mecanismo promotor da estabilidade do corpo docente.” Eu cito o PSD, julgo que não preciso de dizer mais.

Em 2017, essa obrigatoriedade foi extinta por unanimidade neste Parlamento, incluindo com o voto favorável do PPM, Sr. Deputado João Mendonça.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Não, não. Eu votei contra.

O Deputado João Mendonça (PPM) meneia a cabeça negativamente.

O Orador: Está nos Diários das Sessões, está registado. Está no Diário das Sessões. Tem de ler. É preciso estudar a história do Parlamento, porque a história do Parlamento é fundamental.

E há ainda outro ponto que não posso deixar de referir, Sra. Secretária, porque é sempre bom falar do número de professores que entram no sistema, e isso é

extremamente positivo quando há professores que entram no sistema. Mas também é preciso ser honesto e falar dos que saem. Os números são públicos.

Em dezembro de 2021 existiam, no sistema educativo regional, 5.447 professores.

Estes números não são meus, são da Direção-Geral da Administração e do Emprego Público, e suponho que o Governo Regional é que os transmite.

Hoje, números de setembro, existem 5.396 professores. Ou seja, menos 91 professores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): E alunos?

O Orador: Sra. Secretária, entraram 900, mas o problema é que saíram mais. Hoje temos menos professores do que tínhamos em dezembro de 2021.

É preciso fazer contas. É preciso falar não apenas dos que entram, mas também dos que saem.

E o problema do sistema é exatamente esse: estão a sair mais professores do que aqueles que entram, e estão a formar-se menos professores do que aqueles de que são necessários.

Este diploma não resolve nada disso. Absolutamente nada.

Muito obrigado.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Joaquim Machado. Faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. e Srs. Membros do Governo Regional:

Noutras circunstâncias a intervenção do Deputado Berto Messias teria, naturalmente, suscitado a defesa da honra, mas tendo sido uma intervenção no registo habitual, sem qualquer vestígio de honra ou decência, eu coibi-me de utilizar a figura regimental e de participar no debate só agora, porque efetivamente nos termos em que foi proferida, não é suficiente para ofender a minha honra, nem a minha dignidade.

Deputado Berto Messias (PS): É preciso tê-la. E a sua intervenção inicial demonstra isso.

O Orador: Não retiro uma palavra do que disse, Sr. Deputado, e apenas fiz um registo factual.

Eu referi uma iniciativa do Bloco de Esquerda que à data, tinha apenas e só uma representação, uma representante aqui neste Parlamento.

Deputado Berto Messias (PS): Peça desculpa e sente-se. É o mínimo!

O Orador: Portanto não é isso que nos move.

Deputado Berto Messias (PS): Para defender a honra, é preciso tê-la.

O Orador: Não é isso que nos move.

Relativamente à desbragada linguagem do Sr. Deputado Berto Messias, é nestes momentos que se revela o verniz todo a estalar.

Deputado Berto Messias (PS): É exatamente isso!

O Orador: É isso mesmo.

Portanto, expressões como essa “de obsessão”, não tenho nenhuma obsessão pelo Partido Socialista, nem muito menos pelo Sr. Deputado Vasco Cordeiro. Tenho sim, horror às políticas que o PS teve para com a educação...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: ... durante anos sucessivos que prejudicaram significativamente a vida de milhares de professores nesta região.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

O Orador: Sobre isso tenho sim, tenho horror, como têm muitos outros colegas de profissão, professores de carreira como eu; esses sim, têm horror às políticas que os senhores desenvolveram de combate e contrariedade aos direitos dos professores.

Eu lembro: no ano letivo 2015/2016 existiam 876 professores contratados — eu vou repetir: 876 professores contratados — e sabe sobre isso o que é que dizia o Sr. Presidente do Governo Regional, da altura?

Deputado Carlos Silva (PS): A obsessão confirma-se.

O Orador: “Nós continuaremos a ter professores contratados por várias razões e que podem ir, aliás, por muito tempo”.

Quem nunca quis combater a precariedade do pessoal docente foram os senhores. Os senhores é que têm de explicar hoje, porque é que o fizeram! Hoje, os senhores têm que pedir desculpa aos milhares de professores desta Região — e os que daqui se foram embora —, pelos prejuízos que lhes provocaram nas suas vidas, não só profissional, mas também na dimensão familiar e pessoal.

Deputado Carlos Silva (PS): E os que estão a ir embora agora?!

O Orador: Portanto, é para estes que os senhores devem exigir um pedido de desculpas. É para estes que devem dirigir, melhor dizendo, um pedido de desculpas. Não vale a pena usar este truque, habitual no Partido Socialista: quando as coisas estão a correr mal, tenta fazer-se de vítima...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ora aí está!

O Orador: ... descentra o debate, para que lá fora não se percebam das vossas incoerências.

De tudo o que eu disse sobre a prossecução quanto a medidas e perseguições aos professores, os senhores não desmentiram coisa nenhuma. Não desmentiram que sempre votaram contra todas as iniciativas que tinham por objetivo acabar, ou reduzir, com a precariedade do pessoal docente.

Nunca disseram nada sobre isso, nem disseram nada sobre a circunstância de, hoje, termos nos Açores, o melhor Estatuto da Carreira Docente,...

Deputado Carlos Silva (PS): Por isso é que eles saem dos Açores.

O Orador: ... aliás, coisa que vou dizer, também com toda a objetividade, já acontecia no tempo do Partido Socialista, relativamente ao Estatuto da Carreira

Docente no resto do país, mas que hoje nós melhorámos significativamente e, portanto, essa diferença hoje ainda é muito maior.

Onde é que se recuperou todo o tempo de serviço docente como nos Açores? Em mais sítio nenhum, mas foi o Governo da coligação do PSD, do CDS-PP e do PPM que acabou por criar os mecanismos de recuperação do tempo que os senhores não tinham permitido.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Quem é que fez a atualização do sistema remuneratório? Também foi este Governo da coligação. Quem é que fez único no país, ainda hoje, dia 10 de dezembro, a redução da componente letiva dos professores do 1.º ciclo e educadores de infância? O Governo da coligação.

Os senhores podiam ter feito. Porque é que não fizeram? Hoje se calhar vão dizer que tinham sonhado isso. Sonharam, mas nunca fizeram.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem a palavra a Sra. Deputada Inês Sá.

(*) **Deputada Inês Sá (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Também reitero aquilo que disse inicialmente: é uma falta de respeito incrível para com os docentes, o facto de o Grupo Parlamentar do PSD já ter gasto mais de metade do seu tempo sem dizer uma única palavra sobre o diploma que estamos a discutir.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

A Oradora: Aquilo que este diploma nos traz não resolve grande parte dos problemas atuais da educação.

Deputado Flávio Soares (PSD): Esqueceram-se de falar no orçamento sobre o emprego e sobre a qualificação profissional.

A Orador: O diploma não garante a estabilidade necessária; o diploma não acaba com a precariedade, nem promove o fim desta; este diploma não assegura, de todo, a efetiva atratividade desta carreira.

Ao contrário do que foi dito, o Partido Socialista ainda não tomou qualquer posição.

Não sei por que razão consideram que esta seja diferente da posição da Comissão.

O que revela aqui é que, neste momento, 98 % dos docentes desta Região não se encontram colocados nem na ilha, nem na escola que consideram certa.

Revela também o facto de que, nos últimos dois anos, 120 docentes sindicalizados deixaram a Região e foram para o continente.

Revela ainda para este debate que o líquido saldo entre os que entram e os que saem seja negativo à data de hoje.

Revela igualmente que, todos os anos, 700 docentes concorrem à afetação.

Revela, também que 32 % das vagas disponibilizadas em agosto do corrente ano não tiveram um único candidato, ou seja, não eram atrativas para ninguém.

É isto que revela este debate e é isto que os docentes querem ver respondido nesta Casa.

Deputado Berto Messias (PS): Muito bem!

A Oradora: Por isso, Sra. Secretária, apelo, em nome da decência deste debate e recentrando-o naquilo que lhe é devido, que por favor nos esclareça: de que forma é que este diploma responde — ou não — aos problemas atuais da educação?

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Temo que, nos próximos anos, me venha a lembrar repetidamente do chamado "síndrome do caranguejo estragado".

Começo a sentir-me cansado do atirar de culpas de parte a parte, sem falarmos daquilo que temos de falar. Existem dois tempos diferentes, e não é intelectualmente honesto, nem de um lado, nem do outro, falar deste assunto como se estivéssemos a falar de uma situação de há vinte ou de há dez anos.

Há dez anos havia professores a mais...

Deputado Joaquim Machado (PSD): Ora bem.

O Orador: ... na Região Autónoma dos Açores e em Portugal; há vinte anos, havia muitíssimos mais. Havia professores em quadros de zona pedagógicos que não tinham turmas, não tinham praticamente que fazer. Ocupavam os pequenos no PROFIJ e pouco mais do que isso.

Hoje, o quadro é completamente diferente: hoje é de falta de professores, como era há quarenta anos, quando eu frequentei o ciclo preparatório. Cerca de 30 % dos professores tinham apenas o 11.º ano, ou o equivalente àquela época, porque sou um bocadinho mais vetusto do que isso.

Tinham o 7.º ano do liceu e davam umas aulazinhas. E nós aprendíamos matemática com aqueles que nem sabiam matemática para si, mas estavam ensinando-a aos rapazes.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo

Estêvão): Mas, olhe que ensinaram bem. O senhor aprendeu.

O Orador: Não, não!

Recentrando o debate, sem entrar em “guerras de alecrim e manjerona”, o que realmente importa saber é como vamos encarar a falta de professores no futuro. Não é com este diploma, nem com qualquer outro diploma muito melhorado, que conseguíssemos fazer. Podíamos pegar aqui nos pareceres dos sindicatos, pô-los todos em propostas de alteração, melhorar este diploma conforme os sindicatos querem, conforme os pareceres que ouvimos, conforme tudo aquilo que ouvimos entre nós, que não íamos resolver esse problema *"tout court"*, num curto prazo; é um problema que levará anos a ser corrigido.

Os primeiros passos foram dados, é verdade, porque o tempo é outro.

Foram dados passos importantes, desde logo, na atualização das carreiras por forma a tornar um pouco mais apetecível.

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Eu disse isso dali.

O Orador: Acredito que essa questão dos cinco anos, — tal como foi no passado a questão dos três anos — possa resolver parte desse problema, mas não o resolve, porque não há professores. Este problema é igual ao problema da saúde: não há médicos ou enfermeiros e os milagres não acontecem.

O que importa é perceber que estamos a dar alguns passos, e este diploma, embora não perfeito, ao menos cria possibilidades. Daqui a um ano, ou talvez dois, poderemos estar aqui a discutir e chegar à conclusão que isto não funcionou e vamos ter de ir adaptando. Mas é preciso fazer um trabalho de base, reconhecer as carreiras, mas também construir uma narrativa pública, generalizada, de que a carreira docente é apetecível e é dignificante. Como era quando éramos crianças, olhávamos para os professores com extrema dignidade, admirávamos a sapiência, o conhecimento, e até pela forma como nos ensinavam a comportar-nos nas aulas, nos corredores, a nos vestirmos, etc..

Isso faz parte da reconstrução da nossa comunidade política. A nossa comunidade política será tanto melhor quanto melhor for a educação que os nossos filhos, saídos

de casa, vão reforçar na escola e no meio público. Mas não é uma solução de “*pirilim pim pim*”.

Isto não é fácil. Não é uma solução de um dia para o outro. Não é amanhã que vai deixar de haver falta de professores. Nos próximos cinco ou seis anos, a tendência vai ser ao contrário. Vamos continuar aqui a dizer que faltaram professores nas Flores, na Graciosa, na Antero de Quental, ou na Padre Jerónimo Emiliano de Andrade.

Isto vai acontecer. Não vale a pena andarmos aqui em guerrilhas internas político-partidárias, que não interessam nada...

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vale, vale. É preciso saber a verdade.

O Orador: Sr. Deputado Bruto da Costa, eu sei que o senhor está muito incomodado com isto, mas eu só estou tentando ser construtivo.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Estou incomodado porque estão a tentar branquear a história.

O Orador: Com esse tipo de debate, eu estou a tentar que os senhores não se metam num buraco, mas os senhores querem meter-se lá.

Com esse tipo de argumento o que o senhor vai fazer é que eu, daqui a dois anos, esteja aqui a dizer: “Já viu? O senhor é o culpado! O senhor disse que ia resolver os problemas todos com esse diploma e não resolveu!”

Eu estou a tentar dar força à Sra. Secretária porque esse problema não vai ser resolvido de uma hora para a outra.

Não vale a pena o senhor estar com apartes, incomodado com o que eu estou a dizer, porque eu só estou a ajudar o Governo.

Eu sei que o PSD não tem ajudado o Governo nessa matéria, mas eu faço um esforço, porque o melhor é, para mim, a satisfação dos açorianos.

Eu não ando aqui com guerrilhas a saber se aqueles senhores fizeram mal e o senhor fez bem; se eles fizeram tudo bem e os senhores fizeram tudo mal. Eu não ando com essas guerrilhas,

Portanto, estou perfeitamente à vontade. Não se incomode com isso.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Não podem é querer branquear. Há uma história.

O Orador: Não é a história, são tempos diferentes, são coisas diferentes.

Não podemos tratar de maneira igual aquilo que é diferente.

As medidas que foram tomadas por Álvaro Meneses foi numa altura em que havia excesso de professores. Agora há falta de professores (ponto). E haverá falta de professores nos próximos tempos (ponto).

Era uma ajuda que eu estava a dar ao seu Governo. O senhor não quer?

Olhe... Sr. Presidente, muito obrigado.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): A Sra. Secretária disse isso da tribuna, o senhor é que não quer ouvir.

Presidente: Muito obrigado, Senhor Deputado.

Sra. Secretária Regional da Educação, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro):** Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não posso deixar de constatar que muitas intervenções que se seguiram reproduziram o que eu referi quanto à escassez de docentes e à dimensão do nosso problema.

Deputado Carlos Silva (PS): Já pagaram as bolsas da Universidade?

A Oradora: Referi, daquela tribuna, que um professor demora cinco anos para se formar, e que o número de aposentações, estimadas por nós, na Estratégia de Educação Açores 2030 é superior ao número de alunos que, neste momento, estão em formação a nível nacional. Portanto, com a perspetiva de que temos um problema. Também elenquei dez medidas já apresentadas por este Governo — dez medidas estratégicas de política já implementadas — que são externas à questão dos concursos, mas que são complementares para a resolução do problema.

Lá está, Sr. Deputado Nuno Barata, um contributo.

Temos de abordar este problema, — como também enunciei da tribuna — com uma estratégia integrada e pluridisciplinar. Portanto, o regulamento de concurso é um pilar essencial, mas não é o único.

Tive o cuidado de enunciar dez medidas que contribuem para a resolução desse problema.

Deputado Nuno Barata (IL): Quando derem dinheirinho à Universidade dos Açores, lembrem-lhe que eles têm de formar professores.

A Oradora: A Sra. Deputada Inês Sá fez referência à importância de termos incentivos para que jovens possam entrar e aderir à profissão. Utilizou até mesmo o exemplo dos mestrados à distância. Sra. Deputada, não posso deixar de referir que os mestrados à distância na docência, hoje, são permitidos, porque nós alterámos o Estatuto da Carreira Docente nesse sentido.

Deputada Inês Sá (PS): Mas permitir e não executar releva pouco.

A Oradora: Antes da alteração introduzida por este Governo de coligação, um professor — já que estamos a falar das Flores — que quisesse fazer um mestrado para obter a sua habilitação profissional não podia sequer faltar no dia em que ia apresentar a sua tese de mestrado, porque isso era vedado, ao contrário do que acontece com todos os outros trabalhadores.

São medidas como estas que nos conduzem ao problema que hoje temos.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Por exemplo, conheço situações — conheço nomes, e aqueles senhores, com devido respeito, que estão ali em cima, também conhecem — de jovens professoras parturientes que tiveram de apresentar-se para assinar um contrato nas Flores, violando a sua licença de maternidade a que tinham direito, porque, caso contrário, perderiam o contrato de trabalho. E algumas, perderam.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Portanto, temos de ter noção do que nos conduz a este ponto.

E é esse ponto de ordem que, obviamente, precisa ser abordado.

Quando elencamos estas medidas que, do nosso ponto de vista, neste regulamento de concursos, contribuem para uma maior atratividade e fixação de docentes, também tive o cuidado de, na tribuna, elencar cinco medidas — de entre as várias apresentadas nesta proposta, que hoje está em debate — que, no nosso entendimento, têm maior preponderância nestas alterações.

E não são medidas restritivas, Sr. Deputado António Lima. São medidas complementares e não há violação do princípio da graduação profissional.

Deputado António Lima (BE): Há, há.

A Oradora: Se quiserem ouvir primeiro a questão técnica e depois a política, é claro que existem diferentes interpretações, mas há uma base técnica que importa ter em conta.

Em qualquer circunstância, os professores que se candidatem a qualquer vaga disponível, em qualquer tipo de concursos, seja para quadros, contratação ou mobilidade, são sempre seriados de acordo com a sua graduação profissional. Sempre!

Agora, temos de decidir: se queremos resolver o problema das ilhas mais pequenas, com maiores dificuldades de seleção de pessoal, temos de ter medidas específicas para estas ilhas.

Deputado Joaquim Machado (PSD): Muito bem!

A Oradora: E é precisamente isso que este Governo está a apresentar. O professor tem a faculdade de, querendo, poder candidatar-se com uma prioridade acrescida, e nova, relativamente àquela que tinha, mas sempre cumprindo o princípio da graduação profissional. Depende da opção de cada um.

Aquilo que não podemos fazer, em circunstância alguma, é ter um mecanismo que impeça um jovem professor que queira fixar-se nas Flores — voltando a usar o mesmo exemplo — de o fazer, porque seria ultrapassado por outra pessoa que usa aquela colocação como mecanismo para sair.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Já aconteceu.

A Oradora: Se os Srs. Deputados não concordam com este mecanismo, que é utilizado pontualmente e de forma cirúrgica apenas nas escolas e grupos de recrutamento com carência de professores, por favor digam-no, para que possamos perceber em que sentido estamos a apreciar o diploma.

Tenho dito.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Sra. Secretária, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro):** Muito obrigada, Sr. Presidente.

Uma referência que me tinha esquecido de fazer, também em resposta ao Sr. Deputado António Lima.

É verdade que os professores estão a aposentar-se em grande número, e eu própria acabei de referir isso. No entanto, não nos podemos esquecer, Sr. Deputado, de que estamos a assistir a uma diminuição significativa do número de alunos, estimada em cerca de 900 por ano.

Se calhar, noutros tempos, com a diminuição do número de alunos, também diminuía o número de professores. Contudo, este Governo tem em efetividade das funções mais 576 professores do que no ano letivo de 2019/2020.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem.

A Oradora: Isto acontece, porque estamos a fazer um grande investimento na colocação de professores nas escolas.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária.

O Sr. Secretário dos Assuntos Parlamentares pede a palavra para uma interpelação.

Faça favor, tem a palavra.

(*) Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Muito obrigado.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sr. Presidente, uma das questões que se coloca pelo facto de estarmos aqui há 17 anos — tantos quantos o Sr. Deputado Berto Messias — é que somos confrontados com decisões que tomámos em períodos anteriores.

Uma das referências feitas por um Sr. Deputado diz respeito a um determinado sentido de voto.

Ora, quero entregar à Mesa o Diário das Sessões referente ao dia 17 de março de 2017, em que foi votado o Regulamento do Concurso do Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar, do Ensino Básico e do Ensino Secundário.

Nesse diploma, nomeadamente no artigo 9.º, eram alterados os critérios de prioridade relativos ao quadro de docentes. Ora, nessa altura, o PPM votou contra esse artigo.

Deputado Vasco Cordeiro (PS): Só há um problema nisso: quem devia fazer isso é aquele senhor que ali está sentado.

O Orador: Sim, votou contra como Deputado do PPM.

Em 2017, não havia outro. Portanto não há confusão possível; em 2017 o PPM votou contra a retirada dessa prioridade — artigo 9.º.

Presidente: Obrigado, Sr. Secretário Regional.

O Orador: Por isso, Sr. Presidente, vou entregar cópia da página 86, do Diário das Sessões, porque posso ter tido muitas contradições ao longo da minha vida, como todos, mas não é o caso, nesta situação.

Deputado Berto Messias (PS): O senhor esqueceu-se foi de dizer o resultado da votação final global.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Secretário.

Assim que a Mesa rececionar o documento será distribuído pelas Sras. e Srs. Deputados.

Sra. Deputada Inês Sá, faça favor, tem a palavra.

(*) Deputada Inês Sá (PS): Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A Sra. Secretária diz-nos que o objetivo do diploma aqui em causa é atrair professores para as ilhas mais pequenas.

Assim sendo, e tendo isso como certo, aquilo que eu lhe pergunto é: por que não aplicar os incentivos já definidos no Estatuto da Carreira Docente — incentivos esses à fixação — ao invés de irmos aplicar, pura e simplesmente, algum apoio à fixação nas ilhas mais pequenas? Esta seria a primeira pergunta.

A segunda pergunta que gostaria de colocar — e à qual ainda não obtive resposta — é: se o objetivo é atrair docentes para as ilhas mais pequenas, por que não legislar com base no Estatuto da Carreira Docente, que já define, de forma muito clara, no seu artigo 11.º, os incentivos que a Região pode aplicar à carreira docente?

Por que tem de criar, neste novo diploma, outro tipo de incentivos, que não aqueles que lá estão, ainda para mais sendo aqueles mais benéficos? É por serem mais caros? É porque não podemos? Gostaria de entender o motivo.

Por outro lado, disse a Sra. Secretária que criou um diploma, que elaborou o Estatuto, que fez maravilhas e que um jovem até pode...

Pergunto-lhe, Sra. Secretária: atualmente, na Região Autónoma dos Açores, como pode um jovem docente se profissionalizar através de qualquer tipo de plataforma *e-learning*? E mais: sabe tão bem ou melhor do que eu, que o Ministério da Educação, por exemplo, no continente, protocolou com a Universidade Aberta, este serviço, e já esgotou completamente todas as vagas.

Assim, pergunto: por que não faz isso na Região com a Universidade dos Açores?

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo Regional:

Na intervenção anterior, não nesta, a Sra. Deputada Inês Sá — não creio que pretendendo condicionar o rumo dado ao debate pelo Partido Social Democrata — estranhou o facto de termos gastado 10 minutos e alguns segundos sem começar a discutir propriamente o diploma.

Estamos a discutir políticas educativas...

Deputada Inês Sá (PS): Do passado ou do presente?

O Orador: ... e eu reconheço e acredito que isto talvez incomode o Partido Socialista, porque o confronto entre as políticas educativas do Partido Socialista e as políticas educativas do Governo da Coligação, há um, sem dúvida, que manifestamente sai a ganhar. Portanto, provavelmente incomoda o Partido Socialista. Sra. Deputada, durante a discussão do Orçamento, que durou 244 minutos — não foram 10, mas 244 minutos — não houve qualquer intervenção da vossa parte, nem sequer pronunciou uma única vez a palavra emprego.

Deputado Flávio Soares (PSD): Muito bem, bem lembrado.

O Orador: É apenas uma circunstância. Sra. Deputada, sobre o tempo e o tema que cada um utiliza, estamos a conversados.

Vamos então ao diploma. Este diploma resolve vários problemas, mas não resolve o problema do Fundo da Educação dos Açores, que é a falta de professores. Não resolve totalmente, mas ajuda a resolver.

Deputado Carlos Silva (PS): Mas cria outros problemas.

O Orador: Mas para esse problema da falta de professores, o PS tem de fazer o seu ato de contrição, que nós ainda não ouvimos.

Na sua primeira intervenção, a Sra. Deputada lembrou que, entre 2020 e 2024, aposentaram-se 319 professores, nos Açores. É verdade, mas o que é que o PS fez? O que é que o PS fez para resolver esse problema? Diga-me uma medida tomada pelo Partido Socialista, antes de 2020, para precaver a aposentação de 319 professores na Região?

Diga uma única medida.

Deputada Ana Jorge (PSD): Muito bem!

O Orador: Se conseguir dizer uma, eu rendo-me a essa evidência; mas não há nenhuma.

Este diploma valoriza a carreira docente, promovendo a estabilidade, ou retomando uma prática que o Partido Socialista, sob a presidência do Sr. Deputado Vasco Cordeiro, revogou, como a remuneração dos estágios pedagógicos.

O Sr. Deputado Vasco Cordeiro, enquanto Presidente do Governo, revogou esse princípio. Isso desincentivou gente de continuar na carreira.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Claro.

O Orador: Nós retomámos essa prática e estamos a implementar outra medida importante para a captação de professores: o pagamento de uma bolsa de mestrado...

Deputado Carlos Silva (PS): Mas não pagaram.

O Orador: ... aprovada por proposta nossa neste Parlamento, de cerca de 600 euros mensais durante 10 meses, ao longo de dois anos, para frequência de mestrados em educação.

Isso é ou não é cativar pessoas para a profissão? É sim senhor.

Deputada Ana Jorge (PSD): Muito bem!

O Orador: O Partido Socialista, que não teve outro remédio senão aprovar esta medida, hoje parece duvidar do que ajudou a aprovar.

Mas vamos a mais: valoriza a carreira docente; promove também a estabilidade letiva, laboral e familiar dos docentes, fazendo uma coisa que o Partido Socialista recusou fazer desde 1999 até 2020: a abertura de vaga em quadro de ilha, após três contratos de trabalho letivo completos, de três anos cada. Está o Partido Socialista a favor ou contra esta medida?

Aliás, o Partido Socialista ainda não disse como vai votar este diploma. Desconfio que, no fim, o Partido Socialista, como acontece muitas vezes, votará a favor, com um rebate de consciência.

Estou à espera de ouvir se o Partido Socialista está ou não a favor do diploma, Sra. Deputada? Estamos a discutir o diploma. Talvez agora queira fugir para outro assunto.

Quanto ao mecanismo de mobilidade por doença, o Partido Socialista concorda ou não com a fixação de 20 km como distância mínima para beneficiar dessa mobilidade?

Estou à espera da resposta, especialmente do Sr. Deputado José Eduardo, do Sr. Deputado João Vasco da Costa, do Sr. Deputado José Ávila e até da Sr. Deputada Isabel Teixeira, para citar só alguns da bancada do Partido Socialista.

Estão ou não a favor do mecanismo que estabelece a seriação concursal com prioridade para quem quiser permanecer cinco anos nos quadros das escolas das suas ilhas, especialmente aquelas mais carenciadas, aquelas que têm mais dificuldade em fixar professores.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

O Orador: Porque os senhores disserem hoje, que estão contra o diploma, contra algumas normas do diploma, mas anteontem estiveram a dizer que falta professores nas nossas escolas e que é preciso suprir isso.

Como pretendem resolver esses problemas? É com estes incentivos e mecanismos à fixação. Fico à espera para saber se estão contra ou a favor.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima faça favor. Tem a palavra.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Fico confuso com a interpelação do Sr. Secretário Regional, se foi em nome do Governo ou do PPM, mas, de qualquer dos modos, vou fazer chegar à Mesa o resultado da votação final global da Revisão do Concurso do Pessoal Docente, em 2017, em que se demonstra claramente que foi aprovado por unanimidade. E julgo que o PPM estava aqui representado nessa altura.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): Mas eu votei contra esta norma específica.

O Orador: Indo ao assunto em debate, acho extraordinário que, por um lado, o Governo diga que há falta de professores, mas que introduza novas normas no diploma que têm a ver com aquilo a que se chama “professores sedentários”. Num contexto em que há falta de professores, o Governo está preocupado com professores sedentários. É algo, no mínimo, extraordinário.

Por outro lado, o Governo diz que saíram 900 alunos do sistema educativo regional, mas não diz que, no último ano, de acordo com os mesmos dados da Direção-Geral

do Emprego Público, saíram 121 professores do sistema educativo regional. E, apesar disso, e apesar desses menos 900 alunos, o Governo recorre a centenas de professores através da BEPA (Bolsa de Emprego Público dos Açores), porque não os consegue contratar. Ainda por cima, neste contexto, vem falar em professores sedentários.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Mas existem.

O Orador: Sra. Secretária, onde é que eles estão?

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isto é um absurdo.

O Orador: Quer fazer crer que situações residuais nas nossas escolas são um problema, quando o verdadeiro problema é exatamente a falta de professores. Mas, sobre a falta de professores e a ausência de incentivos para aqueles que concorrem, para que se fixem e possam efetivamente trabalhar em todas as escolas da Região, onde são necessários, eu tenho duas ajudas para lhe dar, Sra. Secretária.

A primeira é, como já foi aqui referido, que o Estatuto tem mecanismos para isso, e não é através de um regulamento de concursos, alterando as prioridades, que se vai resolver o problema; é aplicando os incentivos que estão previstos no Estatuto.

São vários os incentivos que deveriam estar a ser aplicados e a senhora não o faz. Aquilo que criou, através de um apoio de 300 euros para professores em algumas escolas, que ainda por cima não é para todos, não resolve o problema — cria sim, injustiças relativas.

Por outro lado, dou-lhe também outra ajuda: na próxima semana, o Bloco de Esquerda vai entregar uma proposta neste Parlamento de apoio à deslocação para todos os professores deslocados da Região Autónoma dos Açores.

Para quê? Para que ninguém deixe de concorrer por não conseguir pagar casa na ilha para onde concorre. Esse é um dos principais problemas que leva a que muitos professores não concorram para fora da sua ilha ou para longe da sua residência.

E é preciso que se diga isto: este apoio já existe no continente.

Hoje, um professor dos Açores tem mais facilidade em concorrer para o continente porque lá tem apoio à deslocação, algo que não existe nos Açores.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Isso é falso.

O Orador: Isto é verdade. Um professor dos Açores que concorra para o continente tem apoio à deslocação que nos Açores, não tem. É injusto, e afasta professores da Região Autónoma dos Açores. E lamento, mas se o Governo que fixar professores nos Açores, tem de *abrir os cordões à bolsa*, porque esta medida já está em vigor no continente.

Se não estiver em vigor nos Açores, vamos continuar a perder professores.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

A Mesa não tem inscrições.

Sra. Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto, faça favor, tem a palavra.

(*) Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sr. Deputado António Lima, nós temos uma situação global de carência de professores, mas isso em nada é incompatível com situações pontuais em que há escolas com professores sedentários.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Exatamente.

A Oradora: Não posso ficar impávida, serena e não endereçar, nem tentar resolver um problema, em que uma determinada escola tenha professores sedentárias, quando a escola ao lado tem falta de professores. Depois, não tem capacidade ...

Deputado António Lima (BE): Mas isso já está previsto.

A Oradora: Está previsto, mas é preciso tratar essa mobilidade para que ela fique devidamente regulamentada, com o próprio incentivo, com a própria norma, para que haja um concurso, com a sua seriação, e também com as responsabilidades da própria administração a indicar, em tempo, quais são as escolas onde esses professores sedentários estão — tudo isso está previsto.

Portanto, nós próprios propomos que o Governo indique anualmente, antes da abertura do concurso, onde é que eles estão, para se poder fazer essa gestão.

Sra. Deputada Inês Sá, quanto às questões da profissionalização em serviço, — sem prejuízo de continuarmos a acompanhar a situação — estamos também a trabalhar para podermos acompanhar a situação verificada a nível do Ministério da Educação, e os contactos com as universidades dos Açores estão a ser feitos, mas deixe-me dizer-lhe que há profissionalizações em serviço a serem feitas em contínuo na Região e provam as publicações em Jornal Oficial. Portanto, existem profissionalizações em serviço, nos Açores. Elas são devidamente publicadas em Jornal Oficial.

Nós queremos potenciar essas profissionalizações e, por isso, é que estamos também a acompanhar aquilo que foi feito a nível nacional, com uma intervenção regional. Lá está: para além das 10 medidas, vamos contar com uma 11.^a.

E, quanto às questões dos incentivos, estes estão definidos — e bem — no Estatuto da Carreira Docente, mas aquilo de que nós precisamos é de garantir que, se houver um jovem que queira aderir a esses incentivos no seu concurso, ele tenha mecanismos para poder ficar colocado naquele lugar que depois lhe vai dar um incentivo.

Deputado Carlos Silva (PS): Não pagando as bolsas, é assim que estão a incentivar?

A Oradora: É por isso que temos de fazer essas alterações a este regulamento. Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Agradeço que se inscrevam.

Sra. Deputada Hélia Cardoso faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Hélia Cardoso (CH):** Obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Eu sei que esta é a casa da política, mas não é correto enganar ou ludibriar as pessoas que nos estão a ouvir.

Nós estamos aqui a discutir uma proposta de regulamento de concurso, e vêm falar da falta de professores.

Separem os assuntos! Expliquem os assuntos!

Deputada Inês Sá (PS): Como é que se separa os assuntos?

A Oradora: A falta de professores é uma questão estrutural.

Foram erros cometidos no passado, erros graves de desrespeito aos professores.

Vozes dos Deputados da bancada do CH: Muito bem!

Deputado Carlos Freitas (PSD): Não era atrativo.

A Oradora: A carreira docente não era atrativa. Os professores foram maltratados durante duas décadas.

Deputado Carlos Freitas (PSD): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH e de alguns Deputados da bancada do PSD.

A Oradora: Foram acusados de ganhar demais, de trabalhar pouco, e ainda sobrecarregados com tarefas administrativas.

Agora, quais são os pais que perguntam aos filhos se eles querem seguir a carreira de docente? Quando alguém diz: “até gostaria de ser professor”, olha-se para essa pessoa com pena, com pena, “meu filho, tem juízo, faz qualquer outra coisa, mas não te metas numa escola; vais ser massacrado, terás de aturar má educação, ninguém te vai defender e ainda serás sobrecarregado com tarefas.”

É essa a imagem que a sociedade tem da profissão.

Isso é um erro que leva anos a corrigir.

E não é um simples regulamento que vai resolver isso. Não estão a ser sérios quando dizem que este regulamento vai corrigir a falta de docentes, porque não vai. Vai levar

anos, e, infelizmente, quem paga a fatura são os nossos jovens, são as crianças que estão a crescer.

Obrigada.

Vozes dos Deputados da bancada do CH: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sr. Deputado Joaquim Machado, para uma interpelação, faça favor.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Eu creio saber a resposta, mas pergunto se já alguma inscrição, para intervenção, por parte da bancada do Partido Socialista?

Pausa.

Não há?

Presidente: Não há. Sr. Deputado.

O Orador: Então eu peço-lhe para usar palavra.

Presidente: Faz favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado (PSD):** Obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo Regional:

Nós tivemos aqui o Partido Socialista a reclamar que não discutíamos o diploma; agora que estamos a discutir o diploma, o Partido Socialista cala-se.

Eu já temia que isso acontecesse, porque o Partido Socialista — o Sr. Deputado José Eduardo, o Sr. Deputado João Vasco Costa, o Sr. Deputado José Ávila, a Sra.

Deputada Isabel Teixeira e os demais — continuam, por exemplo, sem se manifestar quanto à norma que cria um mecanismo de seriação dos professores, dando

prioridade aos professores que queiram permanecer durante cinco anos, nas ilhas mais carenciadas.

Estão a favor ou estão contra?

Sra. Deputada Dora Valadão, também devia usar os seus dotes de projeção vocal do teatro — eu também fiz teatro quando era jovem — para nos vir dizer se está ou não a favor de mais professores nas Flores e com maior estabilidade no quadro docente?

Eu gostaria muito de ouvir também sobre isso, mas não nos dizem nada.

Quanto à circunstância de, a partir de três anos de contrato por tempo integral de ano letivo sucessivo, haver lugar à integração nos quadros da função pública regional, através dos quadros de ilha, o Partido Socialista está ou não a favor?

Portanto, eu ainda disponho de mais de três minutos, o Partido Socialista dispõe de sete para discutirmos efetivamente o diploma.

Venham daí!

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado,

Sr. Deputado José Pacheco, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na sequência do que dizia aqui a minha colega e de uma conversa paralela que estávamos a ter, a educação é, obviamente, fundamental.

Nós temos um problema grave: a falta de professores.

Por exemplo, fazer com que a universidade começasse a formar mais professores — perdoem-me a expressão — como se fosse uma “fábrica de chouriços”. Ia sair uma

data de pessoas. Que qualidade teriam esses professores? Que competências teriam?

Que grau de exigência teríamos nesses cursos apenas para preencher vagas?

Nós temos de resolver o problema da falta de professores com professores de qualidade, e eu continuo a acreditar nos professores. Continuo, e espero não perder isso, porque se começarmos a ter aqui professores “feitos a martelo” — que não tem outro nome — apenas para preencher todos os lugares, não vai correr bem.

Quem é que vai pagar? Olhem, os meus filhos já não vão ser, mas os meus netos, garantidamente, vão.

Eu sempre fui defensor de uma coisa com a qual vocês podem não concordar, mas acho que devia haver um filtro para ser professor, como há filtros em muitas profissões: desde testes psicotécnicos, etc.

Deputado Carlos Silva (PS): Há. Chama-se formação.

O Orador: Agora, perdoem-me a expressão, se qualquer tolo serve para professor... ai Jesus, estamos mal nisso!

Isto para dizer o quê? Que o diploma não vai resolver tudo.

Aparte impercetível do Deputado António Lima (BE).

O Orador: Diga, Sr. Deputado, eu não chamei tolo aos professores, mas posso chamar a algum. Ainda tenho legitimidade como pai, como formador, como cidadão e até como deputado para fazer uma análise das competências das profissões.

Porque, como deputado, se tenho todos os dias gente a analisar e até a criticar o meu trabalho, por que razão não hei de criticar um médico, um professor, um enfermeiro, um mecânico, seja o que for? Eu tenho essa legitimidade.

E até porque, na carreira do professor, o que está aqui em causa é o futuro dos Açores e o futuro das gerações. Isto tem de ser feito com muito, muito cuidado porque não serve para qualquer um. Nós sabemos, Sra. Secretária que teve a bondade de falar

com os sindicatos, tal como nós e ouvimo-la com muita atenção. Sabemos que não é um “remédio milagroso” — não é — mas é uma solução, vamos ver se corre bem. É uma pena que as nossas nove ilhas não nos permitam soluções que se perpetuem no tempo, porque há 30 anos atrás tínhamos sucesso; hoje temos falta — é o que é. Agora, este pingue-pongue constante já começa a ser irritante: “você é que têm culpa”, “você é que têm culpa”, “você é que têm culpa”. Olhem, até esta hora, 16h30, resolveram-se zero problemas da educação nos Açores, e só criou irritação.

Vamos discutir o diploma...

Deputada Sandra Costa Dias (PS): Então comece.

O Orador: ... e vamos tentar perceber se as soluções estão ali.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado,

Tem a palavra a Sra. Deputada Inês Sá.

(*) **Deputada Inês Sá (PS):** Sr. Presidente da Assembleia, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, gostaria de reiterar a minha pergunta: neste momento, na Região Autónoma dos Açores existe, ou não, alguma plataforma para quem quiser fazer a profissionalização à distância, à semelhança do que existe no continente? Reitero, assim, esta pergunta.

Gostaria de colocar outra questão centrada no diploma: por que razão a versão entregue a esta Assembleia — após a auscultação dos sindicatos — apresenta uma derrapagem nos prazos, adiando-os cerca de um mês face ao que era habitual?

A Sra. Secretária, em sede de comissão, referiu que os prazos tinham a ver com processos administrativos e com os *timings* entre a Secretaria das Finanças e a Secretaria Regional da Educação.

A questão que lhe coloco é a seguinte: releva mais esse procedimento administrativo ou releva mais a vida dos docentes, que dizem que esta derrapagem dos prazos não corresponde ao que pretendem, nem aos prazos que estão definidos no diploma,...

Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto (Sofia Ribeiro): Quais são os prazos?

A Oradora: ... nem a todas as propostas de alteração aos prazos inicialmente propostos pela Sra. Secretária?

Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigado, Sra. Deputada.

Sra. Secretária Regional da Educação Cultura e Desporto, tem a palavra, faça favor.

(*) **Secretária Regional da Educação, Cultura e Desporto** (Sofia Ribeiro): Muito obrigada.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Estava a tentar fazer uma gestão para poder responder em bloco, mas não deixo de responder às duas questões muito diretas que a Sra. Deputada Inês nos colocou.

Quanto aos prazos administrativos, estes visam, por um lado, resolver uma questão de gestão interna da própria casa, em que é importante podermos ter maior eficiência na resposta dos serviços da Direção Regional de Educação e Administração Educativa.

Assim, apresentámos a proposta de alteração de prazos, que não somente dá resposta a esta necessidade, como também corresponde aos prazos em vigor no continente e aos prazos que estão em vigor para outros concursos na administração pública

regional. Portanto, acompanhamos esta medida por uma questão de eficiência, sem qualquer prejuízo, porque estes mínimos regionais estão absolutamente garantidos. Quanto à plataforma para profissionalização à distância, Sra. Deputada Inês, permita-me dizer-lhe de forma muito clara: qualquer pessoa que esteja nos Açores a lecionar e que precise de complementar a sua formação pode fazê-lo à distância, utilizando diversas plataformas, sem qualquer tipo de prejuízo, podendo também beneficiar dos estatutos de trabalhador-estudante.

Situação diferente deve ser a que a Sra. Deputada aludia, que diz respeito ao Ministério da Educação, em que há um acordo para que professores com habilitação própria possam integrar os quadros a nível do Ministério da Educação. Essa situação não se aplica connosco, mas convergimos na profissionalização em serviço.

Não há uma plataforma específica, mas a formação pode ser realizada através de diversas plataformas. Reconheço, contudo, que se a Universidade dos Açores aderir a uma plataforma semelhante, teremos uma situação preferencial para os Açores e para os professores que aí lecionam, razão pela qual já estamos a desenvolver esse trabalho.

Muito obrigada.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP e PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sra. Deputada Inês Sá, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputada Inês Sá (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs.

Membros do Governo:

Naturalmente, a pergunta que eu estava a colocar à Sra. Secretária era exatamente a segunda, o que me leva a crer que, mais uma vez, vamos esperar pelo resultado do continente para a região.

Foi o que a Sra. Secretária disse. Vamos acompanhar para ver como corre. A verdade é que há escassez de docentes, e esta seria uma medida fundamental. Deixo aqui o repto em nome da educação nos Açores. Por fim, gostaria de questionar relativamente às bolsas de mestrado: elas estão, de facto, pagas ou não, à data de hoje, prometidas por este Governo? Obrigada.

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Obrigada, Sra. Deputada.

Pergunto se há mais alguma intervenção?

Pausa.

Sras. e Sr. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Há um conjunto de propostas de alteração que deram entrada e que estão a ser analisadas. Portanto, não estamos em condições de iniciar as votações deste diploma. Proponho que, se não houver mais intervenções para o debate na generalidade, façamos um intervalo para que as propostas possam ser despachadas, assim que forem analisadas, e para que também possam ser avaliadas pelos grupos e representações parlamentares.

Regressamos às 17 horas e 30 minutos.

Eram 16 horas e 37 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos recomeçar os nossos trabalhos.

Eram 17 horas e 40 minutos.

Sr. Deputado João Bruto da Costa, faça favor, para a interpelação.

(*) **Deputado João Bruto da Costa** (PSD): Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs.

Membros do Governo:

Solicito um intervalo regimental de 15 minutos.

Presidente: É regimental.

Regressamos às 17 horas e 55 minutos.

Eram 17 horas e 40 minutos.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, agradeço que retomem os vossos lugares.

Eram 17 horas e 56 minutos.

Pergunto se há inscrições para a continuidade do debate ou se podemos passar às votações?

Sr. Deputado Joaquim Machado, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Joaquim Machado** (PSD): Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Para finalizar, gostaria de constatar que o Partido Socialista, nomeadamente os Srs. Deputados das ilhas com dificuldade de fixação de docentes — nos quais naturalmente incluo o Sr. Deputado Lubélio Mendonça, Secretário da nossa Mesa — não se pronunciaram sobre aquela que é uma verdadeira proposta disruptiva que o Governo apresenta com este diploma.

Trata-se de criar condições para que haja maior e melhor fixação de docentes nessas ilhas e, decorrendo daí uma maior estabilidade letiva, que é o mais importante. No fundo, tudo aquilo que podemos fazer em termos de educação deve ter como centro deste processo a qualidade da educação e a aprendizagem dos nossos alunos.

Muito obrigado.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Não havendo mais intervenções, vamos iniciar as votações.

Vamos votar na generalidade a Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/XIII – Quarta alteração ao Regulamento de Concurso de Pessoal Docente da Educação Pré-Escolar e do Ensino Básico e Secundário.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A Proposta de Decreto Legislativo Regional n.º 35/XIII foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 22 abstenções do PS, 1 da IL, 1 do PAN e 1 voto contra do BE.

Presidente: Vamos iniciar o debate e a votação na especialidade.

Pergunto se há inscrições.

Creio que não existam.

Então, vamos colocar à votação o artigo 1.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 1.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, 1 abstenção do PAN e 1 voto contra do BE.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, vamos entrar no artigo 2.º do diploma, que pretende alterar uma série de artigos do Decreto Legislativo Regional n.º 22/2012/A, de 30 de maio.

A primeira proposta de alteração, apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista, é ao n.º 1 do artigo 4.º-B.

Está à votação.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração n.º 1 ao artigo 4.º -B foi rejeitada com 23 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 abstenção da IL e 22 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Em seguida, vamos votar a proposta do Bloco de Esquerda sobre o mesmo artigo, n.º 1 do artigo 4.º -B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração n.º 1 do artigo 4.º -B, apresentada pelo Bloco de Esquerda, foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 abstenção da IL e 22 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Por fim, vamos votar a proposta de alteração ao n.º 5 do artigo 4.º -B, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A alteração ao n.º 5 do artigo 4.º -B foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 abstenção da IL, 22 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Vamos passar à próxima proposta de alteração a proposta de eliminação ao n.º 7 do artigo 4.º -B, é apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. Deputadas e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação n.º 7 do artigo 4.º -B foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 do PAN.

Presidente: A próxima proposta de alteração é a alínea b), do n.º 5 do artigo 5.º, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração à alínea b), do n.º 5 do artigo 5.º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 abstenção do BE, 22 votos a favor do PS, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao n.º 1, do artigo 6.º, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 6.º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL, 1 do PAN.

Presidente: Está agora à votação a proposta de alteração n.º 2 do artigo 6.º, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 6.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Próxima proposta, alteração n.º 1 do artigo 14.º, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 14.º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Coloco agora à votação a proposta de alteração ao n.º 2 do artigo, do 14.º, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 14.º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 14.º, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 14.º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao n.º 5 do artigo 14.º, apresentada pelo PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 5 do artigo 14.º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração n.º 7 do artigo 14.º, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS,

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 7 do artigo 14.º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN.

Presidente: A proposta do Bloco de Esquerda ao mesmo número do artigo 14.º está assim prejudicada.

Coloco à votação a proposta de alteração com aditamento das alíneas a) e b) ao n.º 4 do artigo 15.º, apresentada pelo Grupo Parlamentar do PS.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 22 votos a favor do PS, 1 do BE, 1 da IL, 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 6 do artigo 15.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 6 do artigo 15.º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL, 22 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação, apresentada pelo Bloco de Esquerda, ao n.º 8 do artigo 15.º:

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação do n.º 8 do artigo 15.º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 22 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, 1 abstenção do PAN e 1 voto a favor do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda à alínea c), do n.º 6 do artigo 16.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração à alínea c) do n.º 6 artigo 16.º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, 1 abstenção do PAN e 22 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 5 do artigo 17.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração do n.º 5 do artigo 17.º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, 1 abstenção do PAN, 22 votos a favor do PS, 1 voto a favor do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 1 do artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração do n.º 1 do artigo 21.º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 22 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, 1 a favor do BE e 1 voto a favor do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo Bloco de Esquerda ao n.º 2 do artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 2 do artigo 21.º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 22 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, 1 abstenção do PAN e 1 voto a favor do BE.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, o Bloco de Esquerda tem cinco propostas de alteração ao n.º 4 do artigo 21.º. Posso colocá-las à votação em conjunto?

Estão à votação as propostas de alteração apresentadas pelo Bloco de Esquerda ao n.º 4 do artigo 21.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração ao n.º 4 do artigo 21.º foram rejeitadas, com 22 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL, 22 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao n.º 5 do artigo 23.º, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 5 do artigo 23.º foi rejeitada, com 22 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL, 1 do PAN, 22 votos a favor do PS e 1 do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração apresentada pelo PSD, CDS-PP e PPM ao artigo 25.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 25.º foi aprovada por unanimidade.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados, está à votação a proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 26.º, apresentada pelo Bloco de Esquerda.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao n.º 1 do artigo 26.º foi rejeitada, com 22 votos contra do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM e 1 da IL, 22 votos a favor do PS, 1 do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de eliminação do n.º 3 do artigo 26.º apresentada pelo Bloco de Esquerda.

Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de eliminação ao n.º 3 do artigo 26.º foi rejeitada com 22 votos contra do PSD, 22 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL 1 voto a favor do BE e 1 do PAN.

Presidente: Estão votadas todas as propostas de alteração ao artigo 2.º do diploma. Pergunto à Câmara se posso colocá-lo à votação em conjunto.

Então vamos por partes.

Está à votação o artigo 1.º do diploma, que pretendemos alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: O artigo 1.º foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 3.º do diploma que pretendemos alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 3.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, 1 abstenção do BE e 1 voto contra do PAN.

Presidente: Está à votação o artigo 4.º

Sr. Deputado António Lima, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Sr. Presidente, solicito a votação do n.º 12 em separado.

Presidente: Então vamos votar o n.º 12 do artigo 4.º, do diploma que pretendemos alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: O n.º 12 do artigo 4.º foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, 1 do PAN e 1 voto contra do BE.

Presidente: Estão à votação os restantes números que pretendemos alterar do artigo 4.º do diploma, ou seja, o n.º 2, o n.º 4, o n.º 9 e o n.º 13.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os n.ºs 2, 4, 9 e 13 do artigo 4.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Está à votação o artigo 4.º-A do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 4.º-A foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-P, 1 do PPM, 1 da IL e com 1 abstenção do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está agora à votação o artigo 4.º-B.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: O artigo 4.º-B foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 22 votos de abstenção do PS.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração ao artigo 5.º do diploma que estamos a alterar.

Está à votação a alínea b), do n.º 6 do artigo 5.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: A alínea b), do n.º 6 do artigo 5.º foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE e 1 da IL e com voto contra do PAN.

Presidente: Estão à votação as restantes propostas de alteração ao artigo 5.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 5.º foram aprovadas com 22 votos a favor do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 do BE, 1 da IL e 1 do PAN e com 22 votos de abstenção do PS.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração ao artigo 6.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 6.º foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL e 1 do PAN e com 22 votos de abstenção do PS e 1 do BE.

Presidente: Naturalmente, nesta votação tivemos em conta a proposta de alteração apresentada pelo Grupo Parlamentar do Partido Socialista e aprovada.

Vamos votar as propostas de alteração ao artigo 7.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 7.º foram aprovadas por unanimidade.

Estão à votação as propostas de alteração ao artigo 8.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 8.º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração ao artigo 9.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 9.º foram aprovadas com 22 votos a favor do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, com 22 votos de abstenção do PS e 1 voto contra do BE e 1 do PAN.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao artigo 10.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 10.º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração ao artigo 14.º.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: A proposta de alteração ao artigo 14.º foram aprovadas com 22 votos a favor do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, 1 do PAN, com 22 votos de abstenção do PS e 1 do BE.

Presidente: Estão em votação as propostas de alteração ao artigo 15.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 15.º foram aprovadas com 22 votos a favor do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, 1 do PAN, com 22 votos de abstenção do PS e 1 do BE.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração ao artigo 16.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão. O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 16.º foram aprovadas com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, 1 do PAN e 1 voto contra do BE.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração ao artigo 17.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 17.º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração ao artigo 19.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 19.º foram aprovadas com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, 1 abstenção do PAN e 1 voto contra do BE.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração ao artigo 20.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 20.º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração ao artigo 21.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 21.º foram aprovadas com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, 1 do PAN e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de alteração ao artigo 22.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

Os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 22.º foram aprovadas com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, 1 abstenção do BE e 1 abstenção do PAN.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração ao artigo 23.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 23.º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração ao artigo 24.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 24.º foram aprovadas por unanimidade.

Presidente: Estão à votação as propostas de alteração ao artigo 25.º, tendo em conta a proposta de alteração já aprovada anteriormente.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

O Sr. Deputado que se abstém faça o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de alteração ao artigo 25.º foram aprovadas com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, 1 do PAN e 1 abstenção do BE.

Presidente: Está à votação a proposta de aditamento do n.º 3 ao artigo 26.º do diploma que estamos a alterar.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

O Sr. Deputado que vota contra faça o favor de se sentar.

Secretária: As propostas de aditamento ao n.º 3 ao artigo 26.º foi aprovada com 22 votos a favor do PSD, 22 do PS, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 1 da IL, 1 do PAN e 1 voto contra do BE.

Presidente: Está à votação o artigo 3.º do diploma, que adita ao DLR n.º 22/2012/A, o artigo 22.º-A.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretário: O artigo 3.º, que adita o artigo 22.º-A, foi aprovado por unanimidade.

Presidente: Estão à votação, em conjunto, os artigos 4.º, 5.º e 6.º do diploma.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

Secretária: Os artigos 4.º, 5.º e 6.º foram aprovados por unanimidade.

Presidente: Votação final global.

As Sras. e os Srs. Deputados que concordam façam o favor de se manter como estão.

As Sras. e os Srs. Deputados que votam contra façam o favor de se sentar.

As Sras. e os Srs. Deputados que se abstêm façam o favor de se sentar.

Secretária: Em votação final global foi aprovado com 22 votos a favor do PSD, 5 do CH, 2 do CDS-PP, 1 do PPM, 22 votos de abstenção do PS, 1 da IL, 1 do PAN e 1 voto contra do BE.

Presidente: Encerramos assim o ponto 4 da nossa Agenda, a não ser que alguma Sra. ou Sr. Deputado queira fazer alguma declaração de voto.

Creio não existir.

Vamos então avançar para o ponto 5 da nossa Agenda: **Projeto de Resolução n.º 46/XIII, que recomenda ao Governo Regional dos Açores a abertura de um Concurso Público Internacional para a prestação do serviço público de transporte marítimo de mercadorias.**

Trata-se de uma iniciativa do CHEGA. Para a apresentação do diploma tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Lima.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Exmo. Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O Grupo Parlamentar do CHEGA apresenta hoje uma iniciativa que não é apenas necessária, é urgente.

Os Açores vivem há anos reféns de um modelo de transporte marítimo de mercadorias ineficaz, oneroso, opaco e tecnicamente ultrapassado. Não estamos perante meros incidentes operacionais; estamos confrontados com ruturas de abastecimento, atrasos recorrentes, incumprimento de Obrigações de Serviço Público e prejuízos diretos para as empresas, para os consumidores e para a própria coesão territorial da região.

E pior: existem sinais claros de cartelização no setor, concertação de preços e práticas anticoncorrenciais que impedem o normal funcionamento do mercado e prejudicam os consumidores. Chega-se ao absurdo de ser mais barato importar um contentor da China do que do próprio território continental português. É caso para dizer: algo vai mal, não no Reino da Dinamarca, mas no Reino de Portugal — e muito mal nos Açores.

Mas o problema não se resume ao preço. Falamos também de uma frota envelhecida, obsoleta e incapaz de garantir regularidade e fiabilidade. Navios constantemente sujeitos a avarias, incapazes de assegurar cadeias de abastecimento estáveis, colocando ciclicamente a Região à beira de ruturas graves de bens essenciais.

Ora, o que temos hoje é um modelo em que não há concorrência real, não há fiabilidade no abastecimento, não há regularidade com garantias, não há preços justos e não existe fiscalização eficaz face às obrigações contratualizadas.

E, perante isto, o que faz a Região nos últimos anos? Assobia para o lado. Faz queixas formais e informais, como já disse a Sra. Secretária dos Transportes neste plenário, mas resultados práticos, nenhuns.

E o que faz o Governo da República? Lava as mãos, como Pilatos. O consumidor, o comerciante, o exportador, o produtor, todos perderam. Só o cartel dos transportes ganha e ganha com taxas de rentabilidade escandalosas, nalguns casos superiores a 25 %.

Exmos. Srs. Deputados:

A abertura de um concurso público internacional, é a única via capaz de devolver transparência, concorrência e previsibilidade ao setor.

Deputado Nuno Barata (IL): Concorrência?

O Orador: Queremos operadores com capacidade técnica comprovada, frota moderna, verdadeira capacidade logística e preços competitivos.

Deputado Carlos Silva (PS): E essa resolução é que vai fazer isso?!

O Orador: A Região não pode continuar refém de interesses instalados, de *lobbies* e de pseudo-monopólios encapotados.

Deputado Carlos Silva (PS): Onde é que está isso na resolução?

O Orador: Não se trata de uma questão ideológica — trata-se de promover concorrência, segurança logística e respeito pelos açorianos.

Hoje, perante esta sala, reafirmo: o mar pode separar-nos fisicamente, mas não pode continuar a separar-nos economicamente, comercialmente e socialmente.

O CHEGA apresenta este diploma para que a transparência substitua a opacidade; a concorrência substitua o conluio; e o serviço público substitua os privilégios instalados.

Os Açores merecem navios modernos, preços regulares e justos, e operadores fiáveis — não sucata flutuante, monopólios silenciosos e chantagem logística.

A República, através dos seus institutos e direções de serviços, não só demonstra desconhecimento e desinteresse, como também grande desorientação, sobreposição de competências e falta de utilidade prática.

Enquanto aqui discutimos, só na ilha do Pico mais de 600 cabeças de gado estão retidas porque, segundo notícias hoje divulgadas pela RTP Açores, alguns armadores não têm interesse em transportar animais vivos. Ou seja, apenas lhes interessa aquilo que gera lucros fabulosos com pouco trabalho.

É sobre este tipo de abusos que estamos hoje também aqui a tratar. Para além de promover a concorrência através desta proposta, temos de alterar urgentemente os pressupostos das obrigações dos armadores para com os Açores. Essas obrigações têm de ser cumpridas. O transporte de gado vivo em algumas ilhas é essencial.

Este Governo não pode continuar a fingir que este problema não é seu. Os agricultores açorianos já não suportam o silêncio deste Governo.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Menos!

O Orador: Se este Parlamento não pressionar o Governo da República através da aprovação desta proposta, então só nos poderemos queixar de nós próprios.

Disse.

Vozes dos Deputados da bancada do CH: Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Está apresentada a iniciativa.

Estão abertas as inscrições.

Tem a palavra o Sr. Deputado Nuno Barata.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Creio que aquilo que o Sr. Deputado Francisco Lima veio aqui apresentar está muito para além daquilo que ele próprio quis dizer, porque na verdade, um concurso público internacional acabará por criar um monopólio, pago por todos nós ou pela República. Isto não cria concorrência.

Concorrência é aquilo que temos agora: três empresas a transportar mercadorias para os Açores, em regime concorrencial...

Deputado José Paulo Sousa (CH): Grande concorrência.

O Orador: ... e que não estão cartelizadas, ao contrário daquilo que se diz. As empresas estão a trabalhar *breakeven*, e estão algumas a transportar a carga dos outros para ver se não perdem mais dinheiro. É preciso ter noção disso e dizer estas coisas aos açorianos: temos os preços caros dos transportes marítimos porque se trata de um serviço superior ao que precisamos.

Deputado Francisco Lima (CH): E a carga que fica atrás?

O Orador: Não é por outra razão, é porque não estamos a ter uma oferta muito superior àquela que é a procura, em termos de número de contentores a transportar. E este é o problema.

Fica a carga atrás? Fica a carga atrás. Fica o gado vivo atrás? Fica gado vivo atrás.

O problema do transporte de gado vivo é que, quando algo corre mal, não é o exportador que é chamado à colação, nem é a associação agrícola de determinada ilha; é o transportador. Muito fazem os transportadores que aceitam gado vivo nas suas embarcações.

Porque as condições de transporte de gado vivo têm condicionantes enormes. O transporte marítimo não é propriamente algo que se faça de forma calma, sem problemas. Obviamente, existem constrangimentos; os animais sofrem trambolhões; existem problemas a bordo. E, de quem são as responsabilidades na hora? É sempre o

transportador que é chamado à responsabilidade. E isso também gera custos, e os transportadores, obviamente, defendem-se dessas situações.

Mas o principal é que, neste momento, nem a Região, nem a República despendem de dinheiro dos contribuintes para transportar carga de e para os Açores. Qualquer concurso público internacional, com Obrigação de Serviços Públicos deste nível, que pretende o CHEGA, ou seja, de maneira que não haja constrangimentos nos transportes marítimos de mercadorias de e para os Açores, vai onerar sobremaneira todos os contribuintes portugueses e açorianos.

Neste momento, os mais onerados são os consumidores das ilhas maiores,...

Deputado José Paulo Sousa (CH): Já são onerados. Só não aparece a fatura.

O Orador: ... que em solidariedade com as ilhas mais pequenas estão a suportar os custos nas prateleiras dos supermercados. Já disse isto aqui uma dezena ou duas de vezes, e é preciso que as pessoas percebam isso muito bem.

As ineficiências do sistema estão a ser suportadas pelas duas ilhas maiores, onde é mais fácil ser eficiente. Ainda assim, quase poderíamos apostar que a eficiência depende de apenas um porto nos Açores. Portanto, temos um problema que precisamos enfrentar de forma sóbria e séria.

Se continuarmos a comportar-nos e a falar com os nossos eleitores desta maneira, vamos continuar a prejudicar a Região num futuro muito próximo, de uma forma que nem a geração dos nossos bisnetos conseguirá recuperar. Tudo isso à custa dos contribuintes, tentando oferecer o melhor serviço possível, sem que ninguém consiga perceber além do seu próprio “umbigo”.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Esse é o seu problema.

O Orador: Se a Região continuar neste sentido, não vai resolver os seus problemas a curto, médio ou longo prazo. Vai aprofundá-los, criará um buraco maior e não sairá da situação económica em que se encontra atualmente.

Não é com Obrigações de Serviço Público, não é com concursos públicos internacionais, não é promovendo um monopólio para o concurso público internacional. O que se vai fazer, é promover um monopólio.

A Sra. Secretária Regional dos Transportes terá um problema semelhante muito brevemente com os transportes coletivos de passageiros na ilha de São Miguel.

Quando houver apenas um concorrente, perceberá como se equilibram as finanças e quanto isso vai custar. Este é mais um problema que se iria criar na Região Autónoma dos Açores.

Só quero deixar este último aviso: mexer no atual sistema é perigoso.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Não se deve fazer nada?

O Orador: Muito perigoso. E mexer com Obrigações de Serviço Público e com recursos públicos internacionais não é apenas perigoso — é extremamente perigoso.

Secretário Regional dos Assuntos Parlamentares e Comunidades (Paulo Estêvão): V. Exa. afinal é um conservador!

Deputado Francisco Lima (CH): É um liberal comunista.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Peço que se inscrevam.

Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Não quero responder apenas ao Deputado Nuno Barata, que fez, obviamente, a sua análise. Fico admirado, como é que um liberal acaba por não querer concorrência, nem querer concursos?

Isso, de facto, causa-me grande admiração. Mas há que desmistificar a ideia de que estão a perder dinheiro. Eu não percebo como é que as três companhias que prestam serviços nos Açores (os armadores) podem perder dinheiro. Tenho aqui as contas de 2024, que posso ceder gratuitamente a quem quiser, — paguei para ter acesso a elas — assim, os senhores podem verificar. Imaginemos que a maior parte do negócio de

uma empresa se realiza nos Açores: a sua taxa de rentabilidade do capital próprio é de 27 %.

Isso é uma taxa de rentabilidade absurda. Quase não existem negócios com margens assim.

Deputado Nuno Barata (IL): E a operação dos navios?

O Orador: É uma empresa de navegação, Sr. Deputado.

Outra empresa, sediada em Lisboa — eu não estou a dizer o nome da empresa, mas rapidamente chegam à conclusão — apresenta uma taxa de rentabilidade do capital próprio de 22 %. Uma terceira, com sede na Madeira — imagine que tem ligações a outros destinos e é maior — tem uma rentabilidade de 13,3 %. Portanto, estamos a falar de taxas de rentabilidade muito acima do que é recomendável em qualquer parte do mundo.

Segunda observação: se está tudo bem, não se faz nada. Mas, o que é certo é que essas companhias — não sei se por coincidência, talvez devido à nossa proposta ou a uma intervenção da Sra. Secretária — de repente, fizeram aparecer um barco. Agora até parece que a situação melhorou.

Então, porque é que esse barco não apareceu antes? Os empresários quase tiveram de falir por falta de mercadoria e os agricultores continuam com problemas por resolver; só então apareceu um barco.

Estes senhores não investem, os barcos estão obsoletos e muitas dessas empresas têm rentabilidade dos capitais próprios, porque os lucros não ficaram na empresa, portanto, não investem.

Uma parte essencial da nossa coesão e da economia dos Açores são os transportes aéreos e marítimos. E, segundo o Deputado Nuno Barata, vamos ficar sentados, sem fazer nada, nem sequer falar com esses senhores, nem lançar concursos. Como é muito difícil, ficamos à espera que eles resolvam.

Uma questão muito perigosa é, no âmbito de um concurso público internacional, aparecer um concorrente, que ganharia, com um monopólio. Mas era um monopólio legítimo, que concorreu num concurso público.

Hoje, temos oligopólios com concertação de preços: os preços são iguais. Peçam orçamento para transportar 20 contentores para os Açores às três companhias e vão verificar uma coisa extraordinária: o preço é o mesmo, é igual. Nem sequer nas bombas de gasolina, em que existem diferenças de uns cêntimos.

Se isso não é concertação de preços, então o que é? Chamem outro nome qualquer. O facto é que os preços dos contentores são absurdos, o serviço é péssimo e as empresas não têm planos de modernizar os navios.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Fazem o que querem.

O Orador: Com esse concurso público internacional, seria possível mudar o modelo de transportes, porque é certo e é seguro, que esses barcos que agora vêm do continente para os Açores poderiam ser adequados para a operação inter-ilhas, mantendo dois navios grandes, com entrada na Terceira e em São Miguel (ponto final parágrafo).

Mas, então, vamos ficar todos aqui a rezar para que o Espírito Santo resolva o problema? Não é nesta Casa que os problemas se resolvem? Nós estamos apenas a fazer uma recomendação ao Governo. Não estamos aqui a cometer nenhum crime de lesa-pátria.

Se esta recomendação for aprovada e o Governo Regional não quiser fazer nada olhe, não faça nada. Pelos vistos, há Deputados que acham que não fazer nada resolve todos os problemas.

É a primeira vez que vejo aqui no Parlamento alguém dizer que não se faça nada a uma coisa que está mal.

Todos dizem que os transportes marítimos estão mal, mas a solução é não fazer nada. Se for assim, então não façam nada.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra a Sra. Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas.

(*) Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A proposta que o Partido CHEGA nos traz aqui é a de recomendar ao Governo a abertura de um concurso público internacional para a prestação de um serviço público, no fundo, de captagem insular, é, desde logo, uma competência do Governo da República.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Vocês pegam nessa recomendação e enviam para a República.

A Oradora: Não é uma competência do Governo Regional. Portanto, enferma, logo aí, por uma questão jurídica, de impossibilidade de o Governo Regional abrir um concurso público para a atividade de transporte marítimo entre o continente e os Açores.

A segunda questão que esta proposta nos coloca é que ela efetivamente já foi feita há algum tempo e este cenário que o Sr. Deputado Francisco Lima levou à tribuna é um cenário que não corresponde à verdade. Isto tem de ser dito, porque efetivamente não corresponde à verdade.

Houve grandes perturbações no transporte marítimo até setembro de 2025...

Deputado Francisco Lima (CH): Esta proposta entrou antes de setembro.

A Oradora: ... e, por força de um conjunto de iniciativas, de reuniões e de consensos entre o Governo, os empresários — e quando digo empresários refiro-me às Câmaras

de Comércio — e os armadores, foi possível começar a implementar o novo modelo de transporte marítimo que o Governo concebeu e produziu.

Esse novo modelo de transporte, que muitas vezes já foi aqui referido, é um modelo evolutivo, porque não pode haver ruturas nem disrupções no sistema atual. Nisso, estou completamente de acordo com aquilo que foi dito aqui pelo Sr. Deputado Nuno Barata.

Nós não podemos correr o risco de termos mais OSP (Obrigações de Serviço Público) pagas.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Mas não tem de ser pago. A Lei não define que tem de ser pago.

A Oradora: Nós já temos o Decreto Legislativo Regional n.º 7/2006, é ele próprio a definição das OSP.

Este diploma define exatamente o que os armadores nacionais têm de fazer para cumprir este serviço mínimo entre o continente e as regiões autónomas: ligações semanais para os Açores, com ligações pelo menos quinzenais a cada uma das ilhas, cumprimento de itinerários, com fiabilidade, continuidade, estabilidade e previsibilidade.

Tudo isto está neste diploma.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Está no papel!

Deputado Francisco Lima (CH): Está no programa do Governo da AD.

A Oradora: Este diploma pode ser melhorado, mas serve. Tem servido e continuará a servir para o normal e regular abastecimento da Região Autónoma dos Açores, com melhorias introduzidas, desde logo, pelo novo modelo de transporte.

Esse novo modelo, na sua primeira fase, previa uma ligação semanal a todas as ilhas. A partir de setembro passámos a ter uma ligação semanal a todas as ilhas...

Deputado José Paulo Sousa (CH): É falso. É falso.

A Oradora: ... e, hoje, temos já duas ligações semanais para ilhas que antes tinham apenas ligações quinzenais.

Ruído na Câmara.

Presidente: Sras. e Srs. Deputados...

A Oradora: Esta semana mesmo — semana 50 — estão previstas cinco ligações à Praia da Vitória, duas ligações à Horta, duas ligações ao Pico, duas ligações à Graciosa, duas ligações às Velas e uma ligação à Vila do Porto.

As Flores e o Corvo são abastecidos com navios fretados e dedicados àquelas duas ilhas e, portanto, não entram nesta equação.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Mas depois fazem o que querem.

A Oradora: Não vale a pena confundir as pessoas.

A partir de setembro/outubro temos uma situação altamente regularizada. Eu não conheço uma única reclamação desde essa altura. Com a entrada de mais um navio em operação, que é o ETE Portugal, não conheço mais nenhuma reclamação e, neste momento, o que temos são empresários satisfeitos com o reforço das ligações.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: Esta é a opinião pública dos empresários...

Neste momento, a oradora exhibe uma notícia do jornal.

A Oradora: ... — e quando digo empresários refiro-me aos empresários efetivos, organizados através das suas estruturas representativas, não são os empresários que nós imaginamos.

Nesse aspeto, o que quero dizer é que já estamos no segundo modelo. Evoluímos para uma segunda fase, na qual estão previstos dois navios expresso, que são o *Rebecca S* e o *Funchalense S*, e quatro navios a realizar viagens *point to point*, de Lisboa até cada uma das outras quatro ilhas.

Portanto, já temos o modelo na sua segunda fase de implementação. A terceira fase, como foi referido pelo Sr. Deputado, prevê mais expressos diretos: estão previstos quatro expressos diretos, além dos navios interilhas.

Este é o novo modelo de transportes que temos e que está neste momento implementado já na sua fase dois, sem uma única reclamação.

Deputado Paulo Gomes (PSD): Muito bem!

A Oradora: Mas queria ainda dizer mais: o modelo de transportes não é apenas o transporte de mercadorias. É um modelo integrado da operação portuária, da autoridade portuária, dos armadores que fazem o transporte marítimo, dos transitários e de todos os *stakeholders* que fazem parte deste ecossistema.

Neste momento, estamos a fazer uma grande reforma a esse nível. Ainda no último Conselho do Governo foi autorizada a venda, por parte dos Portos dos Açores, da quota que detém nas três operadoras portuárias — OPERPDL, OPERTERCEIRA e na OPERTRI, nas quais tem 20 % em cada uma — precisamente para separar a função de autoridade portuária, da função de operador portuário.

Essa separação é essencial para que cada um assuma as suas responsabilidades, exerça as suas funções, dentro deste sistema, haja segregação de custos e se perceba quem é quem, quem ganhou o quê e como é que cada um serve melhor os seus clientes.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Para além de todo o reforço de infraestruturas e do investimento que tem sido feito em equipamento portuário, já adquirimos três gruas.

Aparte inaudível do Deputado Vasco Cordeiro (PS).

A Oradora: Sr. Deputado, no seu tempo as gruas estavam amarradas com arames.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Neste momento, Ponta Delgada tem uma grua de grande porte, no valor de cerca de 4,5 milhões de euros. A Praia da Vitória tem uma grua igual, também de 4,5 milhões de euros.

Temos um rebocador novo em Ponta Delgada e foram adquiridos 27 *reach stacker* por este Governo. Está também em curso a aquisição de mais dois rebocadores.

Vozes de alguns Deputados das bancadas do PSD: Muito bem! Muito bem!

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: Já recebemos o AÇOR, e outros rebocadores de Ponta Delgada estão encostados: um é de 1974, um com 21 anos, e outro com 24 anos.

Neste momento, temos apenas um rebocador novo em Ponta Delgada, um na Terceira e um na Horta, o que é manifestamente insuficiente, dado o afastamento entre as ilhas e com o tempo como está hoje não há nenhum rebocador que consiga sair de uma ilha para a outra para apoiar algum navio que necessite de atracar em qualquer um dos portos.

Por isso, já estão mais dois rebocadores encomendados.

Este Governo tem investido como nunca nenhum outro Governo investiu em equipamento portuário...

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

A Oradora: ... em infraestruturas portuárias, na reforma da operação portuária e no novo modelo de transporte marítimo. Trata-se de uma grande reforma, que não é feita desde 1998, desde a constituição das três OPERTRI (Sociedade de Operações Portuárias, Lda).

Era desde essa altura que a Portos dos Açores devia ter vendido a sua quota nas operadoras portuárias, o que só agora irá acontecer, permitindo a separação clara das atividades.

Nesse aspeto, orgulhamo-nos desta grande reforma que está a ser operada neste setor e posso garantir-vos que os primeiros resultados já estão à vista: todas as ilhas estão bem servidas e não há uma única reclamação.

Muito obrigada.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PSD e Membros do Governo: Muito bem!

Aplausos de alguns Deputados da bancada do PSD e Membros do Governo.

Presidente: Muito obrigado, Sra. Secretária Regional.

Sr. Deputado Nuno Barata, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Nuno Barata (IL):** Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, corroboro quase tudo o que a senhora disse, exceto a palavra *reforma*: é um ajustezinho. Pode chamar-lhe uma reforma, mas eu também percebo, porque, de facto, este modelo não pode ser mexido muito profundamente e tem de ser cautelosamente tocado aqui e ali, de forma a tornar-se ligeiramente mais eficaz e bastante mais eficiente.

Pedi a palavra quando o Sr. Deputado Francisco Lima intervinha, porque me surpreendeu, da parte de um deputado empresário e empreendedor, que se choque com as taxas de rentabilidade das empresas.

Deputado Francisco Lima (CH): Não me choca!

O Orador: É pecado ter taxas de rentabilidade? É pecado?

Deputado Francisco Lima (CH): O senhor disse que eles tinham prejuízo.

O Orador: Eu não disse que elas tinham prejuízo, eu disse que estavam a faturar no *breakeven*, o que é uma coisa bem diferente.

O senhor é veterinário, é um facto — há de saber outras coisas, que eu não sei — mas há de perceber a diferença entre prejuízo e *breakeven*.

E, mais, o Sr. Deputado Francisco Lima confunde os vários negócios daquelas empresas, porque as empresas têm vários negócios. Não é apenas a operação dos navios; têm outros negócios paralelos, integrados no seu *core* principal, e por isso apresentam taxas de rentabilidade acima daquilo que é normal nas empresas, nos Açores.

Estamos habituados a que as empresas não tenham boas taxas de rentabilidade.

Prefiro que elas tenham lucros, que se protejam de ter de viver à conta dos contribuintes, que se protejam dessas situações que nós não queremos, e que o senhor também não quer. Eu sei que o senhor não quer, o senhor não abomina o lucro, nem as taxas de rentabilidade.

A Sra. Secretária falou de uma coisa que, para mim, é muito importante, que é a questão das gruas. A questão das gruas é uma operação altamente deficitária nos portos dos Açores, desde logo pelo elevado custo de investimento, que não tem retorno, porque não trabalham todos os dias, nem 8, nem 10, nem 12 horas por dia. Quando trabalham, trabalham 5, 6, 7 ou 10 dias consecutivos, a um ritmo de 20 horas por dia, com desgastes enormes, manutenções caríssimas e a um custo muito abaixo daquilo que seria a sua taxa de rentabilidade.

Ora, são investimentos que a Região faz e eu sei para onde é que esses investimentos vão parar. Vão parar ao bolso dos operadores. Não são os navios; são os importadores.

O Diretor Regional, que está ali atrás, sentado nos Paços Perdidos, sabe muito bem, porque já fez essas contas, como eu também já as fiz. Basta ver quem são os maiores importadores da Região Autónoma dos Açores e utilizadores das gruas: são as empresas de produção de alimentos compostos para animais.

Essas empresas apresentam lucros bastante elevados. São duas da ilha de São Miguel, com cerca de 10 milhões de euros de lucros, por ano. Parte desses lucros corresponde a parte dos prejuízos da Portos dos Açores, é um facto. E quem é que paga os prejuízos da Portos dos Açores? Nós todos.

E ainda muitas vezes crucificamos os seus administradores, e bem, porque, se calhar, deviam ser um bocadinho mais cuidadosos na aplicação das taxas e na forma como gerem os equipamentos.

Por isso, Sr. Deputado Francisco Lima, vou terminar — ainda vou deixar um minutinho, porque posso precisar dele — dizendo que, ao contrário do senhor, não me preocupam nada as taxas de rentabilidade dessas três empresas. Oxalá tivéssemos muitas mais na Região Autónoma dos Açores que pudessem acudir às nossas necessidades com taxas de rentabilidade desta natureza.

Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Francisco Lima, faça favor, tem a palavra.

(*) **Deputado Francisco Lima (CH):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Relativamente à intervenção do Deputado Nuno Barata, eu fico satisfeito com essas taxas de rentabilidade. Eu simplesmente falei nas taxas de rentabilidade, porque o Deputado Nuno Barata disse que essas empresas estavam no *breakeven*, ou seja, lucro zero. Isso é *breakeven*: lucro zero.

Em conjunto, tiveram cerca de 25 milhões de euros de lucro só em 2024, e as taxas de rentabilidade foram aquelas que eu anunciei. Foi apenas para ilustrar que não estavam a ter prejuízo, nem estavam aqui a fazer nenhum favor. Portanto, foi só sobre isso.

Se tiverem lucros de biliões, tudo bem, está tudo certo, desde que o serviço seja bom e não levem as outras empresas à falência, foi isso que eu disse.

Sobre a questão as gruas, estou de acordo com a Sra. Secretária. Realmente, no tempo do PS, ali com o Deputado Vasco Cordeiro, agora pode explicar-se porquê: ficaram anos e anos com gruas a cair de podres e não se resolvia o problema. É verdade, era uma desgraça.

De facto, agora melhorou bastante a questão das gruas, mas também as empresas de importação pagam milhões pelo serviço das gruas à OPERTERCEIRA e à OPERPDL, pelo menos a essas. Se isso não é suficiente, são preços que, em qualquer parte do mundo, dariam para sustentar a operação.

Portanto, o buraco da Portos dos Açores, penso que não se explica por esse investimento em gruas. Aliás, as gruas, se forem bem mantidas — coisa que nem sempre acontece —, duram muitos anos. Mas há aqui uma situação: a Sra. Secretária diz que agora está tudo resolvido. Coincidentemente, foi depois da proposta do CHEGA ter entrado. A partir daí, tudo se resolveu.

A questão é muito simples: este Governo já está em funções há quase cinco anos. O PS, pelos vistos, fez muita coisa bem, mas também muita coisa mal, nesta área dos transportes de mercadorias.

Então porque é que se levou tanto tempo a descobrir a panaceia, só ao fim de cinco anos?

Para que é que os açorianos sofreram tanto?

Precisou de cinco anos e precisou de uma proposta do CHEGA. Isso até quase como o RSI (Rendimento Social de Inserção).

O RSI baixou, o Governo até agora reconhece que é uma virtude, mas será que se o CHEGA não falasse, ele não ficaria ao mesmo nível do que com esses senhores da

bancada da esquerda? Portanto, a nível de transportes estou satisfeito, e a nossa bancada também, por termos falado nisso, porque, de repente, ficou tudo resolvido. Entrou uma proposta, uma recomendaçãozinha, que, aliás, o Governo agora diz que não tem competência para executar, tudo bem.

Podíamos fazer uma recomendação à República, mas pelos vistos a República também não nos passa “grande cartão”, como já vimos hoje de manhã — os Srs. Ministros não querem saber. E, portanto, recomendamos ao Governo que, caso essa proposta seja aprovada, faça também uma recomendação ao Governo da República se achar que concurso público internacional, acrescenta valor.

Agora se a Sra. Secretária diz que isto é um mundo novo — descobriu-se um mundo novo, a partir de setembro; nós descobrimos um mundo novo — já agora aconselho o Sr. Secretário da Agricultura, quando receber o telefonema dos senhores que têm no Pico 500 cabeças de gado para transportar, dê o telefone da Sra. Secretária dos Transportes, porque ela acabou de dizer que, nos Açores, deixou de haver problemas de transportes.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Deputado José Pacheco (BE): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do CH.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado António Lima, tem a palavra, faça favor.

(*) **Deputado António Lima (BE):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

O transporte marítimo de carga tem sido, ao longo dos anos, muito debatido neste Parlamento. De facto, ao longo dos anos, nalgum tempo mais do que noutra, têm existido queixas recorrentes relativamente à regularidade e à previsibilidade do transporte marítimo de carga.

Acontece que esta matéria não só tem sido debatida, mas também já se percebeu — julgo eu, pelo menos já se devia ter percebido — que este transporte marítimo de carga, está enquadrado em Obrigações do Serviço Público. Essas obrigações existem, mas não têm uma remuneração ou uma subsidiação associada, estando previstas num decreto-lei nacional que estabelece algumas medidas que, no entanto, não estão a ser aplicadas, nomeadamente a criação de um Observatório para acompanhar o cumprimento, ou o não, das Obrigações do Serviço Público. O não cumprimento das Obrigações do Serviço Público prevê penalizações aos operadores. É tão simples quanto isso.

Uma das dificuldades neste assunto é exatamente essa: a verificabilidade do cumprimento, ou não, das obrigações.

Já tivemos dados entregues ao Parlamento e há estudos do Governo Regional sobre esta matéria. Percebe-se que, de facto, há ou tem havido, ao longo dos anos, atrasos significativos em várias ilhas. Mas se esses atrasos significam um incumprimento das Obrigações do Serviço Público, julgo eu que dificilmente qualquer um de nós pode aferir isso apenas a partir das queixas ou de dados parciais e, por vezes, incompletos que temos acesso.

Por isso, a existência de uma entidade que acompanhe o tal Observatório que a lei prevê, em permanência, o cumprimento das Obrigações do Serviço Público, é fundamental. Só assim se pode perceber, em primeiro lugar, se elas são ou não cumpridas; só assim se pode aplicar as contraordenações previstas aos operadores que não cumprem, e só assim se pode avaliar se é necessário rever as Obrigações do Serviço Público, e em que sentido. Isso, parece-me, é fundamental.

Sobre a proposta concreta que o Grupo Parlamentar do CHEGA apresenta: parafraseando uma antiga Presidente da Assembleia da República, a proposta é em si mesmo um *inconseguinto*; não tem qualquer sentido e falha em todos os seus objetivos.

Em primeiro lugar, o texto indica que deve ser o Governo Regional a lançar um concurso público internacional para o transporte marítimo de carga, mas não especifica se é interilhas ou cabotagem, ou seja, dos Açores para o continente...

Deputado Pedro Neves (PAN): E para a Madeira!

O Orador: ... ou para a Madeira. Além disso, seria o orçamento da Região a suportar, com muitos milhões de euros, uma obrigação que, no caso da captagem insular — o transporte dos Açores para o continente — não é nossa, mas sim uma obrigação da República. Seria o Governo Regional — o Orçamento da Região — a suportar esse custo. Isso não é aceitável.

Em segundo lugar, Sr. Deputado Francisco Lima, disse naquela tribuna, que existem taxas de rentabilidade escandalosas nos operadores que atuam na captação insular. Então, se as taxas de rentabilidade são escandalosas, aquilo que o CHEGA propõe é que elas sejam ainda maiores, ao atribuir exclusividade a um operador e, ainda por cima, subsidiando essa operação.

Deputado José Paulo Sousa (CH): Não é verdade.

O Orador: Não basta ganharem tanto quanto já ganham — como diz o CHEGA, não sou eu a dizer — querem pagá-los ainda mais para aumentar o lucro. O CHEGA tem que se decidir: ou a taxa de rentabilidade é escandalosa e deve ser reduzida, ou é baixa e deve ser subsidiada. A proposta do CHEGA a esse nível é, portanto, um *inconseguinto*.

Gostaria de perceber, já agora, Sra. Secretária, qual é a posição do Governo Regional face ao àquilo que o PSD defende, porque, sinceramente, fico confuso. Não é a primeira vez que coloco esta questão.

O PSD, na República, através dos seus deputados dos Açores, tem vindo a defender — e ainda no dia 4 de dezembro voltou a defender —, como afirmou o Deputado Paulo Moniz, que e cito: “de forma a haver um regime de subsidiação alinhado com as melhores práticas europeias, que tenha em conta as necessidades dos empresários e dos cidadãos do arquipélago, a propósito da atualização das OSP de carga marítima”.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Ao que a Sra. Secretária já respondeu.

O Orador: O Governo Regional concorda ou não com esta posição? É importante perceber. Não é por ser apenas do mesmo partido, é porque isto está a ser defendido na Assembleia da República.

A eventual subsidiação vai contra aquilo que a senhora tem dito, e é preciso esclarecer: afinal, como se posiciona o Governo face a este tipo de proposta? Muito obrigado.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Carlos Rodrigues.

(*) **Deputado Carlos Rodrigues (PSD):** Muito obrigado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Sra. Secretária, foi feita aqui uma explanação tão completa que quase me travou o trabalho que tive — e tive de gastar mais pestanas — para preparar a minha intervenção.

O Projeto de Resolução n.º 46/XIII, proposto pelo CHEGA, recomenda ao Governo Regional dos Açores a abertura de um concurso público internacional para a prestação do serviço público de transporte marítimo de mercadorias.

Tal proposta não é mais do que uma chamada de atenção e um alerta para que a operação de transporte marítimo de mercadorias na Região corresponda às necessidades de cada uma das ilhas, dando respostas adequadas às necessidades de abastecimento, exportação e incremento da economia de cada uma delas.

Temos de admitir que a referida proposta também surge na sequência das multas aplicadas pelo incumprimento do modelo de operação que, de uma forma geral, nos últimos anos foram frequentes e variadas, agravando-se no final de 2024 e no primeiro semestre de 2025, pelas razões amplamente conhecidas.

Trata-se de uma situação que já foi aqui abordada e discutida por diversas vezes nesta Casa — ainda agora foram referidas algumas — onde também ajudámos a identificar muitos dos problemas e constrangimentos sentidos em cada uma das nossas ilhas.

Fazendo o devido enquadramento, importa mencionar a experiência decorrente da liberalização da cabotagem, ocorrida em 1 de janeiro de 1999, em resultado da aplicação do Regulamento da CEE n.º 3577/92, do Conselho, de 7 de dezembro, relativo à “Aplicação do princípio da livre prestação de serviços aos transportes marítimos internos nos Estados-Membros (cabotagem marítima)”.

Esta situação vem justificar a reformulação do quadro legal vigente em Portugal adequando-o claramente aos princípios consagrados na ordem jurídica comunitária, sem prejuízo da manutenção de Obrigações de Serviço Público, expressas num conjunto de regras claras, precisas e não discriminatórias que os armadores devem cumprir, por forma a assegurar a prestação de um serviço de transporte marítimo regular, estável e fiável, exigível pela natureza específica e ultraperiférica dos tráfegos insulares das regiões autónomas.

Isto porque o transporte marítimo representa, para estas regiões, um vetor de vital importância para a sua subsistência, desenvolvimento, fixação e bem-estar das populações. Assim, o livre acesso à prestação destes serviços deve ser efetuado no respeito pelos princípios regulamentares aplicáveis, de forma a garantir que as ilhas dos arquipélagos dos Açores e da Madeira, independentemente da sua dimensão de tráfego, sejam adequada e eficazmente servidas.

Assim sendo, foi aprovado o Decreto-Lei n.º 7/2006, de 4 de janeiro, que estabeleceu o “Regime jurídico aplicável à cabotagem marítima”, diploma posteriormente alterado pelo Decreto-Lei n.º 137/2015, de 30 de julho.

O artigo 2.º define cabotagem nacional como o transporte de passageiros e mercadorias efetuado entre portos nacionais, abrangendo a cabotagem continental e a cabotagem insular. A cabotagem continental refere-se ao transporte marítimo de passageiros e mercadorias realizado entre portos do continente. Já a cabotagem insular diz respeito ao transporte efetuado entre portos do continente e das regiões autónomas e vice-versa, bem como entre os portos das regiões autónomas e entre os portos das ilhas, de cada uma das regiões.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Na Resolução da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores n.º 56/2021/A, de 16 de novembro, relativa ao modelo alternativo de transporte marítimo de mercadorias dos Açores, pode ler-se, nomeadamente, que a economia açoriana está estrangulada pelos transportes, sucedendo-se as queixas dos empresários quanto às dificuldades no escoamento dos produtos da pesca, da agricultura e da pecuária, bem como quanto aos atrasos na mercadoria proveniente do continente — ora por falta de capacidade de carga, ora porque os horários estão desarticulados, ora porque simplesmente o navio não vem.

O atual modelo de transportes marítimos prevê que a cabotagem insular seja efetuada por três armadores. O transporte e distribuição de carga entre ilhas deve ser um fator de desenvolvimento da economia regional e, na nossa opinião, as empresas de tráfego local continuam a ter uma importância vital, potenciando os negócios entre empresas locais e aumentando a sua competitividade.

Assim sendo, a Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores recomendou ao Governo Regional a realização de um estudo que contemplasse diferentes modelos de transporte marítimo de mercadorias, incluindo o transporte do continente para os Açores e a distribuição interilhas.

Não descurando essa recomendação, e registando os diversos apelos e alertas das associações empresariais, bem com base no acompanhamento diário feito pela tutela, tendo ainda em conta que estamos perante um modelo desgastado pelos anos em que vigora e que nunca foi revisto, este Governo entendeu que era necessário revê-lo.

Rapidamente percebeu que a operação não acompanhava o incremento e a dinâmica de uma economia que cresce há mais de 40 meses, nos mais diversos setores.

Assim avançou, para a elaboração de um estudo sobre o modelo de transporte marítimo de mercadorias, com o objetivo de identificar fragilidades e encontrar soluções sustentáveis ajustadas à realidade regional.

A Secretaria Regional dos Transportes, Mobilidade e Infraestruturas, que tem a tutela, tem vindo a trabalhar, ao longo do último ano, junto dos armadores, exigindo o aumento da oferta face à procura, o ajustamento da frota e o aumento do número de escalas, exigindo que — com exceção das Flores e do Corvo, pelas razões conhecidas — todas as ilhas tenham, no mínimo, escalas semanais.

Paralelamente, tem apostado na modernização das infraestruturas portuárias, na melhoria da regulamentação marítimo-portuária e na reorganização do ecossistema composto por vários *stakeholders*, com o intuito de prestar melhor serviço. Através da Portos dos Açores, tem adotado as infraestruturas portuárias com novos equipamentos adequados para melhorar a eficácia, a celeridade e a segurança das operações, o que, por consequência, trará uma economia de custos para todos.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Julgamos que será reconhecido por todos, com elementar justiça, o empenho e o trabalho abnegado da equipa da tutela, liderada pela Sra. Secretária Berta Cabral.

Estamos hoje perante um cenário muito diferente — e melhor — do que há alguns meses...

Voices de alguns Deputados da bancada do PSD: Muito bem!

A Oradora: ... admitindo, ainda que muito há a fazer na constante procura de melhoria do modelo.

Deputado Paulo Chaves (PSD): Muito bem!

A Oradora: Conscientes de que a perfeição é difícil de atingir, não podemos desistir de a procurar.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Muito bem!

A Oradora: Propomos, então, que, tal como previsto na legislação, seja criado e operacionalizado o Observatório, essencial para o acompanhamento permanente do setor e do modelo.

Deputado Berto Messias (PS): Vai começar os estudos.

O Orador: Durante as audições, constatámos precisamente esse facto.

Também ficámos a perceber, que tanto a AMT (Autoridade da Mobilidade dos Transportes) como o IMT (Instituto de Mobilidade e Transportes Terrestres) têm outras competências e funções que não são propriamente a monitorização que o referido Observatório deve ter.

A participação da Região na composição do mesmo deve ser uma exigência, para que haja a continuidade na melhoria constante da operação, envolvendo Governo e armadores, tendo por base a implementação no apurado referente estudo concluído.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

A abertura de um concurso internacional, como proposto pelo CHEGA, só pode ser efetuada pelo Governo da República, de acordo com a legislação nacional e comunitária, e comporta riscos elevados para a Região Autónoma dos Açores.

Desde logo, porque implicaria a alteração da lei atualmente em vigor, a qual tem como base legislação da União Europeia. Acresce a dimensão reduzida do nosso mercado, a elevada dependência do transporte marítimo, a especificidade dos portos das nossas ilhas — que exige navios específicos — e o facto de a oferta no mercado ser limitada.

A falta de interesse de novos armadores no nosso mercado aumenta significativamente o risco de monopólio, o que, em caso de litígio, poderia trazer ainda maiores dificuldades. Daí a nossa rejeição da proposta apresentada.

Disse.

Aplausos dos Deputados das bancadas do PSD, CDS-PP, PPM e Membros do Governo.

Presidente: Obrigado, Sr. Deputado.

Tem agora a palavra o Sr. Deputado Vasco Cordeiro.

Deputado João Bruto da Costa (PSD): Vai trazer um alicate para apertar os arames?

(*) **Deputado Vasco Cordeiro (PS):** Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, Sras. e Srs. Membros do Governo:

Peço a palavra para intervir neste debate em função da intervenção da Sra. Secretária Regional e, sobretudo, porque há duas partes da sua intervenção que me suscitam comentários.

A primeira tem a ver com aquilo que a Sra. Secretária salientou como sendo a importância que tem, para o equilíbrio e, no fundo, para a regularidade do funcionamento do sistema, o facto de a Região deter uma participação de 20 % em cada um dos operadores portuários: a OPERTERCEIRA, OPERPDL.

Sou capaz de perceber o seu raciocínio e o facto dessa presença significar, no fundo, uma postura ou uma possibilidade de intervenção que garante uma tarefa de regulação relativamente a essa área.

Contudo, há uma questão que me causa alguma confusão: não há ainda oito dias o Governo decidiu alienar essa participação.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):
Foi isso que eu disse.

O Orador: Se isso é tão importante, como aquilo que referiu, para a participação, para a regularidade e o equilíbrio dessa operação, por que razão decide o Governo aliená-la?

A segunda componente tem a ver com os arames. Não é que eu tenha ido ou vá aos arames com a sua intervenção.

Secretária Regional do Turismo, Mobilidade e Infraestruturas (Berta Cabral):
Mas parece que foi.

O Orador: Algumas — se calhar — seriam causa para isso, mas não é o caso.

Eu não sei, Sra. Secretária, se em relação às gruas de que V. Exa. falou, alguma delas está incluída no lote de quatro cujos procedimentos de aquisição foram lançados pelo Governo a que tive a honra de presidir.

Deputada Marlene Damião (PS): Muito bem!

O Orador: Também não sei se, de entre os equipamentos dos portos, algum dos empilhadores está incluído no lote de 20 empilhadores cujos procedimentos de aquisição foram igualmente lançados pelo Governo a que tive a honra de presidir.

Vozes de alguns Deputados da bancada do PS: Muito bem!

O Orador: Mas há uma coisa que eu sei, Sra. Secretária, e disso tenho absoluta certeza: todas essas aquisições de que a senhora se vangloria, desmerecendo o contributo que os anteriores governos deram para esse processo, foram feitas com recurso a fundos comunitários que foram negociados pelo Governo a que tive a honra de presidir.

Muito obrigado.

Deputada Marlene Damião (PS): Muito bem!

Aplausos dos Deputados da bancada do PS.

Presidente: Muito obrigado, Sr. Deputado.

Para uma interpelação tem a palavra o Sr. Deputado José Pacheco.

(*) **Deputado José Pacheco (CH):** Muito obrigado, Sr. Presidente.

Para solicitar um intervalo regimental de 30 minutos.

Presidente: É regimental. Está concedido.

Atendendo à nossa hora, encerramos os nossos trabalhos por hoje.

Até amanhã. Boa noite.

Eram 19 horas e 27 minutos.

(*) Texto não revisto pelo orador

Deputados que entraram durante a Sessão:

Partido Socialista (PS)

Mário José Dinis Tomé

CDS-Partido Popular (CDS-PP)

Jorge Miguel Azevedo Paiva

Pedro Gabriel Correia Nunes Teixeira Pinto

Os Serviços de Redação.